

# COLECIONAR E ESCREVER A HISTÓRIA

---

A memória do império português legada por  
Diogo Barbosa Machado

**Coleção Ramiz Galvão**  
**Volume 2**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República Michel Temer  
Ministro da Cultura Sérgio Sá Leitão

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Presidente Helena Severo  
Diretor Executivo Luiz Fernando Zugliani  
Centro de Coleções e Serviços aos Leitores Maria José da Silva Fernandes  
Centro de Pesquisa e Editoração Marcus Venicio Ribeiro  
Coordenadoria de Editoração Valéria Pinto (substituta)



MINISTÉRIO DA CULTURA  
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL



# **COLECIONAR E ESCREVER A HISTÓRIA**

---

A memória do império português legada por  
Diogo Barbosa Machado

**Ana Paula Sampaio Caldeira**

Rio de Janeiro



2017

Coordenadoria de Editoração  
Av. Rio Branco, 219, 5º andar  
20040-008 – Rio de Janeiro, RJ  
editoracao@bn.gov.br | www.bn.gov.br

## EDITORIAL

Editor **Marcus Venicio Ribeiro**  
Coordenação Editorial **Valéria Pinto**  
Preparação de Originais **Francisco Madureira**  
Revisão de Provas **Rosanne Pousada**  
Projeto Gráfico, Diagramação e Tratamento de Imagens **Eliane Alves**

### DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

---

C151c

Caldeira, Ana Paula Sampaio, 1981-

Colecionar e escrever a história : a memória do Império Português legada por Diogo Barbosa Machado / Ana Paula Sampaio Caldeira. - Rio de Janeiro : FBN, 2017.

200 p. : il. ; 21 cm. – (Coleção Ramiz Galvão ; v.2)

Originalmente apresentada como dissertação da autora (mestrado – UFRJ, 2007)  
Inclui bibliografia.

ISBN- 978-85-333-0783-4

1. Machado, Diogo Barbosa, 1682-1772 – Arquivos. 2. Coleção Diogo Barbosa Machado. 3. Portugal – História – Fontes. 4. Portugal – Colônias – História – Fontes. I. Título. II. Biblioteca Nacional (Brasil). III. Série.

CDD- 946.9

---



## SUMÁRIO

---

<b>Apresentação</b>	<b>7</b>
<i>Marcus Venicio Ribeiro</i>	
<b>Prefácio</b>	<b>11</b>
<i>Rodrigo Bentes Monteiro</i>	
<b>Introdução</b>	<b>19</b>
<b>Diogo Barbosa Machado e a sua coleção</b>	<b>27</b>
<b>A coleção Diogo Barbosa Machado como arquivo</b>	<b>73</b>
<b>A coleção como escrita da história</b>	<b>117</b>
<b>Considerações finais</b>	<b>165</b>
<b>Referências</b>	<b>171</b>



Diogo Barbosa Machado: o abade de Santo Adrião de Sever reservou um lugar próprio na coleção montada por ele. Des. de (?) Kelberg; grav. de S. H. Thomassin.

Retratos dos varões insignes em artes e ciências, ornados com elogios poéticos e collegidos por Diogo Barboza Machado, 1746. Fig. 138

## APRESENTAÇÃO

---

Marcus Venício Ribeiro  
Coordenador-geral do Centro de Pesquisa e Editoração

Em 2014, a Fundação Biblioteca Nacional criou a Coleção Ramiz Galvão para divulgar estudos na área da biblioteconomia e da ciência da informação. O primeiro volume da coleção, cujo nome homenageia um dos seus mais dedicados diretores, foi *A representação da informação na Biblioteca Nacional: do documento tradicional ao digital*, de Angela Monteiro Bettencourt, coordenadora e principal criadora da Biblioteca Nacional Digital.

Lançamos agora o segundo volume desta coleção, o qual nos remete às origens da Biblioteca Nacional – mais exatamente a um segmento do seu acervo de preciosidades, gerado pelo longo e meticuloso trabalho de colecionamento e organização de documentos e informações efetuado pelo bibliófilo português Diogo Barbosa Machado. O objeto, de alta relevância, é a história de Portugal e suas possessões, inclusive o Brasil, dos séculos XVI ao XVIII. Um monumental esforço de produção de referências sobre o assunto, de constituição de memória.

*Colecionar e escrever a história: a memória do império português legada por Diogo Barbosa Machado*, de Ana Paula Sampaio Caldeira – pesquisadora em 2009 do Programa de Apoio à Pesquisa da Biblioteca Nacional, cuja bolsa de pesquisa a ajudou a escrever sua tese de doutorado, origem do livro *O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional* – é o mais importante estudo, até hoje realizado, sobre a totalidade da livraria do abade de Santo Adrião de Sever. Acervo que, mais tarde, ele transferiu

para o Estado português, como parte do esforço para reconstruir a Real Biblioteca, destruída pelo terremoto ocorrido em Lisboa em 1755.

Por sua singularidade e abrangência (são cerca de 3 mil folhetos e 2 mil imagens), esta coleção é uma das mais preciosas coleções da Biblioteca Nacional, além de ímpar sobre a história da nossa antiga metrópole. O mesmo Ramiz Galvão, ao apresentá-la aos brasileiros, no primeiro número dos *Anais da Biblioteca Nacional*, ressaltou que a coleção foi descrita em um simples catálogo organizado pelo autor, o qual, no entanto, assentou “os fundamentos da bibliografia portuguesa”. Listam-se ali “quase todas as edições e originais de poetas e historiadores portugueses e castelhanos, quase todos os autores ascéticos que escreveram nestas duas línguas”, além das obras mais notáveis do amplo rol de conhecimentos humanos registrados no índice, igualmente preparado pelo próprio Barbosa Machado.

Em 2016, a Biblioteca Nacional publicou *Mapas do Reino de Portugal e suas conquistas: catálogo do atlas factício de Diogo Barbosa Machado*, com a reprodução e catalogação completa dos 138 registros cartográficos colecionados pelo bibliófilo – trabalho magnífico da equipe dirigida pela bibliotecária Maria Dulce de Faria, mas que trata apenas dos mapas e plantas da coleção.

Agora, Ana Paula Caldeira trata os documentos reunidos por Barbosa Machado, que estão guardados nas divisões de Obras Raras, Iconografia e Cartografia da Biblioteca Nacional, “não apenas como uma coleção, mas também como um exemplo do modo como um erudito, com os valores predominantes em sua época, lidou com o passado [...]”. Modo que espelha valores políticos, sociais e culturais predominantes no Portugal setecentista, e também certa escrita da história, em especial a escrita dos antigos bibliófilos, esses criadores dos primitivos centros de referência.

O livro valoriza a história proveniente da prática antiquária – esse ato de preservar testemunhos e restos arqueológicos, singularidades de fatos que constituem memórias. Essa história,

depreciada nos séculos XVIII e XIX por pensadores como Voltaire e Nietzsche, tira do indivíduo, segundo este último, o ímpeto de agir, como se ele já nascesse ancião. Crítica, segundo a autora, que pode estar relacionada com o quase desaparecimento de saberes como a numismática, a diplomática e a paleografia e concorre para enfraquecer os vínculos essenciais da Humanidade com o seu passado.



A estampa glorifica o rei d. João V, protetor da Academia Real da História Portuguesa. O monarca está sentado no trono, portando cetro e coroa. Tem à esquerda, a representação da Fé, e, à direita, a da Justiça. Mais abaixo, à esquerda e à direita, estão a Caridade, a Riqueza, a Força e a Verdade. Na lateral à esquerda, estão representadas as quatro partes do mundo e, ao fundo, retratos de outros reis portugueses. Pouco abaixo dos degraus do trono, lê-se “Petrus Andrea Banberius in Academijis Clementina Bononiae, et Divi Almae Urbis Accademicus Inv. Et delin (à esquerda) e Hyeronimus Rossi Sculp. Romae Superiorum perm. Anno Dñi. 1722”.

*Retratos de reys, rainhas e príncipes de Portugal, ornados com elogios poéticos e collegidos por Diogo Barboza Machado, tomo 2, 1746. Fig. 244*

## PREFÁCIO

---

Rodrigo Bentes Monteiro

Em meados do século XVIII, não obstante os escritos do embaixador Luís da Cunha defenderem um poder mais *imperial* para o rei português, no reino luso a palavra *império* era mais utilizada para referir, no passado, os principados da Antiguidade, dentre eles o mais famoso de Roma. Ou então o contemporâneo Sacro Império Romano-Germânico, ligado à casa de Bragança por casamentos régios; ou ainda os impérios orientais.

É certo que, bem antes, o padre Antonio Vieira concebeu o *Quinto Império* do mundo para Portugal, com base em profecias que conjugavam várias tradições de interpretação. E tempos depois, Rodrigo de Souza Coutinho, em feição mais ilustrada e pragmática, tratou de um império luso-brasileiro, prenúncio do que viria a ser, pouco tempo depois, o independente Império do Brasil. Somente ao fim do século XIX, com o avanço do imperialismo europeu na África e no Oriente, o termo difundiu-se para designar o governo de outros povos.

Mais tarde, em Portugal, o vocábulo ganhou destaque pelo regime autoritário e colonialista do Estado Novo. Nesse tempo, mas com um olhar mais externo, Charles Boxer intitula *The Portuguese Seaborne Empire* seu livro para tratar do caso português, em analogia à experiência britânica. E no fim do século XX *império português* passou a expressar no meio acadêmico luso-brasileiro – não sem controvérsias – uma perspectiva de captação do mundo luso na Época Moderna despojada de conotação conservadora,

ora tentando superar o estigma historiográfico do “colonial”, ou justamente para sublinhar a assimetria desse poder.

Contudo, *império* significa, essencialmente, poder, e um poder virtuoso, conforme a propaganda em torno de Augusto. Nesse sentido também se adequa o título do trabalho apresentado. A dissertação de mestrado de Ana Paula Sampaio Caldeira, defendida em 2007 e aqui adaptada para publicação, visa analisar em suma o louvor às virtudes do poder de Portugal, personificado em seus soberanos, príncipes e varões insígnies, e materializado no reino luso, na Europa e nas quatro partes do mundo. E o faz contemplando uma reunião de documentos provenientes de várias prensas e datas, desde o início do século XVI até o tempo em que o laborioso colecionador passou-os para a Real Biblioteca de José I.

Por muitas cargas d’água e no rastro da corte, a livraria de Diogo Barbosa Machado chegou ao Rio de Janeiro. Passou então a fazer parte da história da Biblioteca Nacional do Brasil, sendo estudada por diretores como Benjamin Ramiz Galvão (tema do livro de doutorado da autora), por funcionários como José Zepherino Brum, Rosemarie Horch e Maria Dulce de Faria, e por historiadores outrora estagiários da instituição, como nós mesmos e Ana Paula em distintos tempos.

O que se convencionou designar nesta Biblioteca Nacional “Coleção Barbosa Machado” é, em realidade, o conjunto dos extratos documentais mais trabalhados pelo bibliófilo em sua livraria, nos quais se pode identificar sua intervenção pelos ornamentos, recortes, colagens e encadernações a que foram submetidos. Essa interferência ostensiva paradoxalmente permitiu que esses agrupamentos fossem relativamente preservados em sua integridade no decorrer do tempo, sendo ainda possível a sua identificação visual e material.

Pode então um pequeno livro resumir, aproximadamente, 150 volumes com 5 mil documentos impressos, escritos e visuais de natureza diversa, com muitas informações e histórias particulares? Sim, e não.

Sim, pois Ana Paula Caldeira, calcada nos trabalhos de Michel de Certeau, François Hartog e outros, elegeu uma pergunta básica e consistente sobre a forma de se “escrever a história” operada por Barbosa Machado, para dialogar com um conjunto tão vasto. Situa assim as operações encetadas pelo colecionador setecentista nos âmbitos das discussões da Academia Real da História Portuguesa e do colecionismo europeu e lusitano – cujos registros foram em grande parte destruídos pelos efeitos do terremoto de 1755. Ademais, ela possui a rara virtude da síntese associada à segurança de uma bela escrita.

Não, pois não raro – e a autora tem disso consciência – a magnitude do conjunto e a diversidade das fontes provenientes de tantos tempos e origens se impuseram como obstáculos à apreensão do todo. Isso faz com que a pesquisadora competente, auxiliada pelos fichamentos que a equipe de estagiários por nós coordenada produzia sobre os folhetos e retratos, formule análises e impressões que, no fundo, provêm (como não poderia deixar de ser) da sua própria experiência parcial nos anos em que lidou com as coleções de Barbosa Machado, refletindo também um trabalho mais intenso com os folhetos e menor com os retratos e mapas das referidas coleções.

Nesse aspecto, contudo, pode residir um grande atrativo para o trabalho ora publicado. Ao funcionar com uma apresentação desses extratos documentais e recorrendo a uma elaborada chave de leitura, o livro expressa as captações de uma jovem historiadora, com sólida formação intelectual, em seu primeiro contato com uma investigação de forte aporte empírico – a pesquisa por nós dirigida, que continua a fazer parte de nossas reflexões. A partir dessa interação de alguns anos, Ana Paula passou do estágio ao mestrado, depois a um doutorado sobre um comentador da obra de Diogo Barbosa Machado, e hoje integra um efficientíssimo grupo de graduação e pós-graduação em História. Com muita felicidade observamos a sua trajetória, sentindo prazer de para ela ter contribuído.



Os fregueses da taverna acotovelam-se em torno à mesa que se foi aos poucos cobrindo de cartas, esforçando-se por tirar dessa barafunda de tarôs a sua própria história, e quanto mais confusas e desconjuntadas se tornam essas histórias tanto mais as cartas esparramadas vão encontrando seu lugar num mosaico ordenado. Será apenas resultado do acaso, este desenho, ou talvez algum de nós o estará pacientemente estruturando?

(Ítalo Calvino. *O castelo dos destinos cruzados*).



Para Antonio Alves Caldeira (*in memoriam*) e  
Douglas Attila Marcelino. Sempre.



O monarca D. José I, responsável pela reconstrução da Real Biblioteca portuguesa, com quem Diogo Barbosa Machado negociou sua preciosa coleção de imagens, mapas e opúsculos. Autoria de Johann Daniel Herz. *Retratos de reys, rainhas e príncipes de Portugal, ornados com elogios poéticos e collegidos por Diogo Barboza Machado, tomo 2, 1746. Fig. 282*

## INTRODUÇÃO

---

No século XVIII, em Portugal, um homem chamado Diogo Barbosa Machado teve boa parte de sua vida dedicada aos estudos e à prática do colecionismo. Em sua casa, em Lisboa, foi ao longo da vida enchendo as estantes de sua biblioteca com muitos livros. Interessava-se por vários assuntos, sobretudo pela história eclesiástica e secular do reino. O interesse pelos estudos esteve associado às suas tarefas como homem da Igreja, de maneira que a própria carreira religiosa lhe garantiu acesso a espaços e saberes que certamente não estavam disponíveis a todos. Quando jovem, entrou para a Congregação do Oratório. Em 1724, foi ordenado presbítero e quatro anos depois foi nomeado abade da Paroquial Igreja de Santo Adrião de Sever. A vida na abadia não era algo que Diogo Barbosa quisesse para sempre. Amante das letras, não era seu desejo ficar muito tempo longe de Lisboa, cidade onde tudo acontecia, abrigo das academias literárias e dos grupos letrados. Não demorou, portanto, para que largasse seus afazeres naquela pequena igreja de madeira e voltasse a respirar o “ar libertador da cidade” (COSTA, 1986, p. 291-340).

Tornou-se reconhecido no ambiente erudito lisboeta. Primeiramente, foi indicado como membro de uma academia literária nova, a Academia Real da História Portuguesa, criada pelo próprio rei com o auxílio de proeminentes intelectuais da época. Mais tarde, já como acadêmico, compôs obras de fôlego como a *Biblioteca lusitana* e as *Memórias para a história de D. Sebastião*. Morreu em 1772, aos 90 anos. Ao longo de sua trajetória, acompanhou três reinados em Portugal e viu o reino entrar e sair de muitos conflitos, assistiu ao alvorecer e ao crepúsculo dos estudos

históricos no país, surpreendeu-se com a tentativa de regicídio contra o monarca português e, se não bastasse isso tudo, também pôde vivenciar o terremoto que assolou Lisboa em 1755. Quase no fim de sua vida, ainda teve um momento de grande prazer e reconhecimento intelectual, quando viu o rei d. José I interessado em comprar a biblioteca que cultivou durante tantas décadas.

Hoje, graças à transferência da Real Biblioteca, o acervo colecionado por Barbosa Machado está no Brasil, mais precisamente nas divisões de Obras Raras, Iconografia e Cartografia da Biblioteca Nacional. O conjunto atravessou o Atlântico e aportou no Rio de Janeiro poucos anos depois da vinda da Família Real portuguesa. São alguns milhares de folhetos, imagens e mapas que Barbosa Machado colecionou e organizou em volumes encadernados, com direito a folha de rosto, título e adornos. Aliás, o cuidado e o apreço com que o abade português preparou a sua coleção é algo que efetivamente salta aos olhos: afinal, o que teria levado alguém a dedicar tanto tempo da sua vida coletando e ordenando papéis antigos?

À medida, porém, que conhecemos a coleção e entendemos sua lógica, as inquietações seguem novos caminhos. Isso, porque esse acervo perdeu, em parte, sua organização original, permanecendo dividido nas diferentes seções da Biblioteca Nacional. Sem essa percepção “do todo”, pode-se manusear aqueles folhetos e imagens talvez sem nunca se perguntar de onde eles vieram e como foram parar ali, como se tudo estivesse naturalmente esperando para se tornar fonte, referências e citações em teses e artigos.

Nosso esforço foi trabalhar com esse acervo não apenas como uma coleção, mas também como um exemplo do modo como um erudito, com os valores predominantes em sua época, lidou com o passado – o que significa examinar tanto os materiais por ele colecionados, como a organização que lhes deu. Barbosa Machado juntou imagens e folhetos que representavam e tratavam da vida de reis, rainhas, clérigos, nobres e outras personalidades do

passado e do seu presente. Ele ainda colecionou mapas sobre o território luso, além de muitos opúsculos que contavam histórias fantásticas e feitos magníficos operados pelos portugueses em terras não só do reino, mas também na Ásia, África e América. Tudo que dissesse respeito à grandeza daqueles que fizeram de Portugal um vasto império o interessou.

Barbosa Machado debruçou-se sobre o passado português e sobre seu presente, que um dia também se transformaria em passado. Seu desejo era de que essa experiência não morresse, mas chegasse até as gerações futuras. Para isso, dedicou muitos anos de sua vida a coletar os vestígios de um tempo que se foi e a organizar esses materiais em coleção. A cada folheto e imagem que recortava e colava, ia construindo a sua história de Portugal.

Se, por um lado, esses materiais revelam o trabalho de um religioso e erudito particular, por outro, testemunham também acerca de uma sociedade e de um tipo de relação mantida com o passado (GUIMARÃES, 2000, p. 111-143). Estamos diante, sem dúvida, de uma tradição antiquária muito difundida entre os eruditos portugueses do Setecentos e de um acervo que, um dia, por surpresas da história que todos conhecem, foi transferido para o Brasil, tornando-se parte da origem da Biblioteca Nacional. Esta coleção, que ocupa um lugar importante dentro da atual Biblioteca, justamente por representar os primórdios dessa instituição, abre-nos a possibilidade de discutir sobre a escrita da história em Portugal no século XVIII e, mais especificamente, sobre uma escrita peculiar, relacionada às práticas colecionistas e antiquárias. Interessava-nos entender que práticas foram essas que atribuíram um valor histórico aos resquícios do passado, preocupando-se em salvaguardá-los, mantendo assim uma relação com dois tempos desconhecidos: um passado já perdido, mas mediado pelos documentos, e um futuro desconhecido e invisível (POMIAN, 1984, p. 51-86). Todavia, a coleção pode ainda nos levar para além do mundo erudito do século XVIII. Afinal, ela veio parar no Rio de Janeiro e passou a figurar nas estantes

da Biblioteca Nacional. Assim, cabe indagar tanto a respeito da cultura que a gerou quanto sobre os fatos que ocasionaram a sua continuidade até hoje.

Estruturamos nosso trabalho em três partes. Na primeira parte, construímos uma tipologia da Coleção Diogo Barbosa Machado, mostrando como ela se difere e se aproxima de outras de sua época, o tipo de material que a compõe, como estão dispostos e, ainda, como os documentos foram coletados e organizados por seu colecionador. Em seguida, partimos da própria coleção para compreender a atividade de bibliófilo de Barbosa Machado, destacando seu exaustivo trabalho de compilação executado em diversas frentes. Por fim, recuperamos a história da coleção, que obviamente transcende a história de seu idealizador, identificando os caminhos por ela percorridos até fazer parte do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro no século XIX. O intuito não é apenas traçar uma trajetória, mas, antes de tudo, mostrar que as mudanças experimentadas pela coleção ao longo de algumas décadas podem nos ajudar a refletir sobre os modos pelos quais as sociedades se relacionam com seu passado.

Na segunda parte, depois de já termos compreendido a trajetória da coleção e as modificações sofridas a partir das demandas de outra sociedade, voltamo-nos para a época em que a coleção foi formada, justamente para entender seus usos. A partir do projeto historiográfico da Academia Real da História Portuguesa, buscamos dar um primeiro significado ao acervo, entendendo-o em relação às novas demandas que se impunham ao historiador, sobretudo quando da fundação daquela agremiação. A principal delas era a escrita da história pautada em documentos, o que pressupunha a recolha de papéis e a montagem de coleções como elementos centrais para que os historiadores-antiquários setecentistas realizassem a sua tarefa. Veremos que, dentro de uma proposta de história, agora pautada em testemunhos e na validade dos textos escritos, a coleção Diogo Barbosa Machado pode ser entendida como um arquivo, em consonância com o projeto de

escrita da história da Academia Real. Na sua tarefa de compilar folhetos, imagens e mapas, o abade trabalhava em sintonia com as propostas da instituição da qual fazia parte. Além de compor um cânone de personagens importantes da história portuguesa, Barbosa Machado, ao procurar e coletar documentos para a coleção, ajudava na tarefa de conhecer e organizar os arquivos portugueses e a documentação referente ao reino e suas possessões.

Na parte três, oferecemos uma segunda chave de entendimento para a coleção, concebendo-a como uma escrita da história. Isso porque entendemos que ela não somente guarda testemunhos de um passado, mas também os organiza com certa lógica. Trata-se de uma escrita própria, com regras e peculiaridades como qualquer outra. Escolhemos abrir os tomos da coleção, ler seus folhetos, contar algumas de suas histórias. A história de Portugal é o conjunto de diversas outras: de reis, rainhas, nobres, batalhas, etc., todas elas contadas por uma considerável variedade de textos. Agrupados em coleção, postos lado a lado, esses folhetos compõem um quebra-cabeça, em que as peças vão se juntando, formando um todo coerente: uma história de aventuras e sucessos. Em outras palavras, uma história exultante.

Vale lembrar que esse caminho de análise envolve riscos. Certamente, o principal deles está em se ter optado por uma abordagem global de uma coleção tão volumosa e diversificada. Entretanto, acreditamos que essa escolha se justifica pelo tipo de discussão que nos propomos fazer; discussão de ordem historiográfica, pois interessada em compreender uma prática cultural e letrada específica a partir da qual uma sociedade lidava e organizava seu passado, seu presente e (por que não?) seu futuro. Além disso, uma coleção como essa, tão volumosa e rica de materiais, certamente abre a possibilidade para a realização de inúmeras pesquisas centradas em questões mais pontuais ou mesmo interessadas em documentos mais específicos. Nesse sentido, acreditamos que um trabalho que busque lidar de maneira mais ampla com esse acervo pode contribuir para

compreender a história da coleção e, assim, abrir caminhos para estudos particulares.

Antes de passarmos ao estudo da Coleção Diogo Barbosa Machado, vale a pena contar ao leitor um pouco da história do livro que tem em mãos. Este trabalho teve início em 2004, quando fui selecionada pela Biblioteca Nacional para participar do projeto *Recortes de Memória*, coordenado pelos professores Rodrigo Bentes Monteiro (UFF) e Pedro Cardim (Universidade Nova de Lisboa). Foi participando dessa pesquisa que tive contato com a coleção do abade de Sever, uma das mais preciosas dessa instituição, e pude escrever um projeto de mestrado, que acabou sendo aprovado e desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ com apoio, em forma de bolsa, do CNPq. Este livro é, pois, uma versão reduzida da dissertação que defendi naquela universidade em 2007, sob a orientação dos professores Manoel Salgado Guimarães e Rodrigo Bentes Monteiro. Manoel, infelizmente para mim, não teve tempo de ver a dissertação que orientou se transformar em livro. Mas fica aqui meu reconhecimento a ele, que foi um professor inesquecível para seus alunos. Registro também meus agradecimentos ao Rodrigo, orientador dedicado, inteligente, paciente e generoso. Sou grata ainda às professoras Íris Kantor e Andrea Daher, que participaram da banca de defesa da dissertação, e à professora Margarida de Souza Neves, que fez importantes sugestões durante a banca de qualificação. Devo lembrar também meus colegas Walter Marcelo Ramundo, Ana Cristina Rodrigues, Guido Fabiano Pinheiro Queiróz, Pedro Fonseca de Araújo, Gustavo Kelly de Almeida, Jerônimo Duque Estrada de Barros e Jorge Miranda Leite. Compartilhando suas pesquisas e os preciosos resumos e tabulações dos livros de Barbosa Machado, eles foram essenciais para este trabalho. Agradeço, igualmente, a David Felismino por ter dividido conosco os materiais coletados nos arquivos portugueses.

Nos acervos da Biblioteca Nacional encontrei os temas e as fontes de pesquisa da minha dissertação de mestrado e, mais tar-

de, da minha tese de doutorado. Portanto, o apreço que tenho por este lugar é imenso. Como uma instituição se faz com pessoas, quero agradecer aos funcionários da Biblioteca. Em especial, àqueles das seções de Iconografia e Obras Raras, e do Centro de Pesquisa e Editoração, sobretudo Marcus Venicio Toledo Ribeiro, principal responsável por transformar em livro a dissertação que dormia esquecida em meu computador.

Entre a redação da dissertação e sua publicação, há o interregno de alguns anos. Nesse tempo, foram produzidos muitos estudos interessantes e importantes no campo da historiografia e também relacionados ao período estudado e ao tema do colecionismo. Incorporá-los significava construir um novo trabalho, o que não seria possível. Assim, optei por fazer alterações pontuais, de maneira que a escrita se tornasse mais fluida e enxuta, sem, entretanto, alterar as partes e as ideias centrais do texto original da dissertação.

Anno de 1772.

Relação individual dos 3.226. Numeros contidas em to. 4. meias (Alas de Papel, de que se compõe o Rol de Livros, que para esta Livraria d'El Rey Nro Senhor, que Teos guarda, remetto em primeiro Lugar o N.º 1.º do Abade Diogo Barbosa Machado: cujo Rol veio em fragmento acompanhando a cada condução dos ditos livros, (que vieram por diversas vezes) a parte, que se indicava com os N.ºs repetitivos; o qual correi a unir, e puz na forma, em que o envio por ser o Original, que serve de memoria do que elle remetto, e eu principiei a receber nesta Casa da Livraria no Paço d'El Rey Nro Senhor no sitio de N. Senhora da Ajuda em 12. de Outubro de 1770.

Feliciano Marques Perdigão Guarda,  
escriu a mão da Livraria

E por que de algum num. deixou de remetter a obr. nelle indicada, abaixo do mesmo Breve declaração de que não a recebi, e concordará com a que o dito A. de M. Barbosa a mandou, e está junta ao sobreito Original, aonde expone a causa, que tivera para deixar de fazer a remessa toda; a qual porém compensou incomparavelmente com 384. volumes, muitos dos quaes são rarissimos, e depois enviou gratuitamente, com Relação separada, que reduzi a ordem Alfabética, pondo hum = B. diante de cada Num. na dita Relação, e Catalogo separado desta individualação.

Como cada hum dos Num. he indicativo das obras nelle incluidas, e destas, ou dos seus Authores, he conveniente haver ordem Alfabética, como fiz; unicamente no que se refere em cada Num. o titulo do livro ou Appellido do seu Author, para o procurar, e poder achar em facilidade no Lugar da letra, que he correspondente. Notarei finalmente em cada Num. do mesmo volume com esse tal Num. passou para a Encarte, aonde ponho com separação os que se fazem duplicados, referindo a diante de todos os Num. a Encarte, em que se achará, denominando cada hum por A., B., C. &c., e cada Caixa por Num.º de Conta Romana.

Na forma seguinte

Catalogo dos livros da Livraria de Diogo Barbosa Machado distribuidos por matérias e escrito por sua própria mão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, s/d.

Folha inicial do catálogo que Diogo Barbosa Machado fez de sua livraria particular: traz a relação dos livros que o abade vendeu à Coroa Portuguesa.

## DIOGO BARBOSA MACHADO E A SUA COLEÇÃO

---

Os folhetos, retratos e mapas da Coleção Diogo Barbosa Machado são, em sua quase totalidade, dos séculos XVI, XVII e XVIII. Não é possível saber exatamente o período em que a coleção foi montada. Pela datação dos folhetos, podemos supor que o colecionador, além de ter levado muitas décadas para compô-la, também se empenhou nesse trabalho até, pelo menos, 1770, data do opúsculo mais recente e ano em que se desfez da mesma.

Nascido em Lisboa no ano de 1682, Diogo Barbosa Machado morreu naquela mesma cidade em 1772. Embora não pertencesse à nobreza portuguesa, era um homem muito bem relacionado. Com a ajuda de um dos “grandes” do reino, Rodrigo Annes de Sá Almeida, o marquês de Abrantes, ocupou o cargo de abade da Igreja Paroquial de Santo Adrião de Sever, da qual a casa de Abrantes detinha o padroado (MOTA, 1996, p. 167-169). É certo que ele não permaneceu muito tempo nesse posto, pois isso implicava ficar distante de Lisboa, cidade por excelência dos eruditos portugueses do século XVIII. É certo também que a pensão que adquiriu como abade lhe garantiu renda suficiente para formar uma considerável biblioteca pessoal, além de empenhar-se integralmente nas práticas eruditas de sua época, tais como a correspondência com outros homens de saber, o interesse pela história pátria e, principalmente, o colecionismo. Seus irmãos, José e Inácio Barbosa Machado, também se dedicaram aos estudos e às práticas eruditas. O primeiro distinguiu-se perante d. João V como célebre orador e foi nomeado cronista oficial da casa de Bragança. Já o segundo veio para o Brasil e aqui, além de ter

exercido o cargo de juiz de fora da Bahia, foi também nomeado para a Academia Brasílica dos Renascidos.<sup>1</sup> Com a morte de Inácio, sua biblioteca, composta por cerca de dois mil volumes, foi anexada à de Barbosa Machado, uma vez que os dois irmãos moravam juntos.

Assim como seus irmãos, Diogo Barbosa Machado ascendeu socialmente por meio das letras. Em 1720, a partir do contato com membros da alta nobreza portuguesa, foi nomeado, pelo rei d. João V, membro da recém-fundada Academia Real da História, instituição interessada em escrever a história do reino português e promover as glórias de Portugal para toda a Europa. Seu papel dentro da Academia parecia ser tímido se levarmos em conta a presença pouco expressiva do abade de Sever nos documentos referentes às reuniões dos membros-acadêmicos. No tomo um da *História da Academia Real da História Portuguesa* — obra escrita por Manuel Teles da Silva, também acadêmico da instituição, e que reúne vários documentos referentes ao primeiro ano de funcionamento da agremiação, como atas de reuniões e conferências — o nome de Diogo aparece somente duas vezes.

Na primeira, ele é apenas referido em uma lista de todos os acadêmicos que faziam parte da instituição. Ao contrário dos demais membros, que ao lado de seu nome tinham a especificação de um cargo ocupado ou de um título adquirido, o nome de Diogo Barbosa Machado não traz indicação alguma, nem mesmo a de abade de Sever (SILVA, 1727, prólogo). Mais adiante, o erudito é citado novamente por Manuel Teles da Silva quando, em meio a uma reunião dos acadêmicos, levanta uma questão sobre o desaparecimento de d. Sebastião na batalha de Alcácer Quibir (SILVA, 1727, p. 316-318). Seu interesse era apenas o de expor uma dúvida a respeito da morte do “Desejado”, dúvida que deveria ser respondida pelos membros de maior vulto na Academia. Dessa forma, parece

.....  
1. Sobre esta Academia Literária formada na Bahia em 1759, ver Kantor, 2004. A respeito da trajetória de Diogo Barbosa Machado, ver Costa, 1986.

que alguns acadêmicos destacavam-se mais do que outros naquela instituição, e possuíam maior poder de decisão no que se refere à escrita da história e ao esclarecimento de alguns eventos pouco elucidados do passado português. Esses membros, em geral, ou faziam parte dos “grandes” da nobreza – como Francisco Xavier de Meneses (conde da Ericeira) e Francisco Paulo de Portugal e Castro (marquês de Valença) –, ou eram eclesiásticos responsáveis pela fundação daquela instituição, caso de Antônio Caetano de Sousa.

Como acadêmico real, uma das tarefas que o cargo ocupado por Diogo Barbosa Machado exigia era a de produzir as memórias de d. Sebastião, de d. Henrique e dos reis Habsburgo. No entanto, seu trabalho foi muito além. Entre seus escritos mais importantes, destacam-se as *Memórias para a história de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Sebastião* e a *Bibliotheca lusitana*. O abade elaborou também um catálogo manuscrito de todos os livros que possuía. Essa lista hoje encontra-se na Biblioteca Nacional, e a partir dela podemos não só conhecer as obras que eram de interesse daquele colecionador e figuravam em sua livraria, mas, principalmente, saber de que maneira organizava e dividia sua biblioteca e o peso que dava para cada assunto.

A livraria do acadêmico era composta por 4.301 obras e 5.764 volumes (GALVÃO, 1876, p. 1-43). Esses livros dividiam-se em 34 classes: escritura sagrada; teologia especulativa, dogmática e moral; teologia sacra e profana; história eclesiástica; história eclesiástica das regiões orientais e ocidentais; história profana; história profana das regiões orientais e ocidentais; vidas de Cristo, santos e santas, príncipes eclesiásticos e seculares e de homens e mulheres ilustres em virtudes e ações militares; elogios de pontífices, príncipes e varões insignes em santidade, letras e armas; bibliotecários; genealógicos; heráldicos; cronólogos; geógrafos; ortógrafos; gramáticos; retóricos e oradores; discursos concionatórios; poetas latinos; poetas portugueses, castelhanos e italianos; símbolos, emblemas e empresas; dicionários; antiquários; autores que compreendem diversas matérias em suas obras; auto-

res antigos de língua latina em prosa e verso; pompas triunfais na entrada de príncipes e funerais dos mesmos; políticos; ascéticos, itinerários; escritores de cartas; apologias; críticas invectivas; miscelânea e livros de estampas (MACHADO, [17--]).

O peso em termos de número de livros por classificação varia bastante. No entanto, nos interessa aqui destacar que à história, seja ela eclesiástica ou profana, segundo a própria classificação de Barbosa Machado, são reservadas 1.169 obras, isto é, cerca de 27% de sua livraria. Se incluirmos nessa categoria os livros referentes a vidas de personagens ilustres, este número cresce para 34%.

Esses dados tornam-se interessantes, sobretudo quando comparados a levantamentos realizados em outras livrarias do mesmo período. Uma proposta nesse sentido foi desenvolvida por Ana Cristina Araújo em seu artigo intitulado “Livros de uma vida. Critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no século XVIII” (ARAÚJO, 1999, p. 149-185). Ela também se interessou em pesquisar as bibliotecas portuguesas do Setecentos centrando-se na livraria particular de José da Silva Pais, sargento-mor que, assim como Barbosa Machado, conseguiu ascender socialmente e conquistar prestígio. Essa biblioteca era composta por 437 volumes, papéis soltos e algumas gazetas. Sobre esse material, Ana Cristina Araújo destacou que 252 volumes eram dedicados à história e à vida de príncipes. Embora a livraria deste último personagem seja bem modesta se comparada à de Barbosa Machado, juntas elas mostram duas coisas importantes: em primeiro lugar, o interesse dos letrados daquela época pela história; em segundo lugar, a indicação da existência de um mercado livreiro voltado também para este interesse.<sup>2</sup>

Dentre os livros que compunham a sua biblioteca pessoal, o abade de Sever destacou em seu catálogo uma coleção organizada

.....  
2. Isabel Ferreira da Mota destaca que a história é um dos gêneros que mais dinamizou o mercado livreiro na primeira metade do século XVIII e foram justamente

por ele mesmo e que reúne documentos relacionados à história de Portugal e de suas possessões na África, América e Ásia. Essa coleção, em especial, parece se diferenciar em alguns aspectos de outras do mesmo período. Referimo-nos principalmente àquelas estudadas por especialistas como Adalgisa Lugli, Antoine Schnapper e, no que se refere a Portugal, João Carlos Pires Brigola. Seus trabalhos destacam o interesse dos colecionistas do Setecentos por materiais relativos a história e história natural. De um modo geral, esses autores se detiveram nas coleções naturalistas, uma vez que, a partir delas, é possível refletir a respeito das mudanças científicas ocorridas na virada do século XVIII para o XIX. De modo distinto dos colecionistas do Oitocentos, que se preocupavam em classificar os materiais coletados e desvendar as “leis” da natureza, os naturalistas do início e de meados do Setecentos ainda eram fortemente marcados pela motivação em mostrar as maravilhas da criação divina, em especial os materiais que representassem o extraordinário (como o chifre de unicórnio ou a mandíbula de um gigante) e a onipotência de Deus. Sem desconsiderar, pois, o desenvolvimento científico do século XVIII, busca-se atentar para o fato de que a prática colecionista partilhava de uma percepção da natureza como veículo para se conhecer a Deus e a complexidade de sua criação (LUGLI, 1998; SCHNAPPER, 1988; BRIGOLA, 2003).

Quanto às coleções de história ou antiqüárias, podemos perceber, de acordo com os estudos e os inventários feitos pelos pesquisadores citados, que nas coleções do século XVIII predominavam os objetos “materiais”, isto é, moedas, medalhas, ou até mesmo estampas. Acreditava-se que esses objetos, justamente por seu caráter material, seriam menos passíveis de manipulação (LUGLI, 1998). Blandine Kriegel questiona essa ideia. Para a historiadora, as medalhas e os monumentos eram materiais cole-

---

estas obras que organizaram e projetaram para o público uma imagem elaborada do rei, da própria Academia e da corte (MOTA, 1996).

cionados sobretudo pelos antiquários interessados nas grandes civilizações do passado. Por outro lado, havia o interesse crescente (em especial, por parte de alguns colecionadores ligados às ordens religiosas e ainda juristas), nos documentos escritos, notadamente as atas, produções típicas das sociedades modernas (KRIEGEL, 1988, v. 2, p. 165). Para esses últimos, os documentos escritos não eram menos verdadeiros do que as medalhas ou moedas antigas. Pelo contrário: por meio da utilização das técnicas trazidas pela crítica documental era possível estabelecer, com rigor, a autenticidade dos testemunhos.

Diferentemente das coleções estudadas por Lugli, Schnapper e Brigola, mas de modo semelhante às estudadas por Kriegel, a Coleção Barbosa Machado tem como ponto central a reunião de documentos “escritos”. Nessa característica, ela se difere, inclusive, de outras coleções compostas pelos pares do abade de Sever. O gabinete dos condes da Ericeira, por exemplo, era especializado em antiguidades, moedas e, principalmente, em história natural. Da mesma maneira, o duque de Cadaval, embora mantivesse uma coleção de manuscritos, dedicava-se também aos objetos naturais e à numismática. A coleção dos marqueses de Abrantes era referência em medalhas, enquanto o gabinete de d. João V centrava-se nos objetos de arte e na mineralogia (BRIGOLA, 2003, p. 507-513).

A coleção montada pelo abade de Sever, ademais, é dedicada exclusivamente a objetos históricos, se quisermos utilizar uma nomenclatura que, sem dúvida, não é a mais apropriada para o século XVIII, época em que não havia uma divisão rigidamente estabelecida entre história e história natural. No entanto, cabe destacar que este colecionador não se interessava por instrumentos científicos ou por objetos relacionados ao mundo físico, mas por documentos relativos ao passado português, por imagens de homens valorosos desse passado e por mapas dos territórios portugueses. A sua questão, portanto, não dizia respeito ao mundo da natureza, mas à história de Portugal.

A Coleção Diogo Barbosa Machado é composta por 2.039 imagens, 3.134 folhetos e 138 mapas<sup>3</sup> – rigorosamente organizados segundo a classificação criada por seu titular. Na parte referente à história profana, Barbosa Machado não só listou alguns tomos da coleção de opúsculos organizada por ele, como também os comentou:

Collecção singular, e de summa estimação que consta de sucessos pertencentes a historia de Portugal formada de vários livros de prosa e verso da dita historia, e reduzida a folhas em volumes divididos nas classes seguintes [...] (MACHADO, [17--], p. 33).

A lista dos opúsculos é a seguinte:

Genethliacos dos reys, raynhas e príncipes de Portugal	5 tomos
Aplausos dos annos de reys, raynhas e príncipes de Portugal	2 tomos
Entradas em Lisboa de reys e raynhas	2 tomos
Epithalamios de reys, raynhas e principes de Portugal	5 tomos
Elogios dos reys, raynhas e príncipes de Portugal	4 tomos
Aplausos oratórios e poéticos pella saúde dos reys	1 tomo
Ultimas ações e exéquias de reys, raynhas e príncipes de Portugal	3 tomos
Elogios fúnebres dos reys, raynhas e príncipes de Portugal	4 tomos
Noticias militares de D. João IV	2 tomos

3. É muito provável que alguns folhetos, imagens e mapas tenham desaparecido depois que o abade de Sever vendeu a sua coleção para o rei d. José I. Dessa forma, os números que indicamos dizem respeito ao que podemos encontrar atualmente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Noticias militares de D. Afonso VI	3 tomos
Noticias militares de D. Pedro II	2 tomos
Noticias militares de D. João V	2 tomos
Noticias militares de D. José I	1 tomo
Noticias militares da Índia Oriental	3 tomos
Noticias militares da América	1 tomo
Noticias militares da África	1 tomo
Historia dos cercos que sustentaram os portugueses nas quatro partes do mundo	5 tomos
Aplausos genethliacos de fidalgos portugueses	1 tomo
Epithalamios de duques, marqueses e condes de Portugal	3 tomos
Elogios de duques, marqueses e condes de Portugal	2 tomos
Elogios fúnebres de duques, marqueses e condes de Portugal	4 tomos
Elogios fúnebres de duquesas e marquesas de Portugal	1 tomo
Elogios oratórios e poéticos de cardeais e bispos	2 tomos
Elogios fúnebres de cardeais e arcebispos de Portugal	1 tomo
Elogios fúnebres de eclesiásticos portugueses	4 tomos
Elogios fúnebres de diversos portugueses	2 tomos
Elogios históricos e poéticos de eclesiásticos e seculares	1 tomo
Manifestos de Portugal	3 tomos
Tratado de pazes celebradas em diversas cortes	2 tomos
Autos de cortes e levantamento de reys	2 tomos
Noticia genealógica da casa real	1 tomo
Noticia genealógica de famílias portuguesas	2 tomos
Noticia genealógica de missões orientais	2 tomos
Noticia genealógica de procissões e triunfos sagrados	4 tomos

A coleção de folhetos é composta ainda por outros títulos que Diogo listou em partes diferentes de seu catálogo manuscrito. Os sermões foram classificados pelo bibliófilo como “Discursos concionatórios” e estão divididos da seguinte forma:

Sermões de aclamação del rey D. João IV	2 tomos
Sermões do Nascimento de reys, e príncipes de Portugal	4 tomos
Sermões de desposórios de príncipes de Portugal	
Sermões gratulatros pella vida e saúde dos reys de Portugal	5 tomos
Sermões de exéquias dos reys de Portugal	7 tomos
Sermões de exéquias de raynhas de Portugal	3 tomos
Sermões de exéquias de príncipes e infantes de Portugal	3 tomos
Sermões de exéquias de duques de Portugal	
Sermões de exéquias de marqueses e condes de Portugal	2 tomos
Sermões de exéquias de duquesas, marquesas e condessas de Portugal	
Sermões de exéquias de senhoras de Portugal	
Sermões de exéquias de varoens portugueses	
Sermões de exéquias de cardeais e arcebispos portugueses – 2 tomos	
Sermões de exéquias de bispos portugueses	3 tomos
Sermões de exéquias de eclesiásticos portugueses	1 tomo
Sermões de exéquias de fidalgos portugueses	
Sermões pregados nos autos de fee celebrados em Lisboa, Coimbra, Évora e Goa	6 tomos

Já os vilancicos constam na parte de sua biblioteca reservada aos “Poetas portugueses, castelhanos e italianos” e estão divididos da seguinte maneira:

Villancicos da festa do natal cantados na capella real desde o anno de 1640 athe 1715	3 tomos
Villancicos da conceição de nossa senhora cantados na capella real desde o anno de 1652 athe 1715	3 tomos
Villancicos da festa dos santos reys cantados na capella real desde o anno de 1646 athe 1716	3 tomos
Villancicos da festa de S. Vicente cantados na cathedral de Lisboa desde o anno de 1700 athe 1723	
Villancicos de Santa Cecilia do anno de 1702 athe 1722.	
Villancicos de S. Gonçalo do anno de 1707 athe 1722.	
Villancicos de varias festividades.	

Foram omitidos do catálogo manuscrito de Diogo Barbosa os três tomos referentes às *Notícias das embaixadas que os reis de Portugal mandaram aos soberanos da Europa*. Os *Sermões vários de D. José Barbosa* também não figuram na listagem de sermões. Entretanto, depois de ter a coleção sofrido algumas transformações e atualizações, esses volumes foram considerados parte daquele conjunto.

Os retratos, por sua vez, encontram-se classificados na seção reservada aos “Livros de estampas”. O abade fez a seguinte observação sobre eles, mostrando o apreço e o valor que ele conferia ao seu empreendimento:

Retratos de reys, raynhas e príncipes de Portugal – fol. imperial	2 tomos
Retratos de varoens portuguezes insignes em santidade, litteratura, sciencia militar e política – fol. imperial	4 tomos

Esta coleção que consta de seis volumes he de summa estimação pella raridade dos m<sup>tos</sup> retratos, e estarem a mayor parte delles metidos em tarjas primorosas q. lhe augmentão m<sup>to</sup> as figuras q. representam (MACHADO, [17--], 112 v.).

O catálogo elaborado por Barbosa Machado não traz nenhuma indicação do ano em que foi produzido. Podemos, no entanto, lançar algumas hipóteses. Pela indicação dos livros, é possível supor que ele tenha sido feito depois de 1767, pois as obras mais recentes datam dessa época.<sup>4</sup> A partir dessa data, portanto, a coleção do abade já deveria estar quase totalmente organizada, uma vez que ela foi listada no seu catálogo e, três anos depois, vendida para o rei d. José I. Por outro lado, podemos supor também que tanto este catálogo quanto a sua coleção de opúsculos, mapas e retratos poderiam ser atualizados periodicamente, conforme Barbosa Machado fosse adquirindo mais materiais. Cremos que isso possa ter ocorrido com seu catálogo manuscrito, mas se torna mais complicado estender essa hipótese à sua coleção, pois Barbosa Machado a organizou temática e cronologicamente. Se o seu método de trabalho fosse o de “atualizar” constantemente a coletânea, ele teria que refazer os volumes a cada novo folheto ou imagem que conseguisse obter.

Sabemos, no entanto, que Barbosa Machado viveu um episódio importante para a história da erudição em Portugal: o terremoto que sacudiu Lisboa em 1755 e destruiu não só a Biblioteca Real, mas também vários palácios, como os pertencentes às casas dos duques de Aveiro e dos marqueses de Alegrete, Angeja, Lourical, Távora e Valença. Apenas parcialmente atingidos terão sido os dos duques de Cadaval (BRIGOLA, 2003, p. 52). Nesses palácios eram abrigadas várias bibliotecas e coleções que, em decorrência do terremoto e do incêndio que se seguiu, foram total ou parcialmente destruídas.

O incidente marcou não só o mundo erudito português, mas a chamada “República das Letras” europeia, repercutindo em obras como *Cândido, ou o otimismo*, escrita em 1758 por Voltaire. Podemos nos interrogar aqui a respeito do significado e da interferên-

.....  
4. Trata-se de uma obra de Lucan, chamada *Cum suplem<sup>io</sup> maii pareniy* e de outra sem autoria, cujo título é *Dedução chronologica analytica contra os jesuítas*.

cia que um evento como este poderia ter no trabalho colecionista do abade de Sever. Teria sido Barbosa Machado impelido, pelo curso dos acontecimentos, a tomar para si a tarefa de organizar e preservar a memória portuguesa, uma vez que a sua biblioteca foi uma das poucas que sobreviveu ao sismo? É muito provável que ele tenha começado a colecionar suas peças muito antes do terremoto, talvez quando fora nomeado para a Real Academia. Mas será que, após este evento, sua coleção poderia ter tomado outro rumo, características e interesses? É importante frisar que o terremoto praticamente não aparece na compilação de folhetos. Nenhum deles trata diretamente do assunto. Quando existem referências, elas são indiretas e enfatizam sempre a reconstrução da cidade de Lisboa desenvolvida pelo marquês de Pombal. Certo é que, em seu trabalho ativo de lembrança e esquecimento, Barbosa Machado preferiu passar por cima daquele episódio.

Um evento como o sismo de 1755 pode ser entendido como um evento-limite, um acontecimento imprevisível capaz de ocasionar rupturas violentas na ordem histórica ou, se quisermos utilizar uma expressão de Hannah Arendt, como uma brecha do tempo.<sup>5</sup> O terremoto, nessa perspectiva, pode ser interpretado como um momento de crise que causou profundos impactos entre os eruditos portugueses e europeus, entre os quais Diogo Barbosa Machado. Enquanto organizava sua coleção e sua biblioteca, o bibliófilo, a cada folheto, imagem ou livro que manuseava e catalogava, reconstruía muito do que Lisboa tinha perdido sobre a sua história e a vida de seus varões ilustres. A importância de seu empreendimento parece muito clara para o próprio Diogo, que, como vimos, não mediu palavras para valorizar o seu labor e a coleção que produziu quando se referia a ela em seu catálogo manuscrito. Se Pombal reconstruiu as ruas e os prédios de Lisboa, Barbosa Machado teria ajudado a reconstruir sua memória.

.....  
5. Essas reflexões foram desenvolvidas em MONTEIRO; CALDEIRA, 2007.

Depois de entendermos a maneira pela qual a coleção pessoal de Barbosa Machado liga-se à sua biblioteca, torna-se importante mostrar de forma pormenorizada as partes e os materiais que compõem esta compilação sobre o passado português. A coleção de retratos, atualmente, possui oito volumes e contém gravuras dos séculos XVII e XVIII. Com exceção de uma imagem colorida e algumas poucas em sanguínea, a grande maioria delas encontra-se em preto e branco e foi gravada em madeira ou em chapas de cobre.

Os dois primeiros volumes da coleção tratam da monarquia portuguesa e trazem estampas de reis, rainhas e príncipes, desde Wamba, rei visigodo, até d. José. Nesta coleção, Barbosa Machado parece se preocupar com os mitos do passado, como d. Afonso Henriques, e não tanto com os reis de seu tempo, como d. José. Por outro lado, constam na coleção várias imagens do rei d. João V, patrono da Academia Real da História e monarca cujo longo reinado, que durou de 1707 a 1750, foi acompanhado por Barbosa Machado.

O terceiro volume da coleção de retratos trata dos santos e dos prelados de várias épocas, alguns deles, inclusive, do tempo da dominação romana, como Santa Engrácia e Santa Quitéria. Se nos dois primeiros livros de gravuras a cronologia é levada mais a sério, nesse terceiro tomo o tempo e o espaço, aos quais estão relacionados os personagens, parecem mais fluidos. O volume seguinte, por sua vez, trata dos varões insignes nas letras, nas ciências e nas artes, retratando ali a intelectualidade portuguesa. Entre os eruditos presentes, encontramos alguns membros da Academia Real da História, como o próprio Barbosa Machado, representado sentado, tendo ao fundo a sua biblioteca.

Os volumes 5 e 6 apresentam os varões insignes da Campanha e Gabinete, aqueles homens ligados à guerra e à administração do governo português. Por fim, o 7º e o 8º volumes são, podemos dizer, mais “universais” e há dúvidas se eles foram, de fato, elaborados pelo abade de Sever. Eles também figuram na

seção “Livros de estampas” do catálogo manuscrito de Barbosa Machado, mas não foram colocados junto com os seis tomos anteriores, aos quais a citação acima se refere. Originalmente, a forma de encadernação também era diferente. Enquanto os seis tomos referentes aos reis e personagens ilustres da monarquia portuguesa foram encadernados em fólio imperial, esses dois últimos, segundo a própria indicação do catálogo do abade, estavam em fólio grande.

As imagens destes dois últimos livros da Coleção de Retratos – francesas, em sua maioria – são mais luxuosas, mas nesses volumes não aparece um traço característico de Barbosa Machado. Como o próprio abade indicou em uma passagem de seu catálogo já destacada, ele não apenas guardou as imagens coletadas, mas as manipulou, intervindo nelas, recortando-as, colando enfeites, epigramas e “tarjas primorosas” ou, ainda, fazendo composições como se quisesse deixar nelas a sua marca. Seu trabalho de recortar e encaixar delicadamente os retratos nas molduras, ou também uma estampa dentro da outra, é tão minucioso que para um olhar menos treinado torna-se difícil distinguir a montagem feita por ele. Esses dois últimos volumes, ao contrário dos anteriores, não demonstram esse cuidado. Além disso, trazem personagens que não estão diretamente ligados à história portuguesa, como Richelieu, Tomás de Aquino, Aristóteles, Montaigne, Descartes, Rafael, Wycliffe, Hus, Júlio César, Safo, entre outros. Acreditamos que estes dois volumes tenham sido produzidos por Barbosa Machado. No entanto, como não estavam relacionados ao passado luso, foram colocados separadamente em seu catálogo, além de elaborados de outra maneira, menos ornados que os demais. A junção desses dois volumes aos demais, ao que tudo indica, foi fruto de um trabalho de restauração desenvolvido no século XIX, como veremos adiante.

A coleção de mapas de Barbosa Machado é bem menos numerosa e se refere a Portugal e suas possessões. Contém algumas cartas de Lisboa, das ilhas dos Açores e da Madeira e ainda outras

do Brasil. Os mapas que se encontram datados foram produzidos nos séculos XVII e XVIII, mas há também dois deles do século XVI, um de Lisboa e outro da cidade de Funchal.

A coleção de folhetos é, por sua vez, a mais numerosa. Ela traz não só opúsculos impressos e manuscritos sobre a monarquia, a nobreza e os eclesiásticos portugueses, mas também notícias sobre festas, batalhas e relatos de missões que aconteceram nas possessões portuguesas da América, África e Ásia. Os folhetos se encontram, predominantemente, em português e espanhol, mas também há alguns em francês, inglês, latim, alemão e italiano. As publicações também são variadas, uma vez que há textos impressos em Madri, Barcelona, Roma, Paris, entre outras cidades, e inclusive no Rio de Janeiro.<sup>6</sup> Mais adiante, trataremos da forma de organização dada aos opúsculos pelo nosso colecionador. No entanto, é necessário destacar aqui que os 146 tomos de folhetos da coleção respeitam, em primeiro lugar, uma ordem temática e, em seguida, cronológica. Alguns de seus temas são: nascimentos, aniversários, exéquias e elogios fúnebres. Há também volumes sobre notícias históricas e militares de Portugal, África, América e Ásia, além de autos de fé, sermões e celebrações pela saúde dos monarcas portugueses. Cabe acrescentar que há livros especificamente dedicados à monarquia portuguesa (reis, rainhas e infantes) e outros reservados à nobreza e aos eclesiásticos de Portugal.

A grande maioria dos folhetos refere-se aos reinados de d. João V e de d. José, o que pode ser entendido pela maior facilidade

.....  
6. Os folhetos impressos no Rio de Janeiro são: *Relação da entrada que fez o excellentissimo, e reverendissimo senhor D. Fr. Antonio do Desterro Malheyro bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente anno de 1747 havendo sido seis annos bispo do Reyno de Angola, donde por nomiação de sua magestade, e bulla pontificia, foy promovido para esta diocesi.* Rio de Janeiro: Segunda Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1747 e *Em aplauso do excellentissimo, e reverendissimo senhor D. Frey Antonio do Desterro Malheyro dignissimo bispo desta cidade. Romance heróico.* Rio de Janeiro: Segunda Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1747. Os dois opúsculos constam no segundo tomo dos *Elogios oratórios e poéticos dos cardeais, arcebispos, bispos e prelados portugueses.*

dade do acadêmico de encontrar material daquela época do que de períodos mais remotos. Ainda assim, há opúsculos datados do início do século XVI.<sup>7</sup> Nessa parte da coleção, a interferência de Barbosa Machado se deu de maneira um pouco diferente daquela feita sobre os retratos. Em relação aos opúsculos, ele os repetiu em volumes de temáticas diferentes, os dividiu, colocando parte deles em um dado volume e a outra parte em outro, acrescentou-lhes mapas, plantas de cidade e desenhos de batalhas e até mesmo corrigiu palavras e erros tipográficos. Seu empenho em organizar esse material escrito ficou evidente também no cuidado que o bibliófilo teve para fazer uma lista com os títulos de todos os folhetos que constavam em um determinado livro, colocando-a no início de cada tomo de sua coleção, produzindo, assim, um índice de consulta para o leitor.

Nesta coleção de opúsculos não faltam também folhetos produzidos pelos pares de Barbosa Machado, isto é, pelos outros membros da Academia Real da História e, inclusive, pelo próprio abade de Sever. Sobretudo nos volumes dedicados ao aniversário dos reis e rainhas de Portugal, há várias orações e elogios recitados pelos acadêmicos para os monarcas.

Hoje, é difícil saber de que maneira Barbosa Machado conseguiu reunir essa quantidade de documentos. De fato, sabemos pelos gravadores das imagens, pelos autores dos folhetos, pelo idioma, ou ainda pela cidade em que foram publicados (quando trazem essas referências), que a maioria das gravuras, opúsculos e mapas foi produzida em Portugal, mas há outros que certamente vieram de fora do reino. Mesmo entre os opúsculos portugueses, por exemplo, há alguns raros e outros que datam do sécu-

.....  
7. Nem todos os folhetos da Coleção Barbosa Machado encontram-se datados. Entre os opúsculos que trazem essa informação, verificamos que três deles são do século XV (no entanto, constam na compilação com edições do século XVI), 78 são do século XVI, 1.009 do século XVII e 1.795 do século XVIII (até 1770, data do texto mais recente).

lo XVI. Como pôde, então, o abade de Sever ter acesso a esses documentos? Em alguns casos, Diogo Barbosa Machado comprou esses materiais, parte deles vinda do estrangeiro. Essa prática era comum, uma vez que vários eruditos da época, como Diogo de Mendonça Corte Real, ocupavam cargos administrativos, tendo, por isso, que viajar constantemente para fora do país. Além de Corte Real, outros pares de Barbosa Machado tinham inserção no exterior e entravam frequentemente em contato com eruditos de diversos países, formando uma rede envolvida num amplo e profícuo comércio cultural e científico. É o caso, por exemplo, de Raphael Bluteau e de José da Cunha Brochado. O primeiro, filho de pais franceses, nasceu em Londres e fez seus estudos na França e na Itália. O segundo, por sua vez, ocupou o cargo de embaixador em Paris. Na correspondência que Diogo manteve com o embaixador Francisco Xavier de Oliveira, percebemos que alguns dos amigos do abade recebiam encomendas e mandavam-lhe, de suas viagens ao exterior, opúsculos ou imagens úteis aos interesses do colecionador:

Quanto à encomenda de estampas que VM continua a lembrar me confesso que tenho medo de fazer emprego algum porque todas as ocasiões em que descobri alguma couza que podia servir a VM achei que o preço não era commodo, ou para melhor dizer dúvidas se seria a sua satisfação. Pello que respeita aos Retratos dos Príncipes e Varoens Insignes não faltarey de lançar em todos os que poder achar desejando que VM me diga se acha curiosidade se limita somente nos Heroes Portuguezes, ou se pretende haver também os Retratos dos Estrangeyros mais famosos.<sup>8</sup>

Os *Anais da Biblioteca Nacional* indicam também que Barbosa Machado, com o objetivo de adquirir imagens variadas para a sua

.....  
8. Podemos perceber que, ainda nos anos 1740, Barbosa Machado continuava a procura por materiais para a sua coleção. Além disso, é possível que tenha come-

coleção de retratos, não se importava em recortar os livros que tinha duplicados, arrancando deles gravuras de reis e rainhas de Portugal e adicionando-as à sua coleção, não sem antes “enfeitá-las” com suas tarjas, composições e epigramas (BRUM, 1893-1905, v. 1, p. I-VIII).

É preciso destacar, portanto, que a prática do colecionismo não era, como comumente se pensa, uma atividade individualizada e que remete a uma pessoa na solidão de seu gabinete. Ela ocorria em larga escala, ultrapassando os limites geográficos dos reinos e, por vezes, dos impérios. De fato, a coleção estudada nos leva à biblioteca particular de um erudito específico e não à de uma congregação ou até mesmo à do reino. Porém, é preciso ter sempre em mente que Diogo Barbosa Machado fazia parte de uma comunidade erudita, interessada no estudo do passado português, a Academia Real, o que o inseria em uma rede de relações, sem dúvida fundamental, para que ele conseguisse montar sua coleção. Além disso, é preciso atentar para o fato de, a partir da fundação da Real Academia, a escrita do passado português estar ligada essencialmente à busca, aquisição e crítica dos vestígios deste mesmo passado (MOTA, 2003 e KRIEGEL, 1988, v. 3).

Dessa forma, como veremos adiante mais detalhadamente, a prática colecionista era corrente dentro da Academia Real e também indispensável para o projeto de escrita da história daquela instituição. Embora seus membros, individualmente, colecionassem documentos e objetos, a academia estava interessada em ter o seu próprio arquivo e museu. Desde a elaboração dos primeiros estatutos daquela comunidade, estava em seus planos a produção de uma história da Academia Real. Para isso, foram preservados escritos relativos ao funcionamento da instituição, pois, como

---

gado por esta época, e a partir das imagens mandadas para ele por D. Francisco Xavier de Oliveira, os volumes dos retratos relativos a personagens estrangeiros (OLIVEIRA, 1742).

qualquer história da época, aquela também deveria ser escrita a partir de documentos. Assim, fazia parte do projeto daqueles eruditos reunir e colecionar tudo que fosse necessário para escrever a história de um determinado período. E foi justamente isso que Barbosa Machado fez em todas as suas obras.

Para compor as *Memórias para a história de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Sebastião*, cujo primeiro tomo tornou-se público em 1736, Barbosa Machado colheu um farto material sobre a época, como decretos, cartas e outros documentos escritos referentes ao reinado do “Desejado” e ao período Habsburgo. Nesta obra, o abade também listou e descreveu, de forma minuciosa, as ações dos “varões insignes”, cuja lealdade, sobretudo em um momento turbulento da história do reino português, não poderia cair no esquecimento, mas deveria, por meio do trabalho daqueles acadêmicos reais, ser trazida à memória. A ideia de elaborar “memórias” era muito cara aos membros da Academia Real, pois o gênero permitia mostrar os pontos duvidosos de um determinado período. Possibilitava, ainda, que fossem destacados os personagens e seus feitos importantes e se compilhassem documentos que, posteriormente, seriam úteis para se escrever a história portuguesa (KANTOR, 2004).

Todo um trabalho de pesquisa e coleta de documentos também foi elaborado pelo abade enquanto montava a sua *Bibliotheca lusitana*. Para compor essa obra, que se trata, na verdade, de um catálogo dos escritores portugueses e de suas produções, Barbosa Machado consultou outros autores que tentaram fazer algo semelhante (MACHADO, 1741-1759, v. 1, prólogo). Escreveu também a eruditos, solicitando-lhes que mandassem informações sobre a vida e os escritos de autores portugueses, como se pode perceber na carta que o abade destina ao padre frei Marceliano da Ascensão:

O Francisco Mauro de que V.E me aponta as obras, quizera saber o seu apellido, e mais notícias, pois falta sobre elle desígnio de destinação. O portador da carta de V.E me assegurou para o thesoureiro mor de Braga me queira mandar notícias

dos seus Patrícios, eu lhe agradei com sinceros expressões este socorro literário.

No cathálogo que por via de meu irmão D. Joseph recebi dos [revendedores] Bracharenses vem grande número q eu não tenho, e assim peço a V.E para qual o escreveo se resolva a mandar notícias daquellas que não estão na Bibliotheca Lusitana já impressa e com quanto mayor brevidade se remeteram, tanto mais se hirão acomodando com as suas classes.

Já que V.E foy o Vasco da Gama da Canônica de Frei João do Apocalypse lhe peço me mande transcripto o título della que assim o por na dita bibliotheca e depósitos de livros contra e como começa e acaba. Tão bem não tenho os nomes de seus Pays, nem o dia e anno que recebeu o hábito, asemelho que fora natural de Guimarães e que morrera em Tranca a 22 de Abril de 1632. De tudo espero resposta.

Joseph de Andrade de Coimbra vereador antigo da Câmara de Braga foi à Oração que deu entrada pública nesta cidade o sereníssimo D. Joseph. Della achei impressa de folhas que tenho. Quero saber a pátria dos pays deste homem, e o dia, e o anno da morte, pois me segurarão que já fallecera (MACHADO, 1744).

O resultado dessas trocas de correspondência e do intercâmbio de informações foi a composição dos quatro tomos da *Bibliotheca lusitana*, publicados, respectivamente, em 1741, 1747, 1752 e 1759, e que serviam como um elogio à República das Letras portuguesa.

O trabalho de Barbosa Machado, portanto, era, antes de tudo, o de coletar e ordenar. Nem a sua livreria pessoal poderia fugir a este desejo de organização dos livros, documentos e saberes. Não bastava apenas compilar. Esta compilação, seja de documentos, seja de informações sobre autores portugueses, trazia um objetivo explícito, que não era apenas de Barbosa Machado, mas de toda a Academia e, inclusive, da monarquia portuguesa: o de trazer à memória os fatos e personagens que contribuíram para

a grandeza do reino, seja em ações militares ou políticas (lutando, por exemplo, pela defesa da independência portuguesa frente ao domínio espanhol), seja por meio das letras e do saber. A sua coleção pessoal insere-se também nesse duplo interesse de ordenação e de memória. Esse trabalho ainda trazia implícito um leitor, que era guiado pelos seus índices, pela sua divisão dos tomos ou, ainda, pela ordem, escolha e montagem dos folhetos e das imagens. Esse público leitor era composto por seus pares, ou seja, outros acadêmicos e eruditos que tinham acesso à sua biblioteca pessoal. Mas, por outro lado, ao escolher os documentos, Barbosa Machado selecionou aquilo que devia ou não ser lembrado, o que era digno de sobreviver ao tempo, os personagens e eventos que, dali por diante, passariam a figurar na tão “memorável” história do reino português, que seria escrita a partir do esforço colecionista de eruditos como ele próprio. O colecionador estipulava o que era tradição, o que era memória e, por consequência, o que devia ser guardado. Assim, o passado não se arrastava até Barbosa Machado, mas, antes, era composto por ele a cada folheto e a cada imagem. Foi dessa forma, por exemplo, que ele compôs um passado em que a tragédia de 1755 não estava presente. Esta coleção pode ser percebida como uma promessa de uma futura escrita da história, mas também, ela própria, como uma escrita singular dentro do seu modo próprio de coleção.

A coleção estudada nos remete à prática antiquária do século XVIII e, sobretudo, ao interesse que aqueles homens tinham pelo seu passado, principalmente se levarmos em conta o teor dos materiais colecionados. No século seguinte, ela viria para o Brasil e passaria a fazer parte do fundo da Biblioteca Imperial, mais tarde Biblioteca Nacional. Restaurada e admirada pelos bibliotecários daquele momento, a coleção passou por mudanças que nos fazem refletir a respeito dos interesses que as sociedades dos séculos XVIII e XIX mantinham pelo passado. Cabe, portanto, perguntar: o que levava aqueles homens do século XVIII a reunir materiais referentes à história do reino? O que este passado repre-

sentava e que ligação mantinha com o presente e o futuro? De que maneira os bibliotecários do século XIX entenderam o trabalho de Barbosa Machado e o que os levou a conservar e restaurar a coleção? Analisaremos a seguir a trajetória da Coleção Diogo Barbosa Machado, evidenciando o momento em que esse acervo foi montado e o seu percurso até o século XX.

## **A trajetória da coleção e as mudanças sofridas por ela na cultura histórica oitocentista**

O interesse de Barbosa Machado e de seus pares da Academia Real em relação ao passado foi marcado por duas questões que estão imbricadas: a finitude e a exemplaridade. Como já indicamos, alguns dos tomos que compõem a coleção de folhetos do abade de Sever, intitulados *Aplausos dos annos de reys, raynhas e príncipes de Portugal*, trazem orações dos membros da Academia Real da História nas quais eles expõem aos monarcas, d. João V e d. Mariana, os trabalhos que vêm realizando dentro daquela instituição. Essas orações são particularmente interessantes, pois, em algumas delas, os eruditos refletiam a respeito da história, das relações entre presente e passado ou ainda sobre o que consideravam ser o trabalho de um acadêmico-historiador.

Uma preocupação que aparece em praticamente todos os folhetos é a do esquecimento. Manoel Caetano de Sousa afirmava que a fundação da Academia Real e a promulgação do decreto de 1721 desnaturalizaram, em Portugal, o vício do esquecimento, hábito este “nefasto, pois nega a glória dos heróis e oculta a infâmia dos indignos” (SOUSA apud MACHADO, [17--], v. 1. p. 224-230). O marquês de Valença chegou a afirmar que “os homens aspiram à imortalidade por natureza”, não fisicamente, uma vez que “nada é mais conforme à humanidade do que a morte”, mas através dos filhos que geram, dos edifícios que fabricam ou dos livros que compõem (VALENÇA apud MACHADO, [17--], v. 2. p. 386-390).

O que estava em jogo nas orações e elogios proferidos pelos acadêmicos era o papel que eles atribuíam ao estudo do passado e à academia da qual faziam parte. Para eles, a história tinha uma função muito clara: reter a efemeridade das coisas, perpetuar a memória, tirar os heróis do esquecimento e trazê-los novamente à vida. Estava ligada, portanto, à exaltação dos “grandes homens”. Esses homens ilustres, diz Manuel Teles da Silva, foram “sepultados” nos arquivos do reino graças ao esquecimento e à negligência (SILVA, 1727, p. 85). Em meio a esse debate, o marquês de Alegrete lembrou também o papel e a importância dos documentos, pois era a partir deles que poderiam ser encontrados os atos e os exemplos dos varões insígnies (ALEGRETE apud MACHADO, [17--]). Logo, era preciso conhecer os arquivos, organizá-los e ter acesso aos vestígios do passado, pois neles estavam esquecidos os homens e as ações gloriosas, dignas de lembrança.

A memória, por conseguinte, tinha o poder de vencer a própria morte. Esta, por sua vez, podia ser superada pela escrita, capaz de fixar as virtudes e os atos de um homem para as gerações futuras. Os elogios fúnebres e os sermões de exéquias, gêneros muito produzidos no século XVIII português – e que ganhavam destaque na Coleção de Diogo Barbosa Machado – mostravam a preocupação daquela sociedade com seus mortos. Isto é, o interesse em conservar, por meio de um texto escrito, a sua memória e também de construir um ideal de virtude que servisse para os demais súditos (ARAÚJO, 2001, v. 1, p. 17-33). Memória e escrita apareciam, portanto, imbricadas aqui.

A Academia Real tomou para si uma tarefa que era a de fazer justiça aos homens e mulheres considerados dignos de permanecer vivos na memória. Como lembra Blandine Kriegel, para os eruditos dos séculos XVII e XVIII nem todos os tipos de texto eram documentos, ou seja, eram dignos de sobreviver ao tempo. No entanto, esta concepção não é apenas válida para os materiais do passado, mas se estende também aos seus personagens. Alguns

homens foram virtuosos, outros não. Somente os virtuosos mereciam lembrança e podiam aspirar à imortalidade conferida pela escrita e pela história. O estudo do passado era pautado, em certa medida, em critérios de estreitamento e de redução muito próprios aos valores aristocráticos de uma sociedade de Antigo Regime, em que fazer parte da nobreza significa, entre outras coisas, partilhar da memória e dos merecimentos de seus antepassados (KRIEGEL, 1988, v. 2, p. 18). Essa ideia de depuração, de que nem tudo deveria sobreviver à destruição do tempo, ligava-se ao fato de que apenas o que era exemplar para as gerações futuras merecia a honra da imortalidade. O próprio sentido de “história” presente no *Vocabulário português e latino*, do padre Raphael Bluteau, já traz consigo esse significado. Este acadêmico definiu a palavra da seguinte maneira:

Mais particularmente, Historia he narração de cousas memoráveis, que tem acontecido em algum lugar, em certo tempo, e com certas pessoas, ou nações. [...] A historia he a *testemunha do tempo*, a *luz da verdade*, a *vida da memória*, a *mestra da vida*, e a *mensageira da Antiguidade* (BLUTEAU, 1713, v. 4, p. 39-40, grifo nosso).

A percepção da história como mestra da vida ligava o presente ao passado através da ideia do exemplo que ensina. No entanto, como lembra Reinhart Koselleck, a *história magistra vitae* podia ensinar os homens a serem melhores, mas somente se os pressupostos para isso fossem basicamente os mesmos. Isto é, essa história exemplar subentendia não só a admissão da constância e invariabilidade da natureza humana, mas também um tempo mais lento no que se refere às transformações sociais, o que permitiria que os exemplos de personagens do passado continuassem úteis e válidos no presente e, ao mesmo tempo, limitassem aquilo que seria possível experimentar no futuro (KOSELLECK, [1985], p. 43). Esses modelos faziam sentido em um mundo aristocrático, em que o passado ainda era capaz de jogar luz sobre o futuro, ao

mesmo tempo que os homens do presente limitavam as suas experiências e expectativas a partir dos exemplos do passado.

O problema da finitude e da exemplaridade nos ajudam a entender o interesse que moveu eruditos, como Barbosa Machado, a guardar de forma intensa, porém criteriosa, documentos a respeito do passado. Colecionar era uma maneira de remontar no tempo, ter o passado perto de si, senti-lo e preservá-lo contra a corrupção dos séculos. Os folhetos (publicações fadadas ao desaparecimento por serem consumidas pelos leitores em um dado instante, no calor de um determinado evento) e as imagens colecionadas ganhavam a função de deixar sempre viva a memória dos personagens do passado, mas também a de educar os homens do presente e do futuro.

O intuito de Barbosa Machado com a sua coleção era preservar, trazer à memória as ações e os personagens capazes de fornecer modelos. Por outro lado, parece que havia por parte do abade não só o interesse em que a lembrança daqueles homens fosse perpetuada, mas também a vontade de que o seu próprio trabalho fosse preservado e lembrado pelas gerações futuras. Foi com esse objetivo que ele mesmo incluiu um retrato seu entre os varões insígnies em artes, letras e ciências. Também foi com esse desejo que ele aceitou vender não só a sua coleção, mas toda a sua livraria, à Real Biblioteca da Ajuda.

O terremoto de 1755 atingiu muitas bibliotecas lisboetas. Algumas se perderam completamente, como a Biblioteca Real. A livraria de Barbosa Machado, ao contrário, não sofreu danos, de modo que, consoante o plano de recuperação da biblioteca do rei, o abade de Sever vendeu os seus livros e a sua coleção pessoal à coroa, recebendo por isso uma pensão vitalícia. O intermediário dessa negociação foi frei Manuel do Cenáculo, personagem central do Iluminismo português e letrado reconhecido como grande colecionador de seu tempo. O transporte das obras começou em 1770 e só terminou dois anos depois, já que o acadêmico desejava reformar e reencadernar alguns exemplares antes de entre-

gá-los aos seus novos donos (GALVÃO, 1876, p. 39). Isso nos permite supor, mais uma vez, que inicialmente o bibliófilo ameaçou os documentos e só depois os encadernou. Esta informação ainda nos permite imaginar o interesse e o cuidado de Barbosa Machado para interferir na coleção, tirar documentos de lugar, encaixá-los em outros tomos, e assim organizar e reorganizar sua narrativa acerca da história portuguesa. Por ter sido uma das poucas livrarias que sobreviveram ao sismo, os livros e os documentos recolhidos por Barbosa Machado ganharam um valor ainda maior. Com a invasão napoleônica e a vinda da corte para o Brasil, muitas das obras da Biblioteca Real foram transferidas para o Rio de Janeiro. Entre elas, estava toda a coleção de nosso abade.

Na cidade do Rio de Janeiro, já no início do século XIX, esta coleção teve uma trajetória certamente inimaginável para o seu idealizador. Faltam documentos que nos indiquem exatamente as transformações pelas quais ela passou, mas sabemos que assim que chegou à cidade, em 1810, a coleção foi instalada nas salas do andar superior da Terceira Ordem do Carmo junto com outras obras que também faziam parte da Real Biblioteca. Não sendo aquele o ambiente mais adequado para a conservação e o abrigo dos livros, os materiais, por ordem do príncipe regente, foram ocupar as catacumbas que haviam servido aos religiosos da ordem (CASTRO, 2000, p. 44-45). Este acervo passou a constituir o fundo da Biblioteca Imperial, posteriormente denominada Biblioteca Nacional. No início dos anos 1850, a Biblioteca Nacional foi transferida para uma nova sede, num prédio situado na Rua do Passeio, próximo ao Largo da Lapa. Ali, e nas mãos dos funcionários dessa instituição, notadamente Benjamin Franklin Ramiz Galvão, então diretor da casa, e José Zephyrino de Meneses Brum, chefe da recém-criada Seção de Estampas, a coleção passou por estudos, restaurações e mudanças.<sup>9</sup> Deter-

9. Benjamin Franklin Ramiz Galvão assumiu a direção da Biblioteca Nacional em 1870, permanecendo nesse posto por 12 anos. Durante esse período, empreendeu

minados livros e imagens foram perdidos, outros reencontrados já no século XX. No entanto, o que nos importa é o fato de que estes homens, além de outros funcionários da Biblioteca Nacional, trabalharam sobre o empreendimento de Barbosa Machado. O que os unia ao abade do século XVIII? Era certamente o desejo de conservar e de organizar, agora sob critérios e métodos, na visão dos bibliotecários, mais rigorosos do que aqueles utilizados pelo abade setecentista.

Em relação às outras partes da coleção, os retratos coligidos por Diogo Barbosa Machado foram os que sofreram as maiores mudanças. Em primeiro lugar, eles passaram por um processo de “atualização”. Foram inseridas nos álbuns de estampas algumas imagens que, pelas datas e pela disposição em que se encontram nos livros, não poderiam ter sido postas ali pelo acadêmico do século XVIII. A mais importante é a do frei Manuel do Cenáculo, erudito que intermediou a venda da coleção de Barbosa Machado para a Biblioteca Real de d. José. Não sabemos quando esta gravura foi colocada na coleção de retratos, mas certamente foi antes de chegar às mãos de Ramiz Galvão e Zephyrino Brum, uma vez que eles identificaram que aquela estampa e algumas outras não foram postas ali por Barbosa Machado (GALVÃO, 1876). O certo é que a coleção já se encontrava no Rio de Janeiro quando a gravura foi inserida. No entanto, o que nos importa destacar é certo interesse – embora não se saiba exatamente de quem – em atualizar a memória, adicionando aos retratos a estampa de um personagem ligado à própria história daquela coleção.

---

um projeto de reformulação daquele estabelecimento, reorganizando-o internamente e conferindo visibilidade à BN dentro e fora do país. Meneses Brum foi um dos funcionários da equipe de Galvão. Ao que tudo indica, ele tomou posse como chefe da Seção de Estampas em torno de 1874, quando Galvão retornou de uma viagem à Europa e conseguiu ampliar seu quadro de funcionários, obtendo para isso o apoio do Ministério do Império, ao qual a BN estava subordinada.

Além de acréscimos, houve furtos. Luís Marrocos, funcionário que zelou pela Real Biblioteca quando ela estava em vias de ser transportada para o Brasil, copiou uma informação de Francisco Xavier da Serra, cliente de Diogo Barbosa Machado, aludindo a furtos ocorridos por meio do guarda que cuidava dos livros reais. De acordo com este documento, fora furtada uma imagem de Inácio Barbosa Machado presente no tomo dos retratos referentes aos “Varões Insignes em Artes e Ciências”. A imagem estaria localizada logo após a de seu irmão Diogo.<sup>10</sup>

Os álbuns que compõem a coleção de retratos também passaram, já nas últimas décadas do século XIX, por um processo de restauração que durou cerca de dez anos. Durante este período, todas as imagens foram descoladas de suas folhas originais, lavadas e coladas novamente em outras (BRUM, 1876-1898). Lygia Cunha, funcionária da Biblioteca Nacional entre as décadas de 1940 e 1990 e ex-chefe da Seção de Iconografia, diz que há certas dúvidas em relação à “lavagem” das gravuras, não se sabendo exatamente como ela poderia ter sido feita, nem os métodos utilizados na época.<sup>11</sup> No entanto, este processo de restauração é

.....  
10. Sobre a questão, ver *Notícia sobre a coleção dos retratos de Diogo Barbosa Machado que era propriedade de Francisco Xavier da Serra, e copiada por um Marrocos*. Biblioteca Pública Eborense.

11. Lygia Cunha entrou na Biblioteca Nacional em 1941, depois de fazer um curso de dois anos na própria instituição. Sua formação é marcada pela erudição e por viagens de estudo para vários lugares da Europa como França, Alemanha e Itália. Exerceu as funções de chefe da Seção de Iconografia (criada com a reforma de 1945/46) e diretora da Divisão de Obras Raras, que compreendia as seções de Manuscritos, Música, Iconografia e Obras Raras propriamente dita. A vivência que Lygia Cunha teve durante o longo período em que trabalhou na Biblioteca Nacional é importante para entendermos um pouco da história da Coleção Barbosa Machado, uma vez que esta bibliotecária, além de ter lidado com a compilação de retratos, vivenciou vários momentos daquela instituição. Ela passou, por exemplo, por um processo em que a erudição, anteriormente característica indispensável para as estudantes de biblioteconomia, foi cedendo cada vez mais lugar à técnica. O período em que Rubem Borba de Moraes esteve à frente da diretoria da Biblioteca (1945-47) é caracterizado pela reorganização técnica dos serviços,

descrito por Zephyrino Brum na introdução que escreveu para o *Catálogo dos Retratos Colligidos por Diogo Barbosa Machado* (BRUM, 1893-1905, v. 1, p. VIII):

O estado de deterioração a que se achavam reduzidos os volumes d'esta preciosa collecção de retratos reclamava prompto reparo e nova encadernação. Graças à rara habilidade do auxiliar Snr Antonio Luiz Pinto Montenegro, coadjuvado pelo auxiliar Snr Carlos Peixoto, poudes a secção de estampas levar feito estas difficeis reparações com toda a perfeição. Como para realizá-las era mister que todo o papel fosse previamente molhado, principiou-se por desmanchar os volumes e descollar-lhes uma por uma as estampas grudadas nas folhas; depois foram colladas sobre estas: 1º, as estampas nos lugares em que d'antes se achavam, 2º, novas folhas de papel, nas quaes tinham sido de antemão feitas aberturas do tamanho exacto das estampas, espécie de *passe-partout*, para que d'esta arte ficasse a nova folha com espessura igual em toda ella.

O trabalho desses bibliotecários foi, de fato, minucioso, e não se restringiu somente à restauração da encadernação dos tomos. Na verdade, foi um labor de pesquisa dificultado pelos próprios métodos do colecionador setecentista.

[...] continuei durante o 2º. Trimestre deste anno a classificação das estampas da Collecção de Retratos de Barbosa Machado, trabalho que não está tão adiantado, como eu desejara, pelas pesquisas bibliographicas, que a cada passo sou obrigado a fazer por causa do systema usado pelo célebre colleccionador de mutilar a parte gravada das estampas, ou cortar-lhe as margens.

---

pelo início da classificação do acervo baseada em normas universais – o método Dewey – e pela higienização dos livros (CUNHA, 2005).

A pesquisa de Zephyrino Brum, embora trabalhosa, rendeu um catálogo das imagens da Coleção Barbosa Machado. Os bibliotecários investigaram no Brasil e na Europa, procurando saber onde Barbosa Machado conseguira seus materiais, a autoria dos folhetos anônimos, notícias a respeito de vários dos personagens presentes na coleção, a origem de alguns pintores e gravadores, além da proveniência das imagens. Recorreu-se ao catálogo da biblioteca pessoal do abade para entender também de que maneira a coleção estava disposta, e, com algumas diferenças, mantiveram a organização original do acadêmico. A exceção encontra-se sobretudo na coleção de retratos, em que foram incorporados aos seis tomos referentes aos reis e varões insignes portugueses outros dois, de estampas relativas a personalidades estrangeiras. Como já informamos, esses dois últimos livros, que originalmente encontravam-se encadernados de maneira diferente, foram restaurados e encadernados como os demais, em fólio imperial (BRUM, 1893-1905, v. 1). Esta junção é referida nos relatórios trimestrais da Seção de Estampas da Biblioteca Nacional:

Durante o 2º. Trimestre do corrente anno continuei a classificação da Collecção de Retratos de Diogo Barbosa Machado, que não poude ser terminada, como eu esperava, n'este mez por ter de classificar mais hum volume de retratos, o qual embora já fosse por mim conhecido, só há pouco me convenci de que devia pertencer á famosa Collecção do Abbade de S. Adrião de Sever (BRUM, 1887).

De acordo com Lygia Cunha, os funcionários da Biblioteca pouco interferiram na Coleção de Retratos. Eles se concentraram na restauração da encadernação e, segundo eles mesmos informaram, na lavagem das imagens. As gravuras, no entanto, teriam sido coladas novamente da maneira como Barbosa Machado fez. Mesmo o hábito de vazar as folhas para que os volumes não ficassem muito grandes, que, segundo Lygia Cunha, era ori-

ginalmente do abade de Sever, foi preservado (CUNHA, 2005). No entanto, sabemos que por melhor que fossem as intenções dos bibliotecários, eles interferiram na coleção e, mais do que isso, seu empenho em deixá-la conforme fora produzida, seria, hoje, considerado falsificação. É interessante observar como o próprio Zephyrino Brum descreveu com naturalidade as alterações e acréscimos que ele e seus funcionários fizeram na coleção de retratos:

Como os volumes VII e VIII não tinham títulos, demos-lhes os que lhe convinham e que ocorrem à folha IIIv do Catalogo Manuscripto da Livraria de Diogo Barboza Machado, acrescentamos com o dizer *commum* aos títulos dos seis primeiros volumes: “collegidos por Diogo Barboza Machado, abade da Paroquial Igreja de Santo Adrião de Sever, e Acadêmico Real”. Estes títulos foram feitos à mão, com tinta preta e vermelha, pelo dito Snr Montenegro, *imitando com tanta exactidão os caracteres typographicos dos títulos dos outros volumes da collecção que difficilmente se poderá descobrir diferenças entre os impressos e os manuscriptos* (BRUM, 1893-1905, v. 1, p. VIII, grifo nosso).

Toda essa tarefa de restauração e de pesquisa rendeu relatórios bastante detalhados a respeito do estado da coleção. Entretanto, antes de todo esse trabalho de restauração e durante a sua gestão como diretor da Biblioteca Nacional, Ramiz Galvão realizou um importante estudo sobre o bibliófilo português publicado no primeiro volume dos *Anais da Biblioteca Nacional*, em 1876. Nesse texto, ele tratou da vida e da obra de Diogo Barbosa Machado e deixou transparecer a maneira como via o trabalho daquele erudito do século XVIII, bem como o seu, no século XIX.

Ramiz Galvão nasceu no Rio Grande do Sul, em 1846, e morreu no Rio de Janeiro, em 1938. Assim como muitos outros intelectuais do século XIX, atuou em diversas frentes. De acordo com Eliana Dutra, Galvão teve uma trajetória bastante burocrática dentro do meio intelectual carioca (DUTRA, 2005). Gra-

duou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1868. No ano seguinte, foi nomeado lente de grego no Colégio Pedro II, onde lecionou também geografia. Serviu como médico-cirurgião na Guerra do Paraguai e, em 1870, aos 24 anos, assumiu a função de diretor da Biblioteca Imperial. Suas relações com o imperador d. Pedro II eram estreitas. O monarca confiou a ele a educação de seus filhos e netos e ainda o nomeou como representante do Brasil na Exposição Internacional de Viena. Ramiz Galvão também viajou por toda a Europa, buscando documentos referentes à história do Brasil, tudo isso a pedido de D. Pedro (TUBINO, 1994). A respeito dessa viagem, Alfredo Valadão comenta o seguinte no necrológio de Galvão:

Certo que a constante e especial proteção de D. Pedro II, sobremodo facilitou e estimulou essa tarefa de Ramiz Galvão, nem faltando que em missão oficial, houvesse este de partir para o Velho Mundo, em 1874, onde com tanto destaque já nos tinha representado no ano anterior, na Exposição Universal de Viena, para estudar, agora, a organização das melhores bibliotecas, procurar documentos sobre a nossa história, adquirir livros, tendo minuciosamente visitado as principais bibliotecas de Paris, Londres, Bruxelas, Haia, Berlim, Viena, Milão, Florença, Roma e Lisboa, das quais daria preciosa notícia, em relatório apresentado (VALADÃO, 1938, p. 838).

Ainda do imperador, Galvão recebeu o título de barão de Ramiz, que foi somado a vários outros que possuía, como o de Dignitário da Imperial Ordem da Rosa, Comendador da Real Ordem de Leopoldo (Bélgica), Cavaleiro da Imperial Ordem de Francisco José (Áustria), Cavaleiro da Legião da Honra (França) e Comendador da Ordem de Cristo e Santiago (Portugal) (TUBINO, 1994).

Já na República, Ramiz Galvão foi nomeado inspetor-geral de Instrução Primária do Distrito Federal, passando, mais tarde, a ser diretor da Instrução Pública, cargo que ocupou até 1893,

quando se exilou em função do envolvimento de seu cunhado, Luiz Felipe Saldanha da Gama, na Revolta da Armada. Retornou em 1894 e ocupou diversas outras funções ligadas ao magistério e à imprensa, especialmente.

A carreira de Ramiz Galvão foi ainda muito além. Ele se tornou membro da Academia Brasileira de Letras e acadêmico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), lugar privilegiado de produção historiográfica, que marcou a sua forma de pensar a história e, por certo, teve forte influência no olhar do barão sobre o trabalho colecionista de Diogo Barbosa Machado.

A impressão de Galvão sobre os materiais do abade de Severa, em primeiro lugar, de admiração. Sobre a Coleção Barbosa Machado, o diretor da Biblioteca Nacional deu o seguinte parecer:

Não se sabe, o que mais se deva admirar, se a excellencia das edições raras, se a belleza dos exemplares preferidos pelo douto colleccionador, se emfim a boa ordem e perfeição das colleções facticias, prodígio de peerseverança e de cuidado. Estão nelles reunidas quase todas as províncias do saber humano, representado pelas suas obras mais dignas de nota e estima (GALVÃO, 1876, v. 1, p. 35).

Por outro lado, a obra de Diogo Barbosa era também passível de alguns julgamentos severos. Uma das observações mais rigorosas feitas por Ramiz Galvão se dirigiu ao gosto “duvidoso” do colecionador setecentista. Em relação às tarjas nas quais o erudito envolvia as suas gravuras, Ramiz Galvão (1876, p.35) fez a seguinte consideração:

Barbosa foi um collector intelligentissimo, e ao que parece grande conhecedor de livros; mas o senso artístico, o gosto, o amor do bello esse faltava à sua organização e não fizera nunca o seu cuidado. Como dizer um iconophilo que um soberbo retrato de Edelinck, de Nantevil ou de Vorsterman ganha merecimento dentro de uma communissima tarja de Bonnard?

Haverá consorcio mais absurdo aos olhos de um amator da arte do que o de uma gravura primitiva de Portugal com a arte de G. Audran em seu apogeu de gloria? Não há nega-lo; essa união hybrida, offensiva, quase se-poderia dizer repugnante de retratos e de molduras das escholas mais oppostas, de gravadores os mais distanciados na escala do merecimento e da idade, é a nossos olhos a demonstração viva de que ao nosso illustre bibliophilo eram completamente alheias as noções intuitivas do bello.

Mas as críticas não se restringiam apenas ao gosto estético do abade. Elas dirigiram-se também às obras de cunho histórico produzidas por Diogo Barbosa Machado. A respeito das *Memórias para a história de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Sebastião*, Galvão (1876, p.8) afirmou:

Filha de estudos sérios e de uma consulta laboriosissima de documentos, ella nos-offerece grande copia de factos e de opiniões sobre o reinado do infeliz D. Sebastião, *ainda que não prime pela analyse profunda nem pelo elevado espirito philosophico, que hoje acreditamos inseparável das boas obras históricas* (grifo nosso).

Ramiz Galvão destacou os pontos positivos a respeito do trabalho do erudito, mas também criticou determinadas concepções e procedimentos. Embora consultasse e entrasse em contato com a documentação, Barbosa Machado ainda não estava marcado pelo “espírito filosófico” e pela preocupação em não só narrar, mas, sobretudo, analisar os fatos do passado.

Da crítica ao trabalho de historiador de Barbosa Machado, o diretor da Biblioteca Nacional passou ao exame dos procedimentos da própria Real Academia da História, considerados estranhos a seus olhos e aos de seus contemporâneos. Em seu artigo, Ramiz Galvão conta que, em uma conferência entre os eruditos daquela sociedade, Barbosa Machado propôs aos censores a controvérsia relativa ao desaparecimento do rei d. Sebastião. O abade não

poderia decidir sozinho se aquele monarca escapara vivo da Batalha de Alcácer Quibir ou se nela teria morrido a golpes dos infiéis, combatendo como um herói. Os censores da academia, por sua vez, responderam-lhe que escrevesse que o tal rei saíra vivo da batalha, porém o acadêmico deveria deixar claro que tudo que se contava a respeito de d. Sebastião depois do tal acontecimento devia ser tratado como duvidoso. A estranheza de Galvão recaí exatamente sobre o procedimento da Academia Real:

Esta maneira singularíssima de resolver *ex cátedra* pontos históricos controversos, e da ordem do que se-propunha, seria hoje altamente extranhada, e não haveria escriptor capaz de subjeitar-se a semelhante decisão peremptória; entretanto era aquelle o procedimento geralmente seguido na célebre academia, cujos serviços não nos-é dado negar, mas teve como todas as associações análogas do tempo o enormissimo defeito de não comprehender a sua missão e a sublimidade dos estudos, que tomará sobre seus hombros. A critica histórica em Portugal deveria surgir mais tarde (GALVÃO, 1876, p. 6-7).

Subjacente ao trabalho de Ramiz Galvão e ao olhar que ele lançou sobre Barbosa Machado, havia uma concepção de história. Essa concepção era, em parte, diferente daquela dos eruditos do século XVIII, mas guardava, como veremos adiante, alguns pontos de contato. No entanto, o importante a destacar neste momento é a distinção que o próprio Galvão marcava entre o seu trabalho e o de Diogo Barbosa. Para o membro do IHGB, ainda não havia chegado ao Portugal do Antigo Regime a crítica histórica, fundamental para que o historiador não só contasse o passado, mas o analisasse criticamente, concebendo-o dentro de um movimento linear do tempo. Ramiz Galvão, ele sim, vivia outra época, em que para se dedicar à história era necessário rigor, pois o seu objetivo era lançar razão e imparcialidade sobre os fatos do passado (GALVÃO, 1876, p. 21). Neste ponto, para Galvão, Barbosa Machado era passível de muitas críticas pelos excessivos

e deliberados elogios que fazia aos autores que figuravam em sua *Biblioteca lusitana*. O bibliotecário também criticou o erudito pela severidade com que falava dos escritores protestantes:

Também não podemos passar em silêncio a acrimônia injustificável com que Barbosa Machado constantemente falla dos escriptores protestantes, esquecido de que a verdade nada tem a ver com as crenças religiosas do auctor, desde que o assumpto versa sobre matérias extranhas a este particular (GALVÃO, 1876, p. 19).

Por outro lado, Ramiz Galvão buscava entender e justificar alguns erros que, a seus olhos, foram cometidos por Barbosa Machado a partir do seguinte argumento:

A Inquisição estava então em Portugal em seu pleno vigor, e sabe-se que não seria visto com bons olhos quem, alludindo a um escriptor protestante, lhe não addicionasse um epitheto affrontoso. Era o mal do tempo e da sociedade; que faria Barbosa sinão respeita-lo e convir com elle? Não se-tomára por norma na Academia Real da Historia Portugueza o rejeitar *in lumine* a auctoridade dos escriptores de outro credo religioso? [...] A bibliographia estava naquelles tempos mui longe do que hoje é em matéria de rigor e fidelidade, em methodo de exposição e espirito de critica (GALVÃO, 1876, p. 20-21).

Ramiz Galvão via-se em um “estágio” mais avançado em matéria de entendimento da história, da bibliografia ou da estética do que aquele em que se encontrava Barbosa Machado, estágio este que lhe permitia falar, de um lugar privilegiado, a respeito do gosto do erudito setecentista, da sua parcialidade, da falta de análise e de rigor em suas obras e dos procedimentos tão pouco científicos da Academia Real da História em matéria de julgamento dos fatos. Para Ramiz Galvão, havia diferenças muito claras entre o seu trabalho (e a produção histórica, em geral, do XIX) e os estudos de Barbosa Machado: aqueles detinham outros instru-

mentos, já podiam compreender os fatos de forma mais criteriosa que os acadêmicos do século XVIII. Além disso, a matéria histórica de Galvão tinha outro personagem central: a nação brasileira. Por que, então, fazer uma pesquisa tão minuciosa e se preocupar em restaurar e conservar um trabalho passível de tantas críticas? As respostas podem ser muitas. Mas é preciso considerar que, mesmo com todos os problemas, o empreendimento de Barbosa Machado era, para Ramiz Galvão, de grande importância não só pelo seu trabalho de compilação, mas também porque aquela coleção era capaz de oferecer aos estudiosos documentos interessantes para o conhecimento e análise dos fatos do passado. Era possível, a partir do esforço de Barbosa Machado, realizar aquilo que este erudito e os membros da Academia Real da História não fizeram como historiadores. Eles tinham os documentos, mas não o conhecimento do movimento da história e a “imparcialidade” que, no século XIX, era pré-condição para aquele que desejava se ocupar dos acontecimentos de outrora. O próprio investimento de Ramiz Galvão e de Zephyrino Brum sobre a coleção que estavam restaurando era marcado pela ideia de imparcialidade e de preservar o documento o mais próximo possível do original, apesar das interferências.

Embora Ramiz Galvão pretendesse separar o seu trabalho e as suas concepções das de Barbosa Machado, nós, hoje, podemos destacar algumas semelhanças entre o trabalho do erudito do século XVIII e o do bibliotecário do século XIX. Esses momentos de semelhança estão ligados às singularidades que o processo de disciplinarização da história adquiriu no Brasil. De acordo com Manoel Salgado, na Europa esse movimento foi efetuado fundamentalmente no espaço universitário. “Neste processo, o historiador perde o caráter de *hommes de lettres* e adquire o estatuto de pesquisador, de igual entre seus pares no mundo da produção científica” (GUIMARÃES, 1988, p. 1). Aqui no Brasil, no entanto, a tradição iluminista portuguesa, marcada pelas academias literárias, acabou influenciando a fundação do IHGB, sobretudo

pelo seu caráter elitista e pelos critérios baseados nas relações sociais e pessoais (GUIMARÃES, 1988, p. 6). É justamente essa característica do IHGB que nos possibilita fazer alguns paralelos entre aquele lugar de produção historiográfica e outro, a Academia Real da História, ressaltando que destacar as aproximações não significa negar as diferenças.

Há alguns interessantes pontos de contato entre o IHGB e a Academia Real Portuguesa. Um deles é a própria concepção de história. Embora os membros do IHGB mobilizassem uma percepção do tempo histórico sintonizada com a ideia de progresso e ligada a um projeto de escrita de uma história nacional – questões que não aparecem no projeto historiográfico da Academia Real – ainda estava presente no discurso de muitos de seus membros a concepção de que a história seria capaz de ensinar os homens através dos exemplos do passado. Não é por acaso, portanto, que Ramiz Galvão tenha dedicado boa parte de seu tempo no Instituto Histórico aos necrológicos, na medida em que ocupou durante muitos anos o cargo de orador perpétuo do IHGB. Além disso, ele foi um dos responsáveis pelas comemorações do IV Centenário do Descobrimento do Brasil. Em relação às festas que comemorariam tal data, ele afirmava que:

[o objetivo de tais comemorações era] agitar o sentimento que exalta os corações, lembrando-lhes o nascer da Pátria, as glórias do seu passado, a rota vencida através de tamanhas lutas e dificuldades, a situação presente e por último os fundamentos assentados para o edifício robusto e altaneiro do futuro (GALVÃO, 1910, Introdução).

Para Ramiz Galvão, o passado servia para despertar o fervor patriótico, estimular a juventude e, em consequência, conseguir o mais importante: fazer com que “o país seguisse no caminho do progresso” (GALVÃO, 1910, Introdução). Para isso, os acadêmicos do IHGB não mediram esforços para as comemorações do IV Centenário. De maneira semelhante aos acadêmicos da Real

Academia, os membros do Instituto empenharam-se em tarefas como a de organizar festividades, elaborar selos, diplomas e moedas comemorativas, pensar a arquitetura de arcos monumentais e estátuas etc.

De acordo com François Hartog, com o advento do regime moderno de historicidade, o exemplar, como tal, desapareceu para dar lugar ao que não se repete. O passado é, portanto, visto como ultrapassado. Se ainda existe uma lição da história, ela vem do futuro e não mais de um tempo que passou (HARTOG, 2003, p. 17; KOSELLECK, 1997, p. 15-99). No entanto, no caso do IHGB, o mais interessante é perceber como, em um mesmo lugar de produção historiográfica, a percepção da história como mestra da vida não necessariamente precisou ser suplantada pela ideia da história como progresso. Esta última, para o IHGB e para Ramiz Galvão, não pressupunha necessariamente uma ruptura com o passado, mas, pelo contrário, incorporava fatos e personagens de outrora, que deveriam não só honrar a pátria, mas “falar ao coração da juventude”, responsável pelo caminho da nação para o progresso (GALVÃO, [1900], p. 1). Dessa forma, o diretor da Biblioteca Nacional, embora criticasse a parcialidade e os excessivos elogios feitos por Diogo Barbosa em suas obras – como a *Bibliotheca lusitana* – estava também preocupado em exaltar os personagens que, através dos anos, formaram o que naquele momento era a nação brasileira.

Foi com este objetivo que Ramiz Galvão, ainda no ano do quarto centenário, fez uma *Galeria de História Brasileira*, álbum que reproduzia as telas e gravuras que representavam grandes personalidades e temas da história nacional. Constam nessa galeria nomes como Cristóvão Colombo, Pedro Álvares Cabral, Vasco da Gama, marquês de Pombal, Tiradentes, José Bonifácio, Duque de Caxias, entre outros. Alguns dos fatos representados são: a elevação da Cruz em Porto Seguro, o ataque holandês ao Nordeste, a aclamação de d. João VI, o Grito do Ipiranga, a Guerra do Paraguai, a emancipação dos negros e a Proclamação da República.

Mesmo partilhando de determinadas preocupações que, evidentemente, não tinham como estar presentes na Academia Real ou no trabalho do abade de Sever, Ramiz Galvão conferia um sentido pedagógico ao estudo do passado. Nele estavam gravados os grandes personagens e fatos que mostravam o valor de um determinado povo ou nação. Enquanto Barbosa Machado constituiu o seu rol de reis, varões insignes e eventos portugueses (a sua coleção de exemplos morais e bom governo), Galvão produziu a sua galeria de personalidades e fatos marcantes da história pátria. Ambos faziam um trabalho de memória – uma memória aristocrática e outra nacional – ao estabelecer o que devia e o que não devia ser lembrado.

A semelhança entre os trabalhos de Ramiz Galvão e de Barbosa Machado poderia terminar aí, mas não terminam. Na galeria produzida pelo barão de Ramiz, encontram-se imagens de alguns reis portugueses diretamente ligados à história do Brasil, tais como d. Manuel (monarca que reinava à época da descoberta do Brasil), d. João III (em cujo reinado se iniciou a colonização na América portuguesa), d. Sebastião (período de expulsão dos franceses e fundação do Rio de Janeiro), Felipes I, II e III (época em que o Brasil estava sob domínio espanhol e momento também de luta contra os franceses e holandeses), d. João V (elaboração do Tratado de Utrecht e período da mineração), além de outros. É importante destacar que, embora aquelas gravuras pudessem ser tomadas como meras imagens de reis portugueses, na verdade eram cópias dos retratos que figuram na Coleção Barbosa Machado. Ramiz Galvão não só elaborou seu estudo sobre o abade de Sever, como também aproveitou as imagens de sua coleção no momento em que fez a *Galeria da História Brasileira*.

O trabalho de Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional e, especialmente, o estudo que promoveu sobre Diogo Barbosa Machado são de grande importância. Para qualquer pesquisa que se faça sobre o abade de Sever e sua coleção é indispensável passar pelo

primeiro volume dos *Anais da Biblioteca Nacional*, em que consta o artigo do diretor da BN sobre Diogo Barbosa Machado. O trabalho realizado posteriormente por Zephyrino Brum, documentado nos relatórios trimestrais da seção de iconografia, também é incontornável, em especial pela riqueza de detalhes com que descreve o processo de restauração das imagens. No entanto, se o trabalho de Galvão foi precursor, ele, todavia, não foi o único. Já no século XX, alguns bibliotecários restauraram ou trabalharam de alguma maneira com a coleção do abade de Sever. Nesse momento, as principais mudanças se deram não na parte dos retratos – cuja última modificação foi feita nos tempos de Brum –, mas nos folhetos e mapas. A bibliotecária Rosemarie Horch se destacou nesse processo, pois coube a ela fazer um catálogo de todos os opúsculos da Coleção Barbosa Machado.

Rosemarie Horch estudou na Europa e começou a trabalhar com a coleção de opúsculos de Barbosa Machado desde que entrou para a Biblioteca Nacional. Incumbida de fazer um catálogo daquele acervo, a funcionária, quando esteve em licença-maternidade, pôde transportar para casa vários dos volumes daquela coleção. Em 1956, ano em que se mudou para São Paulo, ela chegava a levar cerca de quatro ou cinco tomos dos folhetos para que seu trabalho não fosse interrompido (HORCH, 2005). Apesar dos conhecidos problemas de segurança, sofridos ainda hoje pela Biblioteca Nacional, esta prática de retirar obras do prédio em que elas estão abrigadas nos soa, atualmente, não usual. No entanto, tal procedimento foi detalhado com muita naturalidade pela funcionária. Outros tempos, em que a maneira de lidar e cuidar do acervo era claramente diferente.

O catálogo produzido por Rosemarie foi publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional* a partir de 1972. Hoje, é referência para aqueles que procuram estudar algum assunto a partir dos folhetos coligidos por Diogo Barbosa. No entanto, a maneira como este catálogo foi produzido difere da forma como o bibliófilo setecentista organizou a sua coleção de opúsculos. Conforme

já indicamos, a divisão proposta pelo abade era, especialmente, temática. Dessa forma, os folhetos eram selecionados por assuntos (genetlógicos, exéquias, notícias militares etc.) e, dentro de cada tomo, foram dispostos em ordem cronológica. No entanto, a bibliotecária optou por catalogá-los não na ordem em que apareciam nos volumes, mas cronologicamente, pois, assim, era possível perceber o desenvolvimento do interesse português pelo Brasil (HORSH, 2005).

Rosemarie teria trabalhado com os suportes originais dos livros que, de acordo com a bibliotecária, estavam com a encadernação de couro em péssimo estado. Alguns tomos encontravam-se amarrados, outros com várias folhas soltas. Nem todos os volumes estavam do mesmo tamanho. No entanto, foram iguados pela encadernação.

Podemos perceber que, durante o tempo que permaneceu na Biblioteca Nacional, a coleção sofreu algumas modificações que merecem ser ressaltadas, pois foram mudanças que alteraram a obra de seu artífice. A Coleção Barbosa Machado foi, aos poucos, perdendo o seu caráter de compilação particular e o abade de Sever foi esquecido como autor deste conjunto. Atualmente, não há um catálogo na Biblioteca Nacional que nos leve diretamente à coleção de Machado, pois sua classificação ficou condicionada à Biblioteca Real. Só é possível saber se um livro era ou não da sua livraria pessoal a partir do ex-libris do colecionador. Além dessa, não há maiores referências nos fichários daquela instituição.

No século XIX, a coleção foi ainda distribuída pelas diversas seções da Biblioteca Nacional, o que a fez perder seu caráter de uma livraria completa. Atualmente, existem três conjuntos separados – de retratos, de opúsculos e de mapas –, pois eles foram preservados em setores diferentes, respectivamente Iconografia, Obras Raras e Cartografia. A coleção de Barbosa Machado acabou sendo utilizada sobretudo para estudar assuntos isolados, referentes à história do Brasil ou à história da monarquia portuguesa. Muitas vezes é esquecido o processo de preservação desses

folhetos e de constituição dos mesmos como fontes. O catálogo de Rosemarie Horch, embora muito útil como instrumento de pesquisa para os estudiosos, acabou não preservando a classificação projetada pelo colecionador dos opúsculos.

Alguns materiais, isoladamente, também sofreram modificações. Um folheto sobre d. Pedro II que comportava várias gravuras do soberano acabou desmembrado, pois as imagens estavam dobradas, prejudicando a sua conservação. Elas foram levadas para a seção de Iconografia. Algo semelhante aconteceu com os mapas. Lygia Cunha afirma que estes materiais da Coleção Barbosa Machado formavam apenas um volume. A chefe da seção de cartografia, Maria Dulce de Faria, desenvolveu um trabalho de separação de cada mapa, tirando-os da encadernação original. Por serem muito grandes, eles se encontravam dobrados dentro do tomo. Agora são preservados abertos e em gavetas (CUNHA, 2005).

Conhecer essas modificações é importante, em primeiro lugar para lidarmos melhor com a coleção. É preciso entender que ela mesma possui uma história. No entanto, esse acervo também nos remete à história da conservação e da biblioteconomia no Brasil. Em fins do século XIX, enquanto os funcionários da Biblioteca Nacional interessavam-se em preservar a forma original dos documentos, camuflando, inclusive, as alterações e acréscimos posteriores (vale lembrar que, segundo Zephyrino Brum, o reparo foi feito de forma tão perfeita que se tornava difícil descobrir as diferenças entre o original e o restaurado), os bibliotecários do século XX pareciam mais interessados em preservar os objetos da coleção, ainda que para isso fosse necessário interferir neles. Assim, ao longo da sua história, a coleção passou por reelaborações pelas mãos de outros artífices.

Essas questões em torno da restauração e das modificações sofridas pela coleção nos remetem à oposição que, em geral, se faz entre o francês Eugène Emmanuel Viollet-Le-Duc e o inglês John Rusken. Enquanto este último pregava o absoluto respeito

pela matéria original, enfatizando que a atitude diante dos documentos vindos do passado deveria ser apenas de conservação e contemplação, Viollet-Le-Duc, por outro lado, “não se contentava, como restaurador, em fazer uma reconstituição hipotética do estado de origem”, mas procurava refazer ou restaurar qualquer coisa pensando como os homens de outrora teriam feito se detivessem os conhecimentos e as experiências dos homens de sua própria época (KÜHL, 2000, p. 18-19). Como proceder, então? Restaurar, mas com o compromisso de preservar como na forma original, mesmo que isso significasse comprometer a preservação do documento? Ou restaurá-lo, utilizando técnicas novas, ainda que significasse interferir na originalidade do material? Mas restaurar, em qualquer uma das opções, já não é, necessariamente, interferir no original? Parece que, tanto Ramiz Galvão e Zephyrino Brum, quanto Lygia Cunha, Rosemarie Horch e Maria Dulce de Faria, em algum momento de suas trajetórias profissionais, tiveram de se deparar com questões semelhantes. A tendência atual dos bibliotecários e restauradores é interferir minimamente no objeto, o que nos permite dizer que uma restauração nos moldes daquela feita por Zephyrino Brum talvez não tivesse espaço hoje em dia. No entanto, curiosamente, percebemos que, mesmo no século XXI, essa tendência não é tomada sempre de forma rigorosa e absoluta.

A história da Coleção Diogo Barbosa Machado ultrapassa, portanto, a vida de seu autor e compilador. Ela não só nos remete à maneira como o século XVIII relacionava-se com o passado e o futuro, mas também à forma como, posteriormente, os funcionários da Biblioteca Imperial e da Biblioteca Nacional elaboravam a sua experiência do tempo a partir do seu trabalho diário com os materiais herdados do passado (entre eles, esta coleção). Vimos como o acervo se alterou, principalmente no que se refere à organização original proposta por Barbosa Machado, ganhando não apenas modificações em sua estrutura e composição, mas também novos significados.

[...] os arquivos constituem os lugares menos inocentes que se podem encontrar, pois, de fato, são depósitos que forjam uma memória e, ao mesmo tempo, apagam outra. A ideia do arquivo como lugar de construção de memória, e não unicamente depósito dela, me parece muito eloquente nesta circunstância. No fundo, encontramos apenas no arquivo o que está nos esperando, o que há séculos está disposto com todo o cuidado para que encontremos.

(ÁLVAREZ, 2003, p.359.)



Portada alegórica de autoria de Francisco Vieira Lusitano. No alto da imagem, lê-se “*Restituet Omnia*”, divisa da Academia Real da História Portuguesa que traduz a ideia de se restituir ao mundo as ações gloriosas de Portugal. Água-forte e buril, 1728

## A COLEÇÃO DIOGO BARBOSA MACHADO COMO ARQUIVO

---

Como vimos na primeira parte deste trabalho, a Coleção Diogo Barbosa Machado teve uma longa história, passando não só pelas mãos do abade de Sever, mas também de técnicos e bibliotecários que, décadas depois, debruçaram-se sobre aqueles materiais. Ela foi montada de acordo com as demandas do século XVIII, mas acabou sofrendo a interferência de profissionais nos séculos XIX e XX, tendo sido consideravelmente modificada por eles. Nessa segunda parte de nosso texto, permaneceremos no Setecentos a fim de aprofundar os estudos das relações entre a constituição desse conjunto de materiais e dois elementos essenciais para entendermos o interesse histórico do período: a formação da Academia Real da História Portuguesa e a preocupação em relação aos vestígios do passado. Essa preocupação expressava-se, sobretudo, pelo decreto de 1721, que visava a conservar as antiguidades portuguesas com o objetivo de utilizá-las para a tarefa de escrever a história eclesiástica e secular de Portugal e de suas conquistas.

Dessa forma, estruturamos essa segunda parte do trabalho tentando, em primeiro lugar, estabelecer uma relação entre a Academia Real da História, o decreto de 1721 e o conjunto de materiais compilados por nosso abade, adentrando, assim, o ambiente letrado do século XVIII português, e discutindo o projeto historiográfico daquela recém-fundada instituição. Nosso objetivo era localizar a coleção dentro de um conjunto de questões da época e, principalmente, dentro de uma proposta de escrita da história pautada não somente na tradição, mas já

apontando a importância dos testemunhos e do documento, o que explica o interesse daqueles letrados em constituir coleções. Em seguida, voltamos um pouco no tempo e, acompanhados do erudito seiscentista Manoel Severim de Faria, indicamos que a própria Academia Real e Barbosa Machado se inseriam em um ambiente letrado que não nasceu com aquela instituição, mas lhe era anterior. A história já havia se instalado entre os homens da Igreja e do governo português, de onde, algumas décadas depois, saíam os membros da Real Academia. Por fim, veremos que, dentro de uma proposta historiográfica pautada em testemunhos, a coleção do abade de Sever pode ser entendida como um arquivo que poderia servir ao projeto de escrita da história da Academia Real. Dessa forma, coube-nos, então, analisar este arquivo e evidenciar os critérios que Barbosa Machado utilizou para organizar os documentos colecionados por ele durante décadas.

## **A Academia, o decreto e o projeto de uma escrita da história pautada em documentos**

O surgimento da Academia Real da História e a promulgação do decreto de 1721 devem ser entendidos dentro do projeto ilustrado levado adiante durante o reinado de d. João V, projeto este que envolvia a criação de bibliotecas, a aquisição e formação de coleções de instrumentos científicos e o incremento da produção editorial no reino (ALMEIDA, 1991). Associado a esse movimento, é possível perceber também o interesse pelo estudo do passado, em especial do próprio passado lusitano. Como veremos adiante, esse interesse não foi específico do período joanino. No entanto, naquele momento, o estudo da história ganhou uma dimensão institucional, com a formação de uma academia própria.

A ideia de fundar a Academia Real não nasceu propriamente do rei, mas do esforço de um grupo erudito, que envolvia particularmente homens como Manuel Caetano de Sousa. Entrando em

contato com a república das letras europeia por meio de viagens à França e à Itália, ele apresentou ao monarca a possibilidade de escrever a história eclesiástica de Portugal. A proposta foi rapidamente aceita por d. João, que escolheu o próprio Caetano de Sousa como membro número um da recém-fundada instituição. O recorte pautado apenas na história eclesiástica de Portugal acabou por se expandir, pois, de acordo com Manuel Teles da Silva, toda a história lusa se “achava diminuta, imperfeita e incompleta” (SILVA, 1727, prólogo; MOTA, 2003, p. 29). Assim, o projeto acadêmico acabou englobando também a história secular do reino, dividida de acordo com seus reinados. Para tal empresa, muitos eruditos foram convocados como membros numerários (residentes em Lisboa) ou supranumerários (residentes em outras cidades ou ainda nas terras do ultramar). Há certa diversidade no que se refere aos acadêmicos. Temos neste grupo Diogo Barbosa Machado, erudito modesto, ligado à proteção do marquês de Abrantes, mas também homens como Pedro de Almeida Portugal (conde de Assumar) e Martinho de Pina e Proença, nomes importantes no que se refere à política ultramarina da época.<sup>12</sup> Além desses e do já citado Caetano de Sousa, Francisco Xavier de Meneses (o conde da Ericeira) tinha uma grande importância naquele ambiente letrado. Isto se deve, especialmente, ao incentivo de longa data que os integrantes de sua família deram ao desenvolvimento de grupos literários e eruditos em Portugal, como a Academia dos

.....  
12. Pedro de Almeida Portugal, marquês de Alorna e 3º conde de Assumar, nasceu em 1688. Barbosa Machado nos informa que ele foi exímio conhecedor de línguas, matemática e história eclesiástica e profana, a ponto de ser nomeado, em 1733, para os quadros da Academia Real. Mas sua vida não foi apenas dedicada às letras. Ele participou da Guerra de Sucessão Espanhola e foi nomeado, em 1717, Governador das Minas. Em 1744, foi eleito vice-rei da Índia com o título de marquês de Castelo Novo. Martinho de Mendonça de Pina e Proença, por sua vez, foi fidalgo da Casa Real e membro do Conselho Ultramarino. Também se dedicou às letras, tendo sido, de acordo com Barbosa Machado, um homem de grande intelecto e conhecedor das línguas latina, grega, francesa, italiana e inglesa. (MACHADO, (1747) 1741-1759, v. 3. p. 441 e 552-553).

Generosos, fundada em 1647. Alguns ambientes eruditos foram criados ao longo do século XVII, como a Academia dos Titulares, formada em 1661, e a dos Solitários, instituída em Santarém no ano de 1664. De acordo com Diogo Ramada Curto, essas iniciativas eram de caráter privado, diferentemente da Academia Real da História, constituída no século seguinte por um interesse da realeza e financiada pelo monarca, que chegava, inclusive, a participar de algumas de suas sessões (CURTO, 1988, p. 98).

A Academia Real da História não foi objeto de estudo de muitos historiadores. Joaquim Veríssimo Serrão e Antonio de Oliveira Marques em suas obras sobre historiografia portuguesa passaram rapidamente pela existência daquela instituição (SERRÃO, 1974; MARQUES, 1988). Oliveira Marques dedicou algumas páginas de seu livro *Ensaio de historiografia portuguesa à Academia Real*, entendida por ele como o “derradeiro florescimento da historiografia absolutista clerical” (MARQUES, 1988, p. 27). Seu fim teria simbolizado o término de um período historiográfico e o surto de outro, o dos homens das “luzes”, em que, do mero registro dos fatos e da compilação de eventos, passou-se à elaboração de uma visão harmoniosa da civilização e a uma interpretação filosófica da humanidade. Veríssimo Serrão, por sua vez, explicou o “surto historiográfico” do momento pela ideia vigente de que a história era tida como um elemento fundamental para valorizar o próprio tempo, tornando os homens mais doutos e felizes (SERRÃO, 1974, p. 10). Sua obra é introdutória e informativa e, na verdade, o autor desenvolveu uma espécie de inventário de historiadores e de suas obras. Por outro lado, no que se refere à Real Academia, ele ainda mostrou como o seu surgimento e o culto ao passado eram associados a outras iniciativas, como a defesa da língua portuguesa, a preservação de monumentos e a organização interna dos arquivos. Veríssimo Serrão (1974, p. 62) enfatizou a ideia de que a Academia Real não surgiu *ex nihilo*, mas “foi uma forma concreta de um ideal de cultura que pairava no ar e correspondia aos anseios daqueles

homens”. De modo geral, as academias literárias que antecederam a Academia Real da História já exemplificavam, de acordo com este autor, esse “ideal de cultura”.

Entretanto, o trabalho mais importante sobre a Academia Real da História foi produzido por Isabel Ferreira da Mota. Seguindo os passos dos autores anteriores, a historiadora desenvolveu uma tese de doutoramento muito detalhada e pautada em volumosa documentação. Ela destacou o papel da Academia, seu projeto, inovações e sua importância para a delimitação de um campo historiográfico em Portugal. Entre outras coisas, enfatizou que aquela instituição nasceu estreitamente comprometida com a monarquia lusitana, seja em relação aos seus rituais acadêmicos, seja em seu projeto historiográfico (MOTA, 2003).<sup>13</sup>

Em relação aos rituais acadêmicos, Isabel Mota sugere que o rei parecia estar consciente do papel simbólico que poderia ter a recém-criada academia. Essa função de exaltação real não se restringia apenas à academia portuguesa. No século anterior, mais precisamente em 1660, foi fundada na França uma institui-

.....

13. Outra autora que, a partir dos estudos de Isabel Mota, ressaltou a importância e os projetos da Real Academia foi Íris Kantor. No entanto, seu objeto de pesquisa não foi propriamente esta instituição, mas as Academias dos Esquecidos e dos Renascidos, fundadas na América Portuguesa entre 1724 e 1759. É importante citar ainda, no que se refere à preocupação com questões como os aspectos rituais do poder no período de D. João V, os trabalhos de Ana Cristina Araújo. Em um artigo, a historiadora destaca que “o jogo metafórico da linguagem política, derramado na visão hiperbólica da vivência cotidiana do príncipe, é fixado pelas festividades típicas da sociabilidade cortesã e, de modo especial, pelas comemorações de aniversários, casamentos e funerais de membros da família real”. A imagem do rei era elaborada para os seus súditos nas diversas cerimônias de celebrações como os casamentos, aniversários e as exéquias, por exemplo. Eventos que deveriam fazer justiça ao poder e grandeza do monarca. A citação do trabalho de Ana Cristina Araújo é interessante, pois os responsáveis por atividades como decoração, representação e configurações de imagens dos reis e príncipes eram os acadêmicos-historiadores da Academia Real da História. Longe de ser um trabalho de escrita solitária, ser historiador naquele momento significava trabalhar em equipe, para elaborar uma imagem do rei (KANTOR, 2004; ARAÚJO, 2001, p. 175-208).

ção consagrada à glória do rei, a *Académie Royale des Inscriptions et Belles-Lettres*. Seus membros produziam várias representações do monarca através de retratos, medalhas que mandavam cunhar, panegíricos e narrativas históricas (MOTA, 2003, p. 100). No caso português, os acadêmicos, além de trabalharem nessas atividades, ainda estavam à frente de importantes rituais que mediavam o relacionamento entre a Academia, o rei e seus súditos. Já destacamos que eles se reuniam duas vezes por ano, uma para comemorar o aniversário do rei, outra, o da rainha. Aquele era o espaço de exaltação da monarquia. Era o momento não só de representar uma ordem e uma hierarquia que engrandecia o rei e determinava o lugar de cada súdito, mas de produzir e confirmar esta mesma ordem nos discursos, gestos e atitudes. De acordo com Isabel Mota:

A Academia Real da História é uma instituição fundamental para a implementação e dominação de um valor e uma crença que é a da soberania régia e, através de seus membros, instituição fundamental para a construção do Estado Moderno centralizado, como instituição formadora e difusora de funcionários competentes e leais à Coroa. [...] [A Academia Real] delineia imagens, valores e modelos culturais que se vão interiorizando, das quais destaca-se a imagem do rei e o valor da história (MOTA, 2003, p. 282).

Isabel Mota ressalta, portanto, as contribuições da Real Academia para a construção das representações sociais no reinado de d. João V. Aquela instituição projetou uma imagem poderosa, sagrada e absoluta do rei, impondo aí, segundo a autora, uma tradição que veio eclodir no chamado “despotismo pombalino”. O rei preocupava-se com a sua imagem frente aos súditos. Mas havia aí também a preocupação com o futuro e com a imagem que seria deixada para a posteridade. Nesse sentido, a tarefa de resolver essas questões coube à recém-fundada academia. Era sua função pensar, por exemplo, o modo como príncipes e monarcas deve-

riam ser representados nas gravuras. O retrato da família real tornava-se uma questão de estado, pois projetava uma imagem de um determinado reinado não só para os vassallos do presente, mas do futuro. Se quisermos ir além do reino, essa imagem era construída ainda para os súditos de outras regiões do império – muitos dos quais só teriam a chance de “conhecer” o rei por meio da sua representação nos retratos – e para os demais reinos europeus, principalmente se considerarmos o intercâmbio de imagens e documentos entre os eruditos de uma *república das letras europeia*.<sup>14</sup>

Sobre o projeto de escrita da história da Academia Real, a exaltação dos reis e das glórias da monarquia portuguesa também era a tônica da instituição. Um dos objetivos principais ao se escrever a história eclesiástica e secular do reino era tirar do esquecimento aqueles vassallos que contribuíram para a grandeza da monarquia, e ainda juntar e organizar notícias espalhadas a respeito de Portugal e suas possessões. Seus acadêmicos numerários e supranumerários ficaram responsáveis por recolher materiais que contribuiriam na tarefa de escrever as memórias históricas das várias regiões do império. A preocupação com a história do império português significava que o projeto acadêmico se interessava pelos feitos dos portugueses em todas as partes do mundo e não propriamente no reino. Daí a necessidade de recolher notícias das várias regiões que evidenciassem a grandeza do império.

O trabalho dos acadêmicos, no entanto, ia muito além da recolha de materiais. Também a eles competia esclarecer determinadas dúvidas que pudessem surgir a partir da tarefa de coleta de materiais e informações. O lugar de nascimento de alguns personagens considerados importantes para a história portuguesa, por exemplo, não era conhecido ou bem definido. Era preciso pesquisar sobre a origem de certos homens e mulheres para saber

.....  
14. Ana Paula Megiani dedicou-se, em alguns de seus trabalhos, a pensar os círculos letrados portugueses e suas conexões por todo o império. Sobre o assunto ver MEGIANI, 2004; 2007.

se eram ou não portugueses de nascimento. O objetivo era evitar correr o risco de exaltar santos, prelados e varões pertencentes a outro reino, talvez até rival a Portugal. Um exemplo desses personagens é São Frutuoso, arcebispo de Braga, confundido com o abade de Constantim, de mesmo nome. Outra santa cuja vida trazia alguns pontos duvidosos era Wilgeforte. Os acadêmicos perguntavam-se em que região teria nascido aquela mártir e se ela e a Santa Liberata de Sigüenza eram a mesma pessoa (SILVA, 1727, p. 116). A contenda talvez não se tenha resolvido, pois embora tenha sido incorporada à coleção de Barbosa Machado no tomo dos retratos relativo aos varões insignes em virtudes e dignidades, os dois nomes, Liberata e Wilgeforte, aparecem nas gravuras (MACHADO, [17--] b, v. 3, p. 30).

Ao escrever sobre a Academia Real, Manuel Teles da Silva afirmava que aquela instituição aparecia para produzir uma história “completa e verdadeira”, tentando marcar aí uma escrita diferente daquela caracterizada como “tosca e antiquada”, conforme elaborada pelos cronistas, que até então tinham a função de narrar os acontecimentos do passado. Isabel Mota ressalta que, com a fundação da Real Academia, há um declínio dos cronicados, muito embora tal cargo tenha sido preservado (MOTA, 2003). A título de exemplo, convém destacar que José Barbosa, irmão de Diogo, exerceu tal função como cronista da Casa de Bragança. No entanto, os próprios acadêmicos reais diferenciavam o seu trabalho daquele desenvolvido pelos cronistas, pelo fato de a sua proposta de escrita da história se pautar sobretudo em “documentos”. Os arquivos, cartórios, cabidos das catedrais, conventos, câmaras e comarcas do reino deveriam fornecer aos eruditos da Real Academia notícias que esclarecessem dúvidas como: quando e por quem foram fundadas as paróquias, capelas e dioceses? Havia, naquela região, santuários de relíquias insignes ou imagens milagrosas? Que procissões eram feitas na cidade? Que varões insignes em virtudes ou letras eram naturais daquela cidade? Quem foram os prelados da diocese? Que memórias há de

suas virtudes? Recomendava-se ainda o inventário dos documentos, como bulas, privilégios, doações e testamentos, e também se esperava que os párocos copiassem os letreiros das sepulturas, capelas e armas (SILVA, 1727, prólogo). O objetivo de todo esse trabalho era tirar a menor sombra de falsidade das narrações dos acontecimentos da história secular e eclesiástica de Portugal. Para isso, era preciso ir aos documentos, organizá-los, verificar os verdadeiros e falsos para, então, montar as memórias do reino.

Para desenvolver suas memórias e seu trabalho, os eruditos precisavam de documentação e, nesse sentido, puderam contar com a iniciativa de d. João V. Sobre este assunto, Manuel Teles da Silva afirmou, exaltando, é claro, o mecenas da Academia: “não poderia certamente melhorar a nossa história sem o socorro do braço real” (SILVA, 1727, prólogo). O monarca tomou duas medidas importantes para que os eruditos pudessem levar a cabo o projeto historiográfico pretendido. Em primeiro lugar, conferiu aos acadêmicos o direito de livre acesso a qualquer arquivo do reino, nomeando, inclusive, alguns daqueles eruditos para cuidar da sua organização. Em segundo lugar, favoreceu, a partir do decreto promulgado em 13 de agosto de 1721, a preservação de monumentos e restos arqueológicos que permitissem o conhecimento do passado português.

O objetivo do decreto de 1721 era preservar monumentos, estátuas, moedas e todos os outros vestígios, mesmo ruínas, de um passado lusitano. Esse passado ao qual o decreto se referia foi também claramente estabelecido, uma vez que compreendia os seguintes povos que habitaram outrora Portugal: fenícios, gregos, persas, romanos, godos e árabios. Vejamos o que diz o decreto:

Por me representarem o director, e censores da Academia Real da Historia Portugueza, eclesiástica, e secular, que procurando examinar por si, e pelos acadêmicos os monumentos antigos que havia, se podiam descobrir no reyno, dos tempos em que nelle dominarão os Fenices, Gregos, Persas, Romanos, Godos e Arabios, se achava que muitos que puderão existir nos

edifícios, estátuas, mármore, cippos, laminas, chapas, medallas, moedas e outros artefactos, por incúria e ignorância do vulgo se tinham consumido, perdendo-se por este modo um meyo muy próprio, e adquado, para verificar muitas noticias da venerável antiguidade, assim sagrada como política; e que seria muy conveniente à luz da verdade e conhecimento dos séculos passados [...]”<sup>15</sup>

O argumento que justificava essa lei residia no desaparecimento e destruição dos sinais de um tempo passado “pela incúria e ignorância do vulgo”. Cabe destacar que, em uma das reuniões dos membros da Academia, fora iniciada uma discussão em que os acadêmicos se perguntavam se os monumentos encontrados nas diversas regiões do reino deveriam permanecer em seu ambiente de origem ou, antes, serem transportados para lugares mais seguros, longe das pessoas incultas, que não conseguiam reconhecer aqueles materiais como vestígios de um passado glorioso português (SILVA, 1727). É interessante observar a constituição de um olhar que separava o acadêmico e homem das letras das pessoas “comuns”. O acadêmico conservava e entendia o monumento como forma de conhecer o passado, ao contrário do vulgo que, ao invés de preservar, conferia utilidade a uma coluna grega ou a um artefato dos tempos romanos. Essas tarefas de recolher e resguardar não são naturais. Transformar os vestígios do passado em materiais a partir dos quais se poderia conhecer algo é, antes de tudo, o trabalho de um olhar construído em um dado momento por um grupo de eruditos que estava à frente da Real Academia e do qual fazia parte Diogo Barbosa Machado. O passado era percebido como passível de conhecimento se fosse estudado a partir daquilo que dele ficou.

.....  
15. PORTUGAL. Decreto de D. João V, de 13 de agosto de 1721. In: ACADEMIA Real da História Portuguesa e a sua Lei de Proteção a Monumentos Arqueológicos. Lisboa: [s.n.], 1958.

Reconhecer e recolher documentos pressupunha também saber como tratá-los. De acordo com Íris Kantor, a partir do final do século XVII, a diplomática moderna trouxe inovações importantes no que se refere à autenticação documental (KANTOR, 2004, p. 205). As novas técnicas foram debatidas e sobretudo incorporadas ao trabalho dos acadêmicos reais portugueses, que passaram a se preocupar em coletar documentação e organizar arquivos. As ações generosas e heroicas dos vassalos em prol da “glória do reino” só seriam destacadas depois de comprovadas pelo trabalho erudito de procura e reconhecimento dos testemunhos.<sup>16</sup> Dessa forma, era função dos acadêmicos não só compilar os documentos necessários para escrever a história do reino, como também lançar mão das técnicas modernas de autenticação documental com o objetivo de separar os autores e documentos confiáveis dos duvidosos. Como destaca Kantor (2004, p. 205), cabia aos membros daquela instituição classificar as fontes, distinguir os relatos literários dos verídicos e excluir os milagres e tradições que não tivessem comprovação documental.

Havia interesses políticos muito claros nesse empreendimento. Ainda de acordo com Kantor, a Academia Real possuía feições geopolíticas e se relacionava a uma conjuntura posterior à chamada paz de Vestfália (1648). Nas suas palavras,

A concorrência entre as diversas potências europeias teria levado Portugal a munir-se com documentação comprobatória, investindo numa política oficial de construção da memória histórica dos seus domínios ultramarinos (KANTOR, 2004, p. 19).

.....

16. Raphael Bluteau, em seu dicionário, define documentos como “provas, testemunhos, papéis”. Ele não usa a palavra “fonte”, tampouco encontramos esta expressão nos documentos da Real Academia ou nos textos de seus acadêmicos (BLUTEAU, 1713, v. 3).

Com Vestfália, a diplomacia portuguesa foi obrigada a reformular a fundamentação teológica da expansão marítima, uma vez que as justificativas baseadas nas concessões papais, como eram os casos do Tratado de Tordesilhas e da bula *Inter Coetera*, não mais surtiam efeito frente às demandas de um cenário internacional mais complexo. A história, em seus diversos gêneros, passava a ser fundamental como uma justificativa para os interesses políticos dos reinos europeus. Porém, não se tratava de qualquer narrativa. Importava, agora, que ela fosse pautada em documentos que confirmassem a legítima ocupação ou domínio, por exemplo, de um território. Naquele momento, “configurava-se um discurso – de caráter mais secular – de justificação do império” (KANTOR, 2004, p. 45-46).

Essa preocupação historiográfica não se restringiu apenas à coroa portuguesa. Na Espanha também podemos observar um movimento de interesse pela história, concretizado na fundação, em 1738, da *Real Academia de la Historia*, interessada no estabelecimento rigoroso dos fatos, na unificação das datas, na limpeza e crítica das fontes, na redação de memórias eruditas, no empreendimento de coleções, entre outros objetivos que também podiam ser encontrados entre os acadêmicos portugueses quase duas décadas antes (MOYA, 1996, p. 7-43). No entanto, havia pelo menos duas diferenças muito fortes entre as instituições ibéricas. Em primeiro lugar, a Academia Portuguesa foi uma iniciativa da coroa e era custodiada por ela, enquanto a espanhola, de caráter cortesão, tinha apenas a proteção dos monarcas. Em segundo lugar, aquela era uma instituição exclusivamente de história, enquanto esta se dedicava também às ciências, às línguas e à poesia (KANTOR, 2004, p. 41).

Vale ressaltar que essa especialização era bastante inovadora para os padrões europeus da época, uma vez que essa matéria ainda não se constituía como um campo muito claro e separado. As demais academias, como a espanhola, acabavam estudando não apenas história, mas também poesia, física, política, entre

outros assuntos. Isso é particularmente interessante se pensarmos no esforço dos próprios acadêmicos portugueses em definir um espaço seu, diferenciando, por exemplo, o que faziam do ofício dos poetas. O próprio Diogo Barbosa Machado, em sua obra *Memórias para a história de Portugal, que compreendem o governo del Rey D. Sebastião*, marcou esta distinção ao enfatizar a necessidade de documentos para que uma história não resultasse “defeituosa”. Para ele, havia um elemento fundamental que distinguia o poeta do historiador: aquele fingia dentro dos limites do verossímil. Este último, por sua vez, “é um fiel relator das ações passadas, das quais o mundo foi teatro” (MACHADO, 1736, v. 1, prólogo). O elemento de distinção entre o poeta e o historiador, segundo nosso antiquário, era o compromisso deste último não com a imaginação, mas com a verdade. Aliás, a distinção assumida pelo abade de Sever sugere que ela se pautava menos na forma do texto produzido (prosa/poesia) e mais no objetivo de cada um, historiador ou poeta. A “verdade” do historiador, por seu turno, estava ligada a algo fundamental para os eruditos daquele momento: o uso de “documentos”. Não cabia ao historiador inventar ou fingir para o deleite de seu leitor. Ele deveria ter o compromisso de contar fielmente o que aconteceu. Para isso, possuía um método: a crítica dos testemunhos. Toda a sua narrativa deveria se embasar em vestígios, e este pré-requisito era, em várias oportunidades, ressaltado pelos membros da Real Academia.

Para o conde da Ericeira, membro ativo da instituição, o uso de documentos não só diferenciava o poeta dos historiadores, mas também os historiadores antigos dos coevos. Dessa forma, na famosa querela entre antigos e modernos, para aquele nobre os últimos saíam vencedores, pois a pesquisa com documentos lhes permitia ficar mais próximos da “verdade” (MENEZES [1721] apud MACHADO [17--], v. 1). Nas *Notícias da Conferência que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 12 de fevereiro de 1722*, a crítica documental é mencionada como “uma tocha acesa que ilustra e guia pelos escuros caminhos da Antiguidade, discernin-

do o verdadeiro do falso, a história da fábula e o que é antigo do moderno” (NOTÍCIAS..., 1722).

É importante ressaltar que os cinquenta membros da Real Academia não constituíam um corpo homogêneo em matéria de concepção historiográfica. Havia um projeto de escrita expresso nos estatutos, e se pretendia que ele fosse seguido pelo corpo de eruditos que compunham a instituição. Mas isso não significava que fosse fechado ou que não existisse espaço para o embate ou discussão em torno do conhecimento histórico entre seus membros. De acordo com Norberto Cunha, parece claro que com a Academia Real da História Portuguesa o argumento da tradição e da autoridade em matéria historiográfica foi perdendo peso. Porém, dentro daquela instituição havia diversas tendências. Entre os acadêmicos, ele destaca José da Cunha Brochado, cujo pensamento era, por assim dizer, bastante “avançado”. Para ele, simplesmente não era possível ou viável usar o critério de verdade para a história: incertezas, lacunas, paixões e sentimentos estavam presentes não só no trabalho do historiador, mas também nos autores que escreviam os livros e os documentos sobre os quais este último se debruçava. A parcialidade era, por consequência, uma marca da história, algo que não permitia ter a verdade como fim último do trabalho do historiador. Por outro lado, para o fim último destinado ao conhecimento histórico por Cunha Brochado — a educação moral — esse critério de verdade não era o mais importante (CUNHA, 2000, p. 14).

Mesmo com divergências dentro da Academia se era possível usar ou não o critério de verdade para o estudo do passado, alguns de seus procedimentos parecem claros. Em primeiro lugar, a ideia de que a pesquisa descolava-se da autoridade da tradição para os documentos. Em seguida, que esses documentos deveriam ser verificados, confrontados e mostrados pelos historiadores para os seus leitores. Por fim, a percepção de que a pesquisa com documentos era importante para a elaboração de uma história de cunho moralizante.

A tópica da história mestra da vida, certamente presente na Academia Real, pretendia exaltar os atos dignos de memória e de sobrevivência ao tempo. De acordo com essa concepção, as ações exemplares, comprovadas pelos documentos, seriam capazes de fazer crescer nos demais súditos o desejo de apoiar e de lutar pela glória de seu reino. No entanto, esses atos valorosos não necessariamente precisavam de documentos para serem encontrados, narrados e, assim, servirem de inspiração. O que importava era o fato de mesmo essa história exultante não poder prescindir de uma prova documental. Não havia problema nenhum para os historiadores da Academia Real produzir uma história elogiosa e moralizante. Pelo contrário, este era um de seus papéis: tirar um personagem digno de lembrança do esquecimento e exaltar todas as suas virtudes. No entanto, tornava-se fundamental que essas virtudes e vitórias fossem procuradas não na tradição ou no “ouvir dizer”, mas nos vestígios e papéis deixados pelo passado. Como lembra Norberto da Cunha (2000, p. 14-15)

a história desejável nos estatutos da Academia era a narrativa de heróis, santos, de suas ações maravilhosas e exemplares. Um espelho moral. Embora tendo por condição e fundamento a verdade dos fatos, sufragada por documentos autênticos.

É importante pensar como esse interesse pelos documentos não estava dissociado de certo uso político da história, já sugerido por Íris Kantor (2004, p. 257-276). A partir dos vestígios, um reino poderia comprovar seus direitos políticos, sua soberania em relação a outro reino (fundamental para o reino português, especialmente depois de ter passado pela experiência da União das Coroas entre 1580 e 1640) e suas pretensões de posse de um território. Realçar o valor dos vassalos portugueses e suas vitórias significava também provar que suas conquistas do passado legitimavam no presente o domínio e a permanência lusitana em um lugar, ou ainda a própria independência de Portugal em relação a Castela. Não foi por acaso, portanto, o

interesse da monarquia em relação ao seu passado e na exaltação de seus vassallos.

Blandine Kriegel também relaciona a diplomática aos interesses políticos das monarquias modernas, bem como aos da Igreja. A diplomática como método capaz de discriminar as fontes autênticas era, segundo a autora, uma ciência religiosa e do estado. Diante dos conflitos entre protestantes e católicos que marcaram a Idade Moderna, os reformadores utilizaram bastante a erudição humanística e a pesquisa histórica para sustentar a sua tese de perversão da Igreja Católica. Para defender-se, a Igreja Romana também se engajou na polêmica e começou um trabalho de coleta e reunião de textos que respaldassem seus dogmas e sua supremacia (KRIEGEL, 1988, v. 2, p. 59-72).

Lógica semelhante pode ser adotada para entender o interesse das modernas monarquias em relação ao seu passado. Segundo Blandine Kriegel, juristas, juriconsultos e genealogistas procuraram no arsenal dos arquivos os elementos jurídicos que confortassem as pretensões das coroas e os direitos dos reis. Da mesma maneira, famílias nobres buscavam reencontrar provas de sua antiguidade e ilustrações da legitimidade de suas pretensões. No caso português, o reconhecimento das virtudes de um varão do passado podia render boas mercês aos membros de sua família no presente, o que explica o investimento da nobreza no conhecimento de suas origens. Obras importantes nesse sentido são *História da casa real portuguesa* e *Memórias históricas e genealógicas dos grandes do reino*, ambas de Caetano de Sousa.

Nesse sentido, os interesses políticos da monarquia lusitana pareciam abrir espaço para um tipo de interesse pelo passado pautado não mais na tradição, mas nos testemunhos que se tornavam fundamentais para as pretensões políticas de Portugal. O projeto historiográfico da Real Academia pode ser entendido nessa chave interpretativa. No entanto, cremos que a questão pode ser “complexificada”. Tomemos o que dizem os estatutos da Academia Real sobre seus membros:

Se espera de hus, e outros historiadores, q ajustando quanto pôde ser a ordem dos tempos, e as regras mais seguras da critica erudita, ne por preocupação, ou desejo de adquirir gloria à Pátria, nem por indiscreta piedade nem por adornar a historia com o que he raro, e plausível, defendão os successos inverossímeis, sigão os authores, ou documentos, que na melhor censura se tem por falsos; *nem passando a outro extremo* não menos vicioso, por impiedade, ou gênio difícil *se oppõem ao que se acha solidamente estabelecido em títulos originaes, e authenticos, em authores contemporâneos, e estimados, em tradições bem fundadas, em milagres approvados, e em rasoens demonstrativas* (grifo nosso) (ESTATUTOS..., 1721).

O trabalho acadêmico pressupunha um compromisso com a verdade que jamais poderia se sobrepor ao desejo de elevar as glórias lusitanas. Isso implicava, como vimos, uma crítica aos documentos, descartando-se portanto os relatos falsos ou duvidosos, por mais engrandecedores que fossem do passado do reino. Mas a citação abre espaço a um porém. Os acadêmicos deveriam ter o cuidado de não cair em extremismos e colocar em dúvida o solidamente estabelecido, isto é, certa tradição. Essa tradição estava expressa nos três temas canônicos da história portuguesa. Embora a Academia defendesse o uso de documentos e a crítica nos moldes da diplomática, havia temas que, para todos os acadêmicos, deveriam ser incontestáveis. Numa das reuniões periódicas dos letrados, foi estabelecido que “as Cortes de Lamego, o Juramento del rey Afonso Henriques e a Primazia de Braga se devião mandar tratar por todos os acadêmicos, como *factos verdadeiros, e indisputáveis* (grifo nosso)” (SILVA, 1727, p. 93).

Como lembra Íris Kantor, entre 1702 e 1713, a Europa assistiu à Guerra de Sucessão Espanhola e à possibilidade da união das coroas francesa e castelhana. Importava tornar a separação entre Portugal e Espanha um princípio geoestrategicamente sagrado (KANTOR, 2004, p. 50). Afonso Henriques, Ourique e Lamego eram mitos fundadores da monarquia portuguesa. Sua aceitação

tornava-se indispensável, pois legitimava a independência de Portugal em relação ao trono espanhol.

Centremo-nos na história de Afonso Henriques e no episódio do milagre de Ourique, ao qual ela se liga. Trata-se de um mito bastante conhecido. A imagem do Cristo crucificado teria aparecido a d. Afonso e lhe dito: “Quero em ti e em teus descendentes fundar para mim um império.” Aquela passava a ser, portanto, a origem de um império fundado por Deus. No entanto, para se constituir como um mito das origens, essa história foi contada e recontada em conjunturas políticas diferenciadas. De acordo com Luís Filipe Silvério Lima, as primeiras versões em torno do milagre de Ourique foram elaboradas em fins do século XIV, perto do momento da Revolução de Avis. Fundar o reino português como desígnio divino legitimava, naquele contexto, a autonomia portuguesa frente à possibilidade de união com a coroa de Castela. Afonso Henriques fora caracterizado, então, como um herói épico, à moda das novelas de cavalaria, versão muito divulgada por escritores como Pedro de Mariz e Duarte Galvão (LIMA, 2005).

Em 1596, no entanto, foi encontrado no Cartório Real do Mosteiro de Alcobaça o Juramento de Afonso Henriques, documento pretensamente redigido em 1152 que “comprovava” a fundação miraculosa do reino português. Em um primeiro momento, poderíamos pensar que a descoberta daquele testemunho – bem como sua tradução e divulgação para todo o império – poderia ter servido como elemento de contestação ao domínio castelhano. Afinal, desde 1580 Portugal era governado por um rei estrangeiro, Felipe II de Espanha. Mas não foi bem assim. Quando Portugal se preparava para receber seu monarca, imagens e edifícios foram construídos e alguns deles contavam a história da lenda de Ourique. Embora fosse um rei castelhano, Felipe II era tido ali por “portador legítimo das armas lusitanas dadas por Cristo a D. Afonso” (LIMA, 2005, p. 108).

O documento encontrado no mosteiro de Alcobaça possibilitou uma outra versão da história de Afonso Henriques. Se até

então ele era tido como um herói épico, a partir daquela narrativa fora transformado em um homem piedoso e o milagre de Ourique em sinal de sua piedade. Esta versão mais religiosa e providencialista de d. Afonso foi desenvolvida pela historiografia alcobacense e tornou-se fundamental para a leitura feita de outros dois momentos importantes da história portuguesa: a Revolução de Avis e a Restauração (LIMA, 2005, p. 95). O episódio de Ourique, tomado, então, como profecia, propunha, como destaca Luís Filipe Silvério Lima, “uma temporalidade divinamente instruída e inspirada que direcionava todos os sucessos do reino. A história era, assim, narrativa da profecia e continha todos os eventos futuros” (LIMA, 2005, p. 131). Os “dois monarcas”, isto é, o épico e o piedoso, só se juntaram como as duas faces de um mesmo personagem no século XVII, na *Chronica de Cister*, de Frei Bernardo de Brito (LIMA, 2005, p. 99).

No século XVIII, a memória de Afonso Henriques continuava viva e em disputa. D. João V e d. José, seu sucessor, retomaram o processo de canonização daquele rei e mandaram coligar “provas” do milagre de Ourique. Afinal, aquele episódio poderia se transformar em uma tradição ainda mais forte e indiscutível se devidamente comprovado. Mesmo uma questão “sobrenatural” poderia ser comprovada documentalmente. Além disso, em 1727, foi publicada a crônica de Duarte Galvão sobre d. Afonso, tendo sido censurados alguns capítulos que não condiziam com a imagem que se pretendia divulgar sobre o rei fundador.

Como se vê, embora pautado em documentos e na crítica, o trabalho daqueles acadêmicos não excluía os temas estabelecidos e o sobrenatural. Pelo contrário: os procedimentos críticos da diplomática não rejeitaram necessariamente as tradições, nem retiraram da história todo o seu lastro sagrado (CUNHA, 1991, p. 249-290). O maravilhoso, presente na base de algumas tradições, além de compor o universo daqueles homens, poderia servir a uma historiografia que não era desinteressada, e que, por sua vez, ligava-se à monarquia. Além disso, o trabalho de auten-

ticação poderia levar a confirmar e legitimar tais tradições, pois havia relações muito claras entre essa historiografia e a política real. Era importante que certas histórias e rituais fossem comprovados. Ana Cristina Araújo nos fornece um exemplo interessante sobre a unção de d. João V. Este ritual foi sustentado por meio de documentos considerados irrefutáveis, confirmando que o papa Martinho V, em 1428, permitiu aos monarcas de Avis adotarem as solenidades do Pontifical Romano no ato da coroação sob a condição de prestarem fidelidade à Santa Sé. Comprovada a autorização papal por meio de documentos, o ritual foi retomado por d. João (ARAÚJO, 2001, p. 17-33).

A questão do uso de documentos para se escrever a história de Portugal é, portanto, fundamental para entender o projeto historiográfico da Real Academia e, inclusive, para pensar como os pressupostos da diplomática entraram em no reino. Já ressaltamos a oração proferida pelo conde da Ericeira na qual estabelecia como diferença fundamental entre historiadores antigos e modernos o recurso aos documentos “verídicos”. Em outra oração, o mesmo acadêmico propunha a seus pares que as memórias compostas por eles fossem feitas com documentos impressos e manuscritos. Ademais, os autores das histórias e memórias deveriam colocar ao final de cada volume os documentos e o título dos arquivos em que se basearam (SILVA, 1727, p. 33-45).

Para seguir essa recomendação, foram de grande serventia o decreto de 1721 e a autorização real de livre entrada em qualquer arquivo do reino. Mas era comum lermos algumas reclamações vindas dos acadêmicos, justamente porque os supranumerários e os órgãos das diversas regiões do reino não cumpriam a sua parte. No entanto, o que chegava às mãos dos acadêmicos era organizado, agrupado, selecionado para seus estudos e passava, assim, a constituir um arquivo. Mesmo a Academia Real tinha um arquivo próprio, que serviu para montar a sua *Collecção de Documentos da Academia Real da Historia*. Havia, portanto, uma relação forte entre a elaboração de memórias, a escrita da história

e a prática do colecionismo, desenvolvida por vários membros da Academia Real, sobretudo Diogo Barbosa Machado. As coleções deste momento possuíam um viés documental. Seus materiais passavam pelo crivo de um confiável erudito, conhecedor dos procedimentos modernos de autenticação documental.

## **A constituição de um ambiente erudito em Portugal e a busca por testemunhos do passado**

Em seu dicionário, Raphael Bluteau definiu a palavra coleção como “ajuntamento de cousas”. Se quisermos completar, um “ajuntamento” de papéis, medalhas, imagens e outros tipos de objetos. A prática de “juntar coisas” foi ocupação de vários eruditos da Real Academia. Como vimos, assim como Barbosa Machado, o conde da Ericeira, o duque de Cadaval, o marquês de Abrantes e o próprio rei d. João V, dedicaram-se a juntar materiais os mais diversos, fossem eles minerais, medalhas, moedas ou outras antiguidades. O enfoque, contudo, eram objetos materiais, enquanto o abade de Sever preferiu textos escritos, imagens e representações cartográficas. No entanto, é preciso entender as práticas desses homens de forma articulada. Em primeiro lugar, consideramos que o trabalho dentro da Academia Real não pode ser desvinculado de outras atividades eruditas às quais os acadêmicos se dedicavam, como a troca de correspondência ou mesmo a constituição de coleções pessoais. Elas devem ser entendidas em conjunto, pois eram práticas de um ambiente letrado do século XVIII português – muito embora não tenham sido criadas naquele momento. Em segundo lugar, os próprios eruditos estavam relacionados uns aos outros, na medida em que formavam uma comunidade, colecionavam e produziam textos não somente para si, mas para mostrar aos seus pares, conseguir proteção, formar redes clientelares, enfim, realizar alguns de seus interesses intelectuais e pessoais.

A constituição de um ambiente letrado em Portugal não data do século XVIII, tampouco da formação da Academia Real da História Portuguesa. A partir de estudos como os de Diogo Ramada Curto e sobretudo das pesquisas de Ana Paula Megiani, percebemos que uma rede de conexões e informações, bem como a constituição de bibliotecas e coleções, já existiam no século XVII. De acordo com Curto, desde a segunda metade do XVI as bibliotecas portuguesas conheceram várias formas de regulamentação. Mas foi de fato no Seiscentos que a “moda das livrarias” se difundiu em Portugal. “De Montaigne a Justo Lúpsio, de Gabriel Naudé a Vicente Nogueira as reflexões sobre a organização e catalogação dos livros sucedem-se” (CURTO, 1988, p. 110). Essas bibliotecas não se ligavam somente às ordens religiosas, como os jesuítas, ou a alguns colégios, mas também a particulares.

Não apenas as livrarias já faziam sucesso neste ambiente letrado do século XVII – o qual, para Curto, era fechado em torno de uma elite – como a própria troca de correspondência era uma prática importante que articulava diversas partes do império. Ana Paula Megiani enfatiza como este grupo letrado, espalhado pelas diversas regiões, através da troca de informações por correspondência construiu uma “memória que passaria a incorporar os novos espaços e humanidades ao antigo mundo europeu” (MEGIANI, 2004, p. 237). O conhecimento sobre uma terra, os costumes de sua população, as riquezas a serem exploradas, entre outras informações, circulavam nas cartas manuscritas dos eruditos e alimentavam determinadas imagens e representações sobre o Novo Mundo. Um exemplo desse esforço intelectual é o erudito Manoel Severim de Faria (1583-1655), chantre de Évora e, segundo Megiani, responsável por uma rede de conexões e informações com sede naquela cidade.

Severim de Faria figura na obra *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, a partir da qual é possível conhecer alguns dados sobre a vida do erudito seiscentista. Ele teria frequentado a Universidade de Évora e alcançado ali o grau de teólogo. Acabou seguindo os

passos de seu tio, que também fora chantre da catedral eborense. Sobre as atividades de Severim de Faria, Barbosa Machado nos informa que

A nobre ambição de adquirir novas notícias, assim sagradas, como profanas o impellia a continua lição da sagrada Escritura, e Theologia Mystica, como tambem de Historia antiga, e moderna extendendo-se a sua applicação a examinar as maximas da Politica, os pontos da Geografia, as dificuldades da Chronologia, e as origens da Genealogia. Com igual dispendio, que eleição juntou huma livraria mais estimavel pela qualidade que pelo numero constando de livros rarissimos entre os quais se distinguiam as obras do Infante D. Pedro, filho del Rey D. João I impressas seis anos depois de inventada a impressão em Basilea, a Chronica de D. Affonso Henriques da letra original do grande André de Resende mais copiosa que a de Duarte Galvão, as obras do insigne Fr. Luiz de Granada na lingua japoneza, hum volume escrito no antigo papyro do Egypto, outro em folhas de palma, e abertos com estylo de ferro os caracteres; muitos volumes na lingua Chinese com preciosas encadernaçoens de varias sedas, e brochas de admiravel artificio. Esta singular livraria (...) estava patente a todos os eruditos que querião aproveitarse da sua lição [...] (MACHADO, 1741-1759, v. 3).

Severim de Faria era admirado por Barbosa Machado como o “mais célebre antiquário de seu tempo”, justamente pelo trabalho documental feito em arquivos e cartórios, pela sua erudição histórica e pela crítica que usava, “não se deixando preocupar do amor da pátria para lhe adoptar glorias fabulosas” (MACHADO, 1741-1759, v.3). Podemos supor que Barbosa Machado tenha tirado dali sua inspiração, pois ele próprio destaca que Severim possuía bustos e efígies de personagens que também constam na sua compilação pessoal, como o rei Wamba. Talvez a coleção de Barbosa Machado tenha mais pontos em comum com a de Severim de Faria, feita um século antes, também mais preocupada com a

palavra escrita do que com as de seus pares coevos.<sup>17</sup> São apenas hipóteses, pois a comparação em Portugal se torna complicada quando muitas dessas coleções já se perderam em virtude do terremoto de 1755. Haveria a necessidade também de analisar de forma mais detida a coleção de Manoel Severim, o que não constitui nosso objetivo. No entanto, sabemos que ele ainda compôs várias obras centradas nos reinados de d. João II, d. Sebastião, d. Henrique, dos reis Felipes de Habsburgo e de d. João IV – alguns dos quais também receberam a atenção do nosso colecionador. Além dos monarcas, ocupou-se também em formar catálogos dos prelados de Évora, dos bispos de algumas cidades, dedicando-se ainda a estabelecer a árvore genealógica da Casa de Bragança.

Entre esses dois colecionadores existe ainda mais um ponto em comum, além do desejo de organização: o pertencimento à Igreja. Diogo Barbosa Machado, antes de ter sido nomeado presbítero e abade, pertenceu a uma importante congregação, a do Oratório, dedicada aos estudos das letras e caracterizada pelo incentivo às matérias filosóficas e às ciências físico-naturais. Essa congregação e a dos religiosos beneditinos foram responsáveis por vários projetos enciclopédicos de reunião de documentos, atas e notícias de dinastias, cidades, reinos e antiguidades (DOMINGUES, 1994, p. 53; KRIEGEL, 1988). Como se sabe, foi nesse ambiente religioso das ordens que a moderna crítica documental nasceu e se desenvolveu. Mabillon, tido como o pai da diplomática, foi um beneditino da famosa abadia de Saint-Germain-des-Prés, interessada em estudar seu próprio passado, os manuscritos da ordem, as vidas de seus santos, entre outros assuntos. Entre 1655 e 1677, foram compilados naquela abadia treze volumes *in-quarto* de documentos, incluindo cânones, concílios, crônicas, histórias,

.....  
17. Os materiais pertencentes à livreria de Severim de Faria não se resumem a documentos escritos. Segundo Ana Paula Megiani, havia também raridades, medalhas, gravuras, peças, conchas, animais empalhados, couro, peles de bicho e outros materiais, semelhante a um gabinete de curiosidades. (MEGIANI, 2007).

hagiografias, correspondência, entre outros. Tratava-se de um programa interessado em celebrar a ordem e defender a Igreja Católica dos ataques dos quais era objeto na época (KRIEGEL, 1988, v. 1, p. 32-33). Para isso, era necessário investigar, pesquisar, compilar provas e documentos. Foi exatamente nesse sentido que congregações como a dos beneditinos, dos cistercienses e dos oratorianos agiram.

Barbosa Machado e Severim de Faria, embora separados por algumas décadas, tinham alguns elementos em comum e uma formação religiosa que lhes garantia erudição e acesso a determinados documentos. Mais do que isso, essa formação lhes forneceu um método de organização documental. Se confiarmos na descrição da biblioteca de Severim de Faria feita por Diogo Barbosa, perceberemos que o primeiro tinha interesse por vários assuntos históricos, mas dedicou-se também ao passado português, tratando de temas e reinados que, mais tarde, seriam objeto de estudo da Real Academia. Além disso, assim como Barbosa Machado, a relação de Severim de Faria com a história passava pelos sentidos, pelo contato com os restos do passado, pelo ato de guardar e de ter por perto algo que fizesse recordar um tempo que passou. Em outras palavras, ambos eram colecionadores, relacionavam-se com o passado e lhe davam algum sentido a partir do contato visual e material com os testemunhos. Dezenas de anos antes da Academia Real, Severim de Faria já se empenhava num trabalho de coleção e catalogação de documentos, constituindo seu arquivo pessoal. Não por acaso ele despertou tanta admiração em Barbosa Machado. Podemos pensar, então, que a proposta da Real Academia se inseria em um ambiente erudito já existente em Portugal entre os letrados e antiquários do século XVII. Uma instituição historiográfica ligada à monarquia e com um projeto de escrita estabelecido, de fato, só nasce em 1720. Contudo, antes disso, a história já se havia “instalado” entre os eruditos portugueses, se quisermos tomar emprestada uma expressão de Blandine Kriegel (1988, v. 2, p. 130).

Inicialmente, havia se instalado nos meios eclesiásticos. Não podemos esquecer o trabalho dos religiosos do Mosteiro de Alco-  
baça, especialmente o de frei Antonio Brandão, na elaboração de  
uma obra magna, a *Monarchia lusitana*, redigida em português. A  
figura de Severim de Faria é um bom exemplo de uma tradição  
de homens ligados à Igreja e também interessados no passado  
luso. Mesmo dentro da Real Academia da História a presença de  
religiosos era um aspecto marcante. Dos seus cinquenta mem-  
bros, pelo menos 24 ligavam-se ao clero. Entre eles José Barbosa,  
Antonio Caetano de Sousa, Manuel Caetano de Sousa e o próprio  
Diogo Barbosa Machado.<sup>18</sup> Na formação religiosa desses homens  
era evidente o interesse pela história e uma espécie de “saber  
lidar” com os vestígios passados.

Mas a história se instalou não apenas entre os religiosos, como  
também entre juristas e homens ligados ao governo. Ainda dentro  
da Academia temos os exemplos de Diogo de Mendonça Corte-  
Real, Fernando Mascarenhas e Rodrigo Annes de Sá Almeida.<sup>19</sup>  
Assim como os religiosos, eles também viam a importância dos

.....  
18. Antonio Caetano de Sousa tornou-se clérigo regular da Divina Providência,  
tendo feito a sua profissão em 1671, aos 17 anos. José Barbosa aprendeu gramática,  
poesia e retórica no Colégio de Santo Antão, dos padres jesuítas. Quando tinha  
apenas 14 anos tornou-se clérigo regular teatino. Já Manuel Caetano de Sousa,  
embora tenha aprendido as primeiras letras em casa, com o auxílio de sua avó,  
seguiu os estudos filosóficos no mesmo colégio de Santo Antão. Seu pai insistiu  
para que continuasse a sua formação em Lisboa, mas o acadêmico acabou por lar-  
gar o século e abraçar a religião dos regulares teatinos em 1675, com apenas 17  
anos. (MACHADO, 1741-1759, v. 1, p. 230; v. 2, p. 825-829 e v. 3, p. 200-211,  
respectivamente).

19. Diogo de Mendonça Corte-Real estudou direito pontifício na Universidade  
de Coimbra, foi enviado extraordinário à Holanda, provedor da Casa da Índia e  
conselheiro da Real Fazenda. Fernando Mascarenhas, 2º marquês de Fronteira,  
foi governador de várias províncias, entre elas da Beira e do Alentejo, e conse-  
lheiro de Estado e Guerra. Por fim, Rodrigo Annes de Sá Almeida, 1º marquês de  
Abrantes e 3º marquês de Fontes, foi embaixador em Roma, vedor da Fazenda e  
embaixador extraordinário em Madri. (MACHADO, 1741-1759, v. 1, p. 677; v.  
2, p. 36-37; e v. 3, p. 637-639, respectivamente).

papéis e documentos. Nesse caso, não exatamente por conta de debates em torno de questões de fé, mas em questões políticas, territoriais e assuntos de interesse monárquico. Além disso, a posição social desse grupo, como a do anterior, lhe permitia participar da rede cultural e científica em que estavam envolvidos os homens de letras europeus, o que lhes facultava o acesso a papéis de vários tipos, seja a partir da sua própria aquisição, seja através de contatos que poderiam estabelecer para conseguir os documentos de que necessitavam. Anteriormente, já destacamos como o próprio Diogo Barbosa conseguiu algumas de suas gravuras graças a conhecimentos que mantinha fora do reino e a cartas que enviou a alguns de seus amigos, que lhe mandavam os retratos e informações pedidas.

Eruditos ligados ao governo e à Igreja, eram eles que compunham os quadros da Real Academia. Muitos ligados à alta nobreza, outros, como o próprio Barbosa Machado, tentando angariar alguma posição e reconhecimento. A partir de seus estudos e contatos, eles obtinham documentos e, mais do que isso, sabiam organizá-los e criticá-los. Trata-se de um projeto pautado na ideia de exaustividade. Era necessário recolher tudo que se pudesse, de todas as partes do reino, catalogar tudo, todos os nomes, abadias, dioceses e prelados. Era fundamental definir os documentos, redigir dicionários, organizar, catalogar, colecionar. O que hoje consideramos como o início da prática do historiador, isto é, a tarefa de procurar e selecionar documentos, era, no século XVIII, a finalidade desses homens, que, à sua maneira, também lidavam com o passado. Ser historiador significava repertoriar os papéis e restos materiais, verificar sua autenticidade, agrupar as peças em unidades maiores e, em alguns casos, publicar os documentos. Tratava-se, portanto, de um trabalho de composição de coleções que envolvia um grande número de eruditos espalhados em diversas cidades. Este labor em equipe era, em alguns casos, feito nas abadias. Em outros, em academias, como a portuguesa. Dentro delas, desenvolvia-se um trabalho de erudição, de cons-

tituição de uma escrita da história associada ao trabalho colecionista. Como lembra Blandine Kriegel (1988, v. 2, p. 208), falamos de um momento em que as tarefas de antiquário e historiador andavam de mãos dadas e a história era um conhecimento *savant*, um saber erudito cuja função era recolher pacientemente os restos do passado.

A existência de experiências passadas e de seus resquícios arqueológicos, materiais ou escritos não garante uma escrita da história (GUIMARÃES, 2000, p. 115). Papéis, vasos, edifícios, colunas romanas, moedas, nada disso tinha valor documental intrínseco, mas lhes foi atribuído este valor. O ato de olhar esses resquícios e considerá-los testemunhos, objetos que nos permitem conhecer algo (o passado), não é natural, mas datado, construído em dado momento. Quando o decreto de 1721 referiu-se à “incúria e ignorância do povo” e quando Martinho de Mendonça perguntou o que fazer com as inscrições romanas gravadas em pedras encontradas em uma região de Portugal, foi estabelecida uma divisão entre dois olhares sobre os resquícios do passado: um dos “ignorantes” (no sentido daqueles que ignoravam alguma coisa), não letrados, que viam esses materiais como objetos comuns; e outro, dos eruditos, que percebiam os mesmos materiais como testemunhos de um passado invisível. Essa percepção não era generalizada, mas pertencente a um grupo erudito e que pretendia se destacar como tal, cujos membros tinham suas relações intelectuais estabelecidas ali mesmo. O que escreviam, produziam e adquiriam ficava restrito a um público composto por eles mesmos.

Ao construir sua coleção, Barbosa Machado soube reconhecer um documento. Ele selecionou as versões interessantes, os homens que deviam ser lembrados e o território que delimitava aquela história, juntando e organizando tudo o que era encontrado em sua coleção. Provavelmente apenas ele e seus pares deveriam ter acesso a ela. Por outro lado, somente quem partilhasse de um mesmo universo de significações poderia dar àquele con-

junto o seu devido valor documental. Apenas seus pares poderiam reconhecer aqueles testemunhos como autoridades. Era, portanto, um arquivo feito por um letrado para outros letrados.

## **A autoridade do documento: o arquivo de Barbosa Machado**

É muito difícil precisar quando começou efetivamente o interesse de Barbosa Machado por colecionar documentos sobre o passado português. Talvez tivesse sido iniciado na terceira década do seu século, quando foi nomeado para a Academia Real. Certo, no entanto, é o fato de ele ter se dedicado a este trabalho até o fim de sua vida. Pelo volume da coleção, podemos supor que tenha sido uma tarefa constante e diária de recolhimento, trocas, seleção, organização e reorganização dos textos, mapas e retratos. Em meio ao trabalho, critérios devem ter mudado e novos interesses aparecido. E assim Barbosa Machado montava sua obra.

Em sua própria casa Barbosa Machado guardava o passado. Percorria séculos de história portuguesa dentro de sua biblioteca, folheando seus álbuns de retratos e seus tomos de folhetos. Não só viajava pelas violentas batalhas, suntuosos casamentos e desejados nascimentos, mas visualizava, pelas imagens, o rosto dos homens e mulheres protagonistas e coadjuvantes das histórias que seus papéis contavam. Mais ainda: os materiais colecionados possibilitavam sair do reino, saber o que acontecia em terras que Diogo nunca havia pisado. Os documentos eram, assim, seu caminho para um mundo invisível.

Tempos invisíveis, mas também espaços invisíveis. Toda coleção, quaisquer que sejam seus materiais ou o momento em que foi montada, teria a capacidade, segundo Krzysztof Pomian, de ligar o visível ao invisível. Expostos ao olhar, os objetos de uma coleção permitiriam a comunicação entre dois mundos distantes, seja no espaço (outros países, “terras exóticas”), seja no tempo:

Todos estes objetos são portanto intermediários entre os espectadores e o invisível: as estátuas representam os deuses e os antepassados; os quadros, as cenas da vida dos imortais ou os acontecimentos históricos; as pedras, a potência e a beleza da natureza etc. (POMIAN, 1984, p. 65).

Essa mediação entre dois mundos não é específica das compilações históricas. Conjunto de objetos do mundo natural, tais como conchas, plantas e animais exóticos teriam o poder de transportar os homens para o invisível da criação divina, por exemplo, ou ainda para “terras exóticas”, representadas no microcosmo das coleções. Mas as antiguidades, por sua vez, possibilitavam uma viagem no tempo e um caminhar por momentos passados, já perdidos (ou invisíveis), mas ao mesmo tempo presentes em seus vestígios. No caso da coleção de Barbosa Machado, o invisível começava ainda na Idade Média, chegando até o tempo do abade. Afinal, um dia o presente visível seria um passado invisível. Por isso, era conveniente guardá-lo em sua compilação.

O tempo pretérito era algo terminado e fora de alcance. A única maneira de ter acesso a ele era a partir daquilo que ficou. Os mapas, imagens e folhetos, que anteriormente eram distribuídos de forma separada e esporádica, ao serem escolhidos e guardados por Barbosa Machado mudavam o seu estatuto, tornavam-se “testemunhos”. A partir da sua posição de acadêmico real, esses papéis não apenas se constituíam como documentos, como também eram provas confiáveis, pois já haviam passado por uma crítica documental.

Nesse ponto, história e colecionismo se relacionavam. Ao perceber folhetos, mapas e retratos como testemunhos de um passado, Barbosa Machado os recolhia, deixava-os perto de si e mudava os seus usos. Os vários jornais que compunham a sua coleção de folhetos – como o conhecido *Mercúrio Portuguez* – perdiam sua razão de ser como periódicos efêmeros, e tornavam-se portadores de notícias importantes, que deviam ser lembradas

para figurar na história portuguesa.<sup>20</sup> Assim como outros colecionadores poderiam tocar nas plantas e minerais que guardavam, como se, através do toque, se aproximassem da natureza ou do mundo do qual eles foram retirados, ao conviver em sua casa com aqueles vários papéis, o abade de Sever se configurava como testemunha, não do evento propriamente dito, mas do testemunho que indicava que algo outrora aconteceu. Ele tinha em mãos documentos, tratados, sermões lidos em um acontecimento, e retratos que representavam pessoas. O passado estava ali com ele – séculos da história portuguesa guardados em sua biblioteca. Tempos depois, o passado seria conquistado para o mundo da razão, mas, naquele momento, ele estava fortemente ligado aos sentidos e à memória.

É preciso conhecer a coleção para entendermos, então, que arquivo aquele abade possuía e como ele organizou os seus testemunhos do invisível. Discriminamos anteriormente os títulos dos tomos dos retratos, mapas e opúsculos, bem como a divisão que Diogo Barbosa Machado deu à sua própria coleção no catálogo manuscrito que produziu. Partindo da organização que o abade conferiu aos seus álbuns de gravuras e papéis, é possível perceber alguns critérios de organização seguidos pelo colecionador, critérios estes importantes para pensar como aquela coleção se constituiu como um arquivo.<sup>21</sup>

O primeiro critério de divisão utilizado por Barbosa Machado separava o espaço de atuação de cada personagem. Sua primeira organização é, portanto, social. Nos retratos, por exemplo, as funções são bem repartidas nos seis primeiros volumes da coleção. Os dois primeiros são exclusivamente de reis, rainhas e

.....  
20. Esse periódico, presente especificamente nos tomos dedicados às notícias militares, traz descrições de batalhas, ressaltando sempre as vitórias portuguesas, além de outras notícias, como a entrada de navios nos portos portugueses e prognósticos e informações sobre as possessões do reino.

21. Ampliamos aqui algumas reflexões que desenvolvi, em parceria com Rodrigo Bentes Monteiro, no artigo *A Ordem de um Tempo: folhetos na Coleção Barbosa*

príncipes, enquanto os demais se dividem entre os vassallos, respeitando também os seus papéis naquela sociedade: um volume dedicado aos santos e religiosos portugueses, outro aos letrados, e os dois seguintes aos homens ligados à guerra e à administração (MACHADO, [17--] b, 8 v). Nos folhetos, por sua vez, uma divisão social semelhante se mantém, havendo uma separação entre monarcas, nobres (fidalgos, duques, marqueses e condes) e eclesiásticos (cardeais, bispos e arcebispos), ordem repetida também na arrumação dos sermões.<sup>22</sup> Se folhetos e retratos diferenciavam reis de seus súditos, parece que nas imagens, o lugar de atuação dos vassallos – letras, guerra e governo – é mais bem definido em um primeiro momento. No caso dos folhetos, essa divisão se estrutura ao longo da narrativa. Na leitura do opúsculo, o leitor vai descobrindo quem é que está sendo lembrado no texto e qual seu lugar de atuação. No entanto, é possível perceber que tanto nas imagens quanto nos folhetos, há uma separação entre os vas-

---

Machado, publicado na Revista *Topoi*.

22. Os sermões coligidos por Barbosa Machado foram divididos da seguinte maneira, de acordo com uma ordem social que iniciava no monarca, passava pela nobreza e terminava com os representantes da Igreja: Sermões de aclamação del rey D. João IV – 2 tomos; Sermões do nascimento de reys e príncipes de Portugal – 4 tomos; Sermões de desposórios de príncipes de Portugal – 1 tomo; Sermões gratulatórios pella vida e saúde dos reys de Portugal – 5 tomos; Sermões de exéquias dos reys de Portugal – 7 tomos; Sermões de exéquias de rainhas de Portugal – 3 tomos; Sermões de exéquias de príncipes e infantes de Portugal – 3 tomos; Sermões de exéquias de duques de Portugal – 1 tomo; Sermões de exéquias de marqueses e condes de Portugal – 2 tomos; Sermões de exéquias de duquesas, marquesas e condessas de Portugal – 1 tomo; Sermões de exéquias de senhoras de Portugal; Sermões de exéquias de varoens portugueses; Sermões de exéquias de cardeais e arcebispos portugueses – 2 tomos; Sermões de exéquias de bispos portugueses – 3 tomos; Sermões de exéquias de eclesiásticos portugueses – 1 tomo; Sermões de exéquias de fidalgos portugueses – 1 tomo; Sermões pregados nos autos de fee celebrados em Lisboa, Coimbra, Évora e Goa – 6 tomos. Somam-se a estes, dois volumes de sermões pronunciados por José Barbosa, irmão de nosso abade. O erudito, como mostramos, não os relacionou junto aos demais em seu catálogo manuscrito, mas hoje eles são considerados parte da Coleção Diogo Barbosa Machado.

salos que atuaram como membros da Igreja ou em matéria de fé e os que se destacaram nas letras ou armas.

Na organização de suas gravuras a partir de um critério social, Barbosa Machado conferiu um rosto à história portuguesa. Fixou em imagens os homens e mulheres responsáveis, junto com os monarcas, pela grandeza não só do reino, mas do império português. Depois de ter destacado os rostos, o abade, nos opúsculos, contou, de diversas formas, o que cada um deles fez. Em outras palavras, configurou uma narrativa, que só poderia começar, é claro, pelo nascimento daqueles que estavam no topo da hierarquia social: os reis e sua família (MACHADO, [17--] d, 5 v). Aqui entra uma segunda divisão sugerida pela coleção de Barbosa Machado, especialmente para os opúsculos: a separação dos folhetos pelo gênero e natureza do evento. Os monarcas nascem, fazem aniversário, visitam cidades, casam-se, adoecem e morrem.<sup>23</sup> Ciclo semelhante se dá entre a nobreza, próximo grupo social que aparece em sua coleção.<sup>24</sup> Cada momento era descrito em textos: genethíacos, aplausos, entradas, epitalâmios, exéquias, entre outros. Embora possuíssem regras próprias, uma valia para todos: elogiar, engrandecer cada uma das etapas pelas quais os homens passavam, mas poucos tinham o privilégio de tê-las imortalizadas pela escrita. Primeiramente, Barbosa Machado separou

.....  
23. Referimo-nos aqui aos seguintes tomos da coleção de folhetos de Barbosa Machado: *Aplausos oratórios e poéticos no complemento de anos dos sereníssimos reis, rainhas e príncipes de Portugal* (2 volumes); *Entradas em Lisboa de reis e rainhas* (2 volumes); *Epithalâmios de reis e rainhas de Portugal* (5 volumes); *Aplausos oratórios e poéticos pela restituição da saúde dos sereníssimos reis de Portugal* (1 volume); *Elogios fúnebres oratórios e poéticos dos sereníssimos reis, rainhas e príncipes de Portugal* (4 volumes); *Notícias das últimas ações e exéquias dos sereníssimos reis, rainhas e infantes de Portugal* (3 volumes).

24. Os *Aplausos genethíacos de fidalgos portugueses* abrem os volumes referentes à nobreza na Coleção Barbosa Machado. Os demais são os seguintes: *Epithalâmios de duques, marqueses e condes de Portugal* (2 volumes), *Elogios de duques, marqueses e condes de Portugal* (2 tomos), *Elogios fúnebres de duques, marqueses e condes de Portugal* (2 tomos), *Elogios fúnebres de duquesas e marquesas de Portugal* (1 tomo).

os personagens pelo grupo ao qual pertenciam. A partir dessa divisão, iniciou a organização das unidades textuais em corpos maiores (KRIEGEL, 1988, v. 2, p. 205). Nesse sentido, as duas divisões caminhavam juntas na coleção.

Entre os ciclos de vida dos reis e da nobreza, um conjunto de 20 tomos de *Notícias militares* destacavam os conflitos bélicos em que guerreiros valorosos mostraram sua fidelidade ao rei.<sup>25</sup> Esse tipo de texto intermediava, na compilação de opúsculos do abade, a passagem da realeza para a aristocracia, além de justificar, naquela narrativa, a importância dos nobres varões, cujas vidas seriam contadas nos tomos seguintes.

Após a nobreza, o próximo grupo a ser representado na coleção é o clero. Aqueles homens não nasceram religiosos, mas morreram como tal. Dessa forma, foi justamente em cinco tomos de elogios fúnebres que cardeais, bispos e arcebispos tiveram suas trajetórias contadas.<sup>26</sup> A morte aparece aqui como o evento por excelência capaz de clarear e glorificar uma vida dedicada à religião e aos pobres de Cristo. O número de folhetos sobre a vida de clérigos de forma alguma chama atenção pela quantidade. No entanto, a presença religiosa reside em outro conjunto de textos de destaque na coleção: os 46 tomos de sermões. Era ali que a voz da autoridade religiosa e a principal função deste grupo na sociedade apareciam. Nos vários discursos proferidos nas aclamações de reis, nos seus nascimentos e casamentos, nas suas mortes, bem

.....  
25. Os relatos relativos a guerras e batalhas aparecem, sobretudo, nos seguintes tomos da coleção de folhetos: *Notícias militares de D. João IV* (2 volumes); *Notícias militares de D. Afonso VI* (3 volumes); *Notícias militares de D. Pedro II* (2 volumes); *Notícias militares de D. João V* (2 volumes); *Notícias militares de D. José I* (1 volume); *Notícias das proezas militares obradas pelos portugueses em a Índia Oriental* (3 volumes); *Notícias históricas e militares da América* (1 volume); *Notícias históricas e militares da África* (1 volume).

26. Os elogios fúnebres de cardeais, bispos e arcebispos podem ser encontrados nos *Elogios fúnebres de cardeais e arcebispos de Portugal* (1 volume) e nos *Elogios fúnebres de eclesiásticos portugueses* (4 volumes).

como no ciclo de vida da nobreza, lá estavam eles, presentes em corpo e voz. Se nos retratos, Barbosa Machado preferiu representar os santos e mártires, nos folhetos o clero é representado pela autoridade da sua palavra.

A coleção do abade de Sever é uma compilação sobre a elite portuguesa – secular e eclesiástica – e buscou contemplar as várias dimensões da vida daqueles personagens. Os documentos estavam todos ali, testemunhos da grandeza e da importância de cada grupo social, representados pelos seus mais valorosos homens e mulheres. De acordo com Pomian, as coleções antiquárias tendiam a se preocupar com o evento, aquilo que era raro e único na história. Daí a importância dos retratos e das narrativas sobre grandes varões e seus feitos. Postos em série, os testemunhos permitiam ver não só as cenas do passado diante dos olhos, mas também visualizar aqueles que atuaram nelas (POMIAN, 1987, p. 64).

Uma memória dos homens do passado era construída nas imagens e textos escolhidos. Em seu trabalho de lembrança/esquecimento, Barbosa Machado não só lidava com a hierarquia social, possibilitando ou não que seus membros alcançassem posições, mas, como historiador-antiquário, por meio de sua coleção, também conferia à história de Portugal um cânone de personagens, em que uns se destacavam em relação a outros.

Tomemos o exemplo somente da coleção de retratos do abade. Em um levantamento feito, percebemos que os reis que mais aparecem ali são d. Afonso Henriques (26 imagens), d. Sebastião (22), d. João IV (31) e d. João V (37) (MACHADO, [17--] b, v. 1 e 2). Três reis marcantes no relacionamento entre Portugal e Castela e um monarca, “o Fidelíssimo”, patrocinador da Real Academia. Em relação aos varões insígnies em artes, letras e ciências, alguns dos personagens que mais se destacaram numericamente nesse volume foram Manuel de Faria e Souza, padre Antônio Vieira, padre Bartolomeu de Quental e o médico João Curvo Semmedo (MACHADO, [17--] b, v. 4). No entanto, a figura de

maior destaque é Luís de Camões. Presente em 11 imagens, ele é o grande referencial da grandeza literária de Portugal. Barbosa Machado ainda inseriu alguns de seus pares na Academia Real da História, como Manuel Teles da Sylva. Mas, ao contrário do que poderíamos esperar, poucos deles são contemplados. O primeiro tomo de retratos dos varões insígnies em Campanha e Gabinete traz os duques de Bragança, alguns mestres da Ordem de São João de Jerusalém, navegadores e embaixadores. No entanto, o destaque está na família Sousa, representada por 31 de seus membros (MACHADO, [17--] b, v. 5). O livro seguinte, também referente aos homens de campanha e gabinete, é exclusivamente dedicado a governadores e vice-reis da Índia. É possível, no entanto, perceber a ausência de alguns governantes das possessões portuguesas naquela região. É interessante observar estas ausências ou esquecimentos, bem como a importância conferida, no século XVIII, por Barbosa Machado à Índia, momento em que o Brasil já tinha reconhecida importância econômica no império português (MACHADO, [17--] b, v. 6).

Não foi apenas um cânone de personagens – de rostos – que Barbosa Machado confirmou com seu trabalho de memória. Ele ainda estabeleceu para a história portuguesa uma cronologia, pois o critério temporal também foi utilizado pelo abade para organizar seus materiais. A cronologia muitas vezes é tomada como algo natural e é pouco problematizada como objeto de disputa e construção. No entanto, o estabelecimento da história cronológica de Portugal ocupou parte do tempo de alguns acadêmicos reais, que se dedicaram a fazer uma tábua cronológica que todos deveriam seguir (SISTEMA..., 1721). Nesta elaboração surgiam dúvidas. O padre Manoel do Tojal da Silva, por exemplo, ao elaborar uma cronologia dos reis de Portugal, sentiu a necessidade de perguntar aos censores da academia se os três reis de Castela que governaram o reino durante a união das coroas, deveriam ou não figurar nela (NOTÍCIAS..., 1721). Além de um problema de lembrança e esquecimento – a lembrança de que outrora Portugal

foi governado por reis “estrangeiros” –, a dúvida do acadêmico nos leva a problematizar a própria cronologia, percebendo, em primeiro lugar, que ainda no século XVIII ela não era bem definida, tampouco naturalizada, e, em segundo lugar, que havia um interesse, dentro da Academia, em uniformizar um método e um tempo para a história portuguesa.

Barbosa Machado estabeleceu uma ordem cronológica para a história lusitana com a sua coleção. Seus volumes foram divididos por grupos sociais, mas os documentos estão dispostos na ordem temporal de cada reinado. Nos retratos, o marco inicial foi o rei visigodo Wamba, primeiro rei ungido (MACHADO, [17-] b, v. 1). Em seguida, cada rei abre uma série de imagens em que é representado sozinho e também junto com suas mulheres e filhos, com exceção do primogênito, que, como herdeiro da coroa, abre uma nova série de imagens. Independente da resolução tomada pela Academia Real, os reis castelhanos também foram contemplados dentro desta lógica.<sup>27</sup> Como parte do passado luso, eles também deveriam ser lembrados e figurar entre os monarcas do reino português.

Já nos folhetos, Barbosa Machado dispôs os documentos obedecendo ao ano em que aconteceu um dado evento. Os *Elogios fúnebres de varões insignes em letras e armas*, por exemplo, traz dois tomos. O primeiro, sobre personagens que morreram entre 1579 e 1738. Inicia com Camões e, em seguida, trata de outras figuras, como Manoel de Faria e Souza, o acadêmico José do Couto Pestana ou ainda Diogo de Mendonça Corte-Real, procurando seguir sempre uma cronologia. O volume seguinte aborda o perí-

.....  
27. Os reis Habsburgo abrem o segundo volume dos *Retratos colligidos de reis, rainhas e príncipes de Portugal*. Felipe I de Portugal é representado em 23 imagens, Felipe II em 18 e Felipe III em 30 gravuras. (MACHADO, [17-] b, v. 2)

odo compreendido ente 1739 e 1757, em que morreram homens como Francisco Xavier Leitão e Alexandre de Gusmão.<sup>28</sup>

Nos opúsculos, a história portuguesa era ordenada não apenas no sentido de localizar no tempo os nascimentos, casamentos e mortes, mas de estabelecer também os marcos e os principais eventos e personagens sob cada um dos governos. Um exemplo são as notícias militares, divididas pela cronologia dos reinados: Notícias Militares de d. João IV, d. Afonso VI, d. Pedro II etc. O rei servia como definidor do tempo e, sob cada um deles, batalhas, eventos, homens e mulheres eram localizados temporalmente.

Se a cronologia era um dos olhos da história, o outro era a geografia. Tempo e espaço eram as duas coordenadas fundamentais para a narrativa do passado (CUNHA, 2000, p. 41). Também o local foi um critério de ordenação dos documentos coletados por Barbosa Machado. Além do reino português – certamente o espaço privilegiado pela coleção –, há volumes inteiramente dedicados à Índia, América, África e ainda três tomos relativos aos cercos que sustentaram os portugueses nas quatro partes do mundo.<sup>29</sup> São notícias de batalhas em que os valorosos guerreiros lusos, sempre inferiores em número, conseguem combater os infiéis e expandir a fé cristã. Mas não só as guerras constituem o assunto desses opúsculos. Eles também trazem relações, geralmente escritas por missionários, daquelas terras exóticas, distantes e invisíveis, bem como dos hábitos e costumes de seus nativos. O volume referente às terras africanas é um dos mais interessantes em termos visuais, trazendo imagens sobre a natureza e a população local. Ressalta-se aqui o papel de homens de letras, como Barbosa

.....  
28. Referimo-nos aqui aos dois volumes dos *Elogios fúnebres de varões insignes em letras e armas*.

29. São eles: *Notícias das proezas militares obradas pelos portugueses em a Índia Oriental* (3 volumes); *Notícias históricas e militares da América* (1 volume); *Notícias históricas e militares da África* (1 volume); *História dos cercos que sustentaram os portugueses nas quatro partes do mundo* (5 volumes).

Machado, na construção da ideia de um espaço imperial e de um grande império português. A história de Portugal e de seu império deveria ser escrita levando em consideração não só o tempo, mas também um espaço – terras, natureza e habitantes conhecidos por meio de textos e imagens formadores de uma memória daquelas regiões do território imperial.

As divisões utilizadas por Barbosa Machado acabaram construindo, a partir dos documentos selecionados, um cânone de fatos e personagens que deveria figurar na história de Portugal em um momento em que, como destaca Blandine Kriegel, as distinções cronológicas entre as épocas não eram tão claras, os arquivos tão estáveis e as bibliotecas ainda não tinham sido organizadas e as fontes repertoriadas (KRIEGEL, 1988, v. 1, p. 15). Tratava-se, no caso da compilação de Barbosa Machado, de um arquivo ordenado, cujos documentos são separados pela função social, tipos de textos, datas e espaços. Para Pomian, a história das coleções na Europa é também uma história das relações dos europeus com o passado (invisível), cada vez mais preso a uma reconstrução por intermédio dos vestígios deixados (POMIAN, 2003, p. 353). Se, durante alguns séculos, as referências eram os “antigos”, o trabalho dos antiquários dos séculos XVII e XVIII de coletar e reunir textos históricos e jurídicos em grandes fólios teria ajudado a fixar a autoridade no testemunho, já constituído como arquivo. De acordo com Anthony Grafton, a difusão das notas de rodapé no século XVIII evidencia uma demanda sobre o historiador: a ele não cabia apenas contar histórias, mas também citar suas provas. O documento ganhava o direito de falar sobre o passado. Recebia, aos poucos, o estatuto de autor da história (GRAFTON, 1998).

Os testemunhos são peças fundamentais para Barbosa Machado. Estamos nos referindo não apenas à sua coleção, composta propriamente por eles, mas às suas obras como um todo. Nas *Memórias para a história del Rey D. Sebastião*, por exemplo, a escrita do abade de Sever, bem como a divisão de seus capítu-

los, podiam, num primeiro olhar, não se diferenciar muito da narrativa de cronistas anteriores a ele, como Diogo do Couto. Deste autor, tomemos como exemplo a *Crônica dos feitos de Vasco da Gama*, terminada em 1599. Assim como Barbosa Machado fez com d. Sebastião, Diogo do Couto narrou os feitos de Vasco da Gama e seus filhos de maneira a exaltar a gloriosa ação dos portugueses no Oriente (COUTO, 1998 [1599]). A estrutura narrativa e a disposição das matérias nos capítulos também são pontos em comum entre o cronista e o acadêmico real. No entanto, apesar da semelhança, há distinções no que se refere aos métodos historiográficos, mais precisamente ao uso dos testemunhos. Diogo do Couto, como outros cronistas, se amparava em documentos escritos, mas não com o valor que será conferido a eles posteriormente, sobretudo com a Academia Real. A cada capítulo, Barbosa Machado não só citava uma pilha de documentos, como também os reproduzia.<sup>30</sup> Diogo do Couto não fazia o mesmo (embora consultasse textos e os citasse entremeados a sua narrativa), pois aquela não era uma demanda de seu tempo. Barbosa Machado, como antiquário, os destacava, conferindo a eles o estatuto de prova que legitimava a narrativa sobre d. Sebastião. Em sua coleção particular, o erudito recolhera outras provas que

.....  
30. Barbosa Machado citou vários tipos de documentos ao longo da sua narrativa, como cartas, elogios, cópias de bulas papais, alvarás etc. No capítulo 3, por exemplo, onde trata da morte de d. João III, nosso abade informa que, por conta da morte do monarca, a administração do reino ficou nas mãos de d. Catarina. Logo em seguida, ele citou o “instrumento da tutela, e regência da rainha D. Catarina” e ainda indicou que tal documento poderia ser encontrado na “Torre do Tombo, na gaveta 13, massô 9”. É interessante observar que o erudito, para escrever esta obra, parece ter utilizado alguns documentos que juntou em sua coleção. Nela, existem, por exemplo, papéis sobre a morte de missionários no Japão à época do reinado de d. Sebastião, assunto ao qual ele se referiu nas *Memórias* (MACHADO, 1736-1751, 4 v).

possibilitavam novas narrativas. Os testemunhos escolhidos passavam a constituir uma autoridade.<sup>31</sup>

Por outro lado, para Barbosa Machado a autoridade do testemunho ligava-se também àquele que o escrevia: a autoridade do missionário que descreve uma região distante, dos clérigos em seus sermões, dos acadêmicos em seus panegíricos. Textos confiáveis, porque escritos por pessoas confiáveis e jamais contrárias à fé cristã. Essa autoridade do nome recebeu destaque sobretudo em outra obra de Barbosa Machado, a *Bibliotheca lusitana*, preocupada em organizar e novamente trazer à lembrança os escritores portugueses.

Organização e memória parecem perpassar todos os trabalhos do erudito Diogo Barbosa Machado. Memória do rei “Desejado”, memória dos autores portugueses, organização de sua produção e, por fim, memória dos fatos e dos personagens da história portuguesa acompanhada da seleção e ordenação dos vestígios do passado, principalmente escritos.

Ao nos depararmos hoje com os materiais de Diogo Barbosa, divididos nas seções da Biblioteca Nacional, nem sempre nos damos conta de que eles constituem uma coleção ordenada e selecionada pelo seu compilador. O que sobreviveu foi aquilo que ele escolheu para vencer a finitude. Como lembra Bouza Álvarez, arquivos “são depósitos que forjam uma memória e, ao mesmo tempo, apagam outra. [...] No fundo, encontramos apenas no

.....  
31. Um cronista que recebeu a estima dos acadêmicos reais foi Duarte Nunes Leão. Nas *Crônicas dos reis de Portugal*, este autor reformulou crônicas antigas, corrigindo seus erros e procurando, por meio de documentos, demonstrar a verdade, nem que para isso tivesse de contestar tradições invioláveis. Ele discutiu, por exemplo, quem foi o pai de d. Henrique, discordando de uma versão que dizia ser ele filho de um rei da Hungria e outras que afirmavam ser ele grego ou alemão. Por fim, contestou Damião de Góes, que teria afirmado que o conde d. Henrique era da casa de Lorraine. Para refutar as autoridades, Nunes Leão citou documentos, tais como escrituras e testamentos, pois só o testemunho poderia desmentir as fábulas em torno daquele monarca. (LEÃO, 1975, [1677]).

arquivo o que está nos esperando, o que há séculos está disposto com todo o cuidado para que encontremos” (ÁLVAREZ, 2003, p. 359). O que nos espera é uma seleção de personagens ilustres e eventos tidos por um antiquário como memoráveis, dispostos não só no tempo e espaço, mas também pela atuação de seus personagens, representada nos retratos e narrada por textos confiáveis. Se hoje a coleção de nosso abade é consultada como um arquivo para a pesquisa, ela, na verdade, foi concebida como um arquivo de memória de eventos e pessoas – da memória das elites portuguesas. Aqueles documentos serviriam para escrever uma história de Portugal, mas se trata de uma escrita que não dissociava memória e história.

De fato, a escrita histórica – ou historiadora – permanece controlada pelas práticas das quais resulta; bem mais do que isto, ela própria é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo os espaços das referências simbólicas e impondo, assim, uma “lição”; ela é didática e magisterial. Mas ao mesmo tempo funciona como imagem invertida; dá lugar à falta e a esconde; cria esses relatos do passado que são o equivalente dos cemitérios nas cidades; exorciza e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos. [...] ela tem o estatuto ambivalente de “fazer a história” (...) e, não obstante, de “contar histórias”.

(CERTEAU, 2002, p. 95).



*Relatione del reame di Congo et dele circonvicine contrade e trata dalli scritti e ragionamenti di Odoardo Lopes Portugheze per Filippo Pigafetta. Roma: Bartolomeo Grassi, 1591. Folheto nº 1 das Notícias históricas e militares da África do ano de 1591 até 1763*

Os continentes americano, asiático e africano, pouco explorados ou mesmo completamente desconhecidos dos europeus até a Época Moderna, eram objeto de grande interesse no Velho Mundo. Esse folheto, escrito por Filipo Pigafetta e publicado em Roma por volta de 1591, é um relatório sobre o reino do Congo, com ricas ilustrações e informações sobre os seus habitantes e a natureza local.

## A COLEÇÃO COMO ESCRITA DA HISTÓRIA

---

Nos capítulos anteriores, demos a conhecer a coleção Barbosa Machado, descrevendo seus materiais e a maneira como foram dispostos dentro da biblioteca pessoal do abade. Montada em Portugal no século XVIII, a coleção acabou indo parar no Rio de Janeiro e hoje suas peças possibilitam pesquisas diversas. Buscamos, então, mostrar a trajetória da coleção, desde sua montagem, em Lisboa, até sua constituição como fonte e acervo da Biblioteca Nacional. Em seguida, atribuímos um primeiro sentido àqueles materiais, considerando-os como um arquivo, que, além de trazer à lembrança alguns eventos e personagens, poderia servir ao propósito de escrever a história de Portugal. Neste momento de nosso texto, buscaremos dar uma segunda interpretação à coleção de Barbosa Machado, entendendo-a como uma escrita da história, isto é, uma maneira própria de dar sentido ao passado português.

O século XIX foi marcado pela consolidação de certa forma de contar os eventos pretéritos: a história como ciência. Não apenas contá-los, mas narrá-los, por meio de um trabalho pautado em vestígios analisados de forma metódica. Para determinada tradição historiográfica daquela época, a história, no sentido da experiência dos homens no tempo, tinha um encadeamento pró-

prio e independente do trabalho do historiador. A este último, era imprescindível um método eficaz, não só para desvelar o que os fatos e a realidade queriam dizer por eles mesmos, mas também para entender certo caminhar da história da humanidade.

No entanto, quando examinamos Barbosa Machado como historiador e a sua coleção como uma maneira de dar sentido ao passado, estamos lidando com uma concepção de história diferente desta. Procuramos, antes, entender este conceito da maneira sugerida por Michel de Certeau, isto é, como uma operação historiográfica que precisa necessariamente de um sujeito para realizá-la: o historiador (CERTEAU, 2002, p. 65-119). É ele que, segundo o filósofo alemão Friedrich Nietzsche, “a partir da suprema força do presente, [tem] o direito de interpretar o passado”, doando-lhe sentido (NIETZSCHE, 2000, p. 56). Assim, para nossos objetivos aqui, tomamos o passado não como dado *a priori*, mas como algo que ganha sentido a partir de certo esforço do historiador, que se realiza no exercício da escrita, atividade capaz de atribuir um significado a uma experiência (CERTEAU, 2002, p. 65-119; HUMBOLDT, 2001, p. 79-89).

A própria noção de escrita que tomamos aqui não se resume a um texto escrito propriamente dito, mas abrange também qualquer maneira de tornar o passado inteligível para o presente, o que pode ser feito por meio de um filme, uma pintura, a organização de um museu ou mesmo uma coleção. Concebidas por sociedades e momentos históricos distintos, essas formas de escrita não têm o poder de trazer até nós o tempo pretérito tal como ele foi, mas, ao contrário, são capazes de, a partir de seus limites, dar sentido a uma experiência de maneiras diferentes. Não se trata de tentar ultrapassar esses limites, mas de entender que eles são a condição de possibilidade para a reescrita constante do passado (GUIMARÃES, 2000, p. 111-143).

Como vimos anteriormente, o trabalho de Diogo Barbosa Machado foi criterioso na organização dos documentos e dos rostos que mereciam chegar a um futuro para ele desconhecido

e invisível. Tempos mais tarde, aqueles testemunhos poderiam servir para construir a história do reino e das possessões portuguesas. No entanto, como coleção, ela por si mesma conferia inteligibilidade ao passado. Sendo ou não a intenção de nosso colecionador, até que ponto não poderíamos ler o seu conjunto de materiais como lemos um livro onde o passado é dotado de sentido pelo “sujeito” Barbosa Machado? Até que ponto a seleção, a arrumação e a ordenação dos folhetos, mapas e retratos não nos contam, no seu modo próprio de coleção, uma versão da história portuguesa? O que essa história comporta? Se já destacamos como Diogo Barbosa Machado organizou sua coleção, cabe agora abrir seus tomos e entendermos as histórias que aquele abade foi capaz de contar.

Temos um objetivo principal aqui: refletir sobre um tipo de escrita peculiar que é a coleção. Para isso, partimos de suas próprias histórias, narradas pelos documentos que Barbosa Machado coletou. Entre as imagens e os opúsculos compilados, os exemplos e os aspectos ressaltados poderiam ser muitos. Optamos, então, por fazer um recorte, que certamente traz consigo muitos limites. Sendo assim, escolhemos trabalhar aqui especificamente com os folhetos, onde a narrativa se estabelece de forma mais clara.<sup>32</sup> Mas outros recortes foram necessários, devido à quantidade de documentos que compõem essa parte da coleção. Assim, privilegiaremos os tomos que tratam da monarquia portuguesa, certamente “ator” central da narrativa de Barbosa Machado, das notícias militares, tema de destaque em sua coleção, e de acontecimentos e descrições de outras regiões do império, o que nos permitiria pensar o lugar das diversas colônias na história do reino português. Cremos ainda que os livros referentes aos elogios de reis, rainhas e príncipes, bem como as batalhas militares, além de constituírem uma parte significativa da coleção e tratarem do

.....  
32. Baseamo-nos aqui nos resumos dos folhetos feitos por mim e pelos outros membros da equipe do projeto *Recortes de Memória*: Pedro Fonseca de Araújo, Gus-

grupo social privilegiado dentro dela, são capazes de nos fazer entender o tipo de história que aqueles materiais pretendem contar. Dessa forma, primeiramente vamos nos deter na narrativa desses volumes, destacando, a partir do conjunto de opúsculos e da arrumação que o abade deu a eles, que a sua história é feita de muitos elogios, mas também de momentos de tensão e conflito. Esta narrativa ainda será importante para analisarmos as singularidades de um tipo de escrita que é a coleção. Já os volumes referentes a outras regiões do império serão importantes para o segundo item dessa parte, onde veremos que as histórias de Barbosa Machado não se resumem ao reino português, mas aconteceram em vários lugares, ajudando a constituir uma dimensão espacial do império português.

## **A escrita de Diogo Barbosa Machado: os elogios**

Na parte anterior desse estudo, de acordo com os critérios utilizados por Diogo Barbosa Machado, caracterizamos sua coleção como um arquivo que se ligava a uma preocupação da época, ao escrever a história pautada em vestígios averiguados como “verdadeiros” e “irrefutáveis”. Destacamos alguns critérios utilizados pelo abade de Sever para organizar tanto os opúsculos quanto os retratos que juntou: a separação social, por gênero, cronológica e espacial. Gostaríamos de retomar essa discussão e alguns desses critérios para irmos um pouco mais adiante e pensarmos aquela coleção como uma escrita. Acreditamos que a lógica de organização dos materiais acaba conduzindo a certa leitura histórica. Em outras palavras: os dois sentidos que propomos dar à coleção – como arquivo e como escrita – acabam se imbricando quando percebemos que, ao dividir seus mate-

---

tavo Kelly de Almeida, Jerônimo Duque Estrada de Barros, Jorge Miranda Leite e Guido Fabiano Pinheiro Queiroz.

riais, Barbosa Machado paralelamente domesticava o passado, atribuía certo encadeamento e coerência aos eventos pretéritos e indicava ao leitor um percurso a ser seguido. Uma determinada história acaba ganhando sentido na disposição dos materiais que compõem a coleção, tal qual um quebra-cabeça: os documentos localizados em tomos diferentes, quando juntos, parecem constituir uma narrativa na qual histórias se cruzam e momentos de suspense, de tensão, de paz, casamentos e religiosidade se alternam em meio a muitos elogios.

Os elogios constituem ponto importante da coleção e são eles que abrem a história que Barbosa Machado parece querer contar. Mesmo numericamente, esses livros ocupam uma parte considerável da compilação de opúsculos. Dos 146 volumes que compõem a coleção de folhetos, 25 ganham o título de *Elogios*, o que representaria 18% do total.<sup>33</sup> Por outro lado, se considerarmos outros volumes, como os *Genethliacos* e os *Aplausos*, que também se destinam à exaltação, esse número alcança os 25%.<sup>34</sup> Isso significa que cerca de um quarto da coleção é dedicado exclusivamente a elogiar e engrandecer os reis e os grandes varões.

Engrandecer primeiramente os reis, desde o seu nascimento. Barbosa Machado abre a sua coleção com a monarquia e no

.....  
33. Os tomos referentes aos elogios são os seguintes: *Elogios de reis, rainhas e príncipes de Portugal* (4 tomos), *Elogios fúnebres oratórios e poéticos dos serenísimos reis, rainhas e príncipes de Portugal* (4 tomos), *Elogios de duques, marqueses e condes de Portugal* (2 tomos), *Elogios fúnebres de duques, marqueses e condes de Portugal* (4 tomos), *Elogios fúnebres de duquesas e marquesas de Portugal* (1 tomo), *Elogios oratórios e poéticos de cardeais e bispos* (2 tomos), *Elogios fúnebres de cardeais e arcebispos de Portugal* (1 tomo), *Elogios fúnebres de eclesiásticos portugueses* (4 tomos), *Elogios fúnebres de diversos portugueses* (2 tomos), *Elogios históricos e poéticos de diversos portugueses* (2 tomos), *Elogios históricos e poéticos de eclesiásticos e seculares* (1 tomo).

34. Os *Genethliacos de reis, rainhas e príncipes de Portugal* são compostos por 5 tomos. Os *Aplausos oratórios e poéticos no complemento de anos dos serenísimos reis, rainhas e príncipes de Portugal* por 2, os *Aplausos oratórios e poéticos pela restituição da saúde dos serenísimos reis de Portugal* por 1, e os *Aplausos genethliacos de fidalgos portugueses*, também por 1 volume.

momento em que sua continuidade é assegurada: os nascimentos de seus herdeiros. O primeiro volume dessa matéria traz os nascimentos que ocorreram entre 1601 e 1648, isto é, dos filhos de Felipe III, Felipe IV e d. João IV. O segundo tomo, que compreende o período entre 1669 e 1699, refere-se aos filhos de Pedro II.<sup>35</sup> O terceiro, com folhetos datados de 1711 a 1746, é dedicado aos herdeiros de d. João V e também a d. Maria, filha de d. José, portanto neta do “Fidelíssimo”. O quarto, com opúsculos somente do ano de 1761, é inteiramente sobre o nascimento do neto de d. José, herdeiro da coroa. Por fim, o quinto, entre 1761 e 1765, mostra o nascimento dos demais infantes filhos de d. Maria.

Nos genetliacos, cada nascimento de um infante português era considerado uma glória para todo o reino. Para aquelas ocasiões, o Paço era ricamente ornado, as ruas enchiam-se de enfeites e luzes, festas aconteciam em vários lugares, pois um pilar da monarquia portuguesa tinha sido erguido no nascimento de mais um príncipe.

O clima de suspense e apreensão que envolvia alguns nascimentos tornava o evento ainda mais aguardado e a história de Barbosa Machado ainda mais interessante. A coleção conta o episódio do nascimento do neto de d. José. Narram os folhetos que, não havendo até então um herdeiro para o trono, Portugal passava por um período de grande apreensão e medo de se ver novamente em mãos alheias. Mas Deus sempre esteve ao lado dos portugueses e não faria falhar a promessa que fez a Afonso Henriques no campo de Ourique: em 1761, nasceu o tão esperado filho de d. Maria e d. Pedro. Um dos opúsculos diz que “nem o ministro Pombal conteve a sua emoção e chorou ao receber as boas novas” do nascimento do príncipe herdeiro (VERISSIMO PORTUGUÊS apud MACHADO, [17--], v. 5, p. 62-65). A alegria foi imensa em Portugal e as celebrações proporcionais ao tempo de espera, chegan-

.....  
35. Lembremos que d. Afonso VI, que governou antes de seu irmão, d. Pedro II, não deixou herdeiro para o trono.

do algumas solenidades a durar por toda a semana. Alguns documentos recolhidos por Barbosa Machado comentam de maneira curiosa o acontecido, narrando situações inusitadas que mostram a vontade dos súditos de comemorar o episódio. Um deles, que saiu anônimo, descreve os festejos conduzidos em Belém, Portugal, pelo nascimento do primogênito de d. Maria e afirma que as celebrações atraíram toda a plebe: o aprendiz desafiou o mestre, o criado desatinou seu amo, os filhos perturbaram os pais, enfim todos queriam participar de tal festa, gastando tudo o que possuíam para chegar até o local. Era tanta gente por terra e por mar, informa o opúsculo, que mais parecia que a corte se mudava. Houve notícias até mesmo de pancadaria, tudo para celebrar o nascimento do tão esperado infante.<sup>36</sup>

A cada ano a data do evento inaugural, o nascimento, era comemorada nos aniversários. Naquele momento, os súditos corriam a escrever folhetos exaltando as qualidades dos monarcas, sobretudo de d. João V, rei mais contemplado nesses volumes. Aqui, os textos que Barbosa Machado mais se empenhou em colecionar foram os de seus pares acadêmicos que, além de exaltarem o monarca, mostravam também os projetos da agremiação a que pertenciam. É interessante perceber como a escolha desses folhetos não foi aleatória: o elogio do rei vem daquela que, aos olhos de um erudito como Barbosa Machado, seria a sua obra mais importante: a Real Academia da História.<sup>37</sup>

Em seguida, mais uma etapa da vida real era escrita e narrada nos tomos que tratam dos casamentos dos monarcas por-

.....  
36. Essas situações são narradas no folheto “Histórica relação da alegria da Corte, e contentamento do povo, pelas grandiosas, e admiráveis festas de Touro, que em três dias se celebrarão na magnífica Praça de Belém, pelo feliz nascimento do sereníssimo senhor D. Jozé Francisco Xavier de Paula Domingos Antonio Agostinho Anastásio, Príncipe da Beira Nosso Senhor”, presente no 4º volume dos *Genethliacos de reis, rainhas e príncipes de Portugal*.

37. Os discursos dos membros da Academia Real da História Portuguesa podem ser encontrados nos dois volumes de *Aplausos dos annos dos reis, rainhas e príncipes de Portugal*.

tugueses com princesas de toda a Europa. Barbosa Machado reuniu 113 folhetos sobre este evento, divididos cronologicamente em cinco tomos. O primeiro era sobre os matrimônios realizados entre 1537 e 1682, entre eles os desposórios de duas infantas portuguesas. A primeira é d. Catarina, que se casou com Carlos II, de Inglaterra. A segunda, por sua vez, é d. Elisabeth Maria Francisca, em núpcias com Vitor III. Constanam ainda alguns folhetos sobre o casamento do rei d. João III com d. Joana. O segundo, refere-se aos matrimônios de d. Afonso VI e d. Maria Francisca de Sabóia e o de d. Pedro II com d. Maria Sofia. Note-se que aqui o abade suprime qualquer notícia sobre o fato de d. Pedro ter desposado a mulher de seu irmão, Afonso VI, que não chegou a consumir seu casamento. O livro seguinte, além de continuar relatando a segunda boda de d. Pedro, prossegue tratando do casamento de d. João V e d. Mariana de Áustria. Em seguida, no próximo livro, Barbosa Machado trata de um duplo matrimônio, o dos filhos do “Fidelíssimo”, d. José e d. Maria Bárbara, com os filhos de Felipe V, rei espanhol, d. Fernando e d. Mariana Victória. Por fim, os últimos desposórios são os de d. Maria, filha de d. José, com d. Pedro, seu tio.

O matrimônio era um evento importante na coleção do abade. Além de condição para que a coroa conquistasse herdeiros legítimos, era uma maneira de selar alianças e trazer a paz para o reino. O casamento duplo entre os filhos de João V e Felipe V, representado em um dos volumes dos *Epitalâmios de reis e rainhas de Portugal*, é emblemático nesse sentido, pois tornava-se o símbolo do fim de qualquer ressentimento entre os dois reinos, que vivenciaram, em lados opostos, a Guerra de Sucessão de Espanha, conflito que terá lugar na história de Barbosa Machado e ao qual voltaremos mais adiante. Se o evento era importante, lá estava Barbosa Machado recolhendo textos em que os autores narravam em detalhes a boda, a cerimônia, além de comentarem a negociação, a nomeação dos plenipotenciários, os contratos de casamen-

to e o encontro dos dois monarcas nas fronteiras de suas terras para, enfim, trocarem as suas filhas.

Este casamento, em especial, se deu por procuração. Mas quando a noiva chegou a Lisboa, os consortes correram para entrar juntos na cidade. As entradas de d. José com sua esposa, d. Mariana Victória, foram narradas nos tomos das *Notícias históricas e poéticas das entradas de reis e rainhas de Portugal em Lisboa*. O futuro monarca, que à época de seu casamento era ainda príncipe da Beira, fez exatamente como seu pai d. João V: logo que recebeu d. Mariana de Áustria, levou-a para que toda Lisboa pudesse contemplá-la gloriosamente. Mas esses volumes trazem também outras notícias, referentes a entradas de monarcas como d. Sebastião, os Felipes I e II, além de d. João IV, em cidades como Évora e Lisboa.

Nos folhetos sobre a entrada de Felipe II em Portugal, enfatiza-se o argumento religioso segundo o qual o reinado Habsburgo seria fruto da vontade divina, mas destacam também a total independência portuguesa frente ao reino espanhol. Entretanto, quando chegamos aos opúsculos sobre d. João IV, o episódio da Restauração é abertamente tratado e aquele monarca é tido como o restituidor da liberdade lusitana.<sup>38</sup> É interessante observarmos que, embora Barbosa Machado tenha silenciado em relação a Felipe IV, não esqueceu de adicionar opúsculos tratando das entradas triunfais dos outros dois Habsburgos. Segundo os testemunhos, tanto eles quanto os reis da dinastia de Bragança foram recebidos com muita festa por seus súditos, sempre “fiéis servidores de seus monarcas”.

Mas nem só de festas e alegrias era a vida dos reis. Havia também momentos de grande tristeza e apreensão, sobretudo quando envolvia a sua saúde. Essas ocasiões são relatadas nos tomos que vêm logo em seguida na coleção. O único volume de *Aplausos*

.....  
38. Referimo-nos aqui aos opúsculos que podem ser encontrados nos volumes das *Notícias históricas e poéticas das entradas de reis e rainhas de Portugal em Lisboa*.

*oratórios pela saúde dos reis* trata apenas de dois monarcas, cuja fragilidade de suas vidas gerou apreensão em Portugal. Um deles é d. João V, que sofreu uma doença grave durante seis longos anos. Segundo os folhetos, isso foi motivo de extrema comoção por parte de todos os vassallos portugueses, que acompanhavam de maneira apreensiva as variações no estado de saúde do monarca, que ora melhorava, ora recaía. Os folhetos elogiavam o rei pela sua força e salientavam o papel da fé dos súditos.

Quando o rei melhorava, mais eventos eram feitos para comemorar tal acontecimento, e Barbosa Machado os recolhia como testemunho para sua coleção. Um episódio particularmente interessante ressaltado nesse volume foi o certame organizado pelos eruditos da Academia dos Escolhidos por ocasião da melhora do rei. As obras apresentadas naquele concurso literário travavam discussões a respeito da solidariedade do povo perante a moléstia do monarca, da inspiração divina do certame e da dúvida se foi maior o sofrimento de todos perante a doença do rei ou a alegria diante da notícia da sua melhora.

Outro evento que ocupou as páginas desse volume foi o atentado contra d. José em 3 de setembro de 1758. Os folhetos evitam comentar os aspectos políticos da tentativa de regicídio, mostrando apenas que o acontecido foi motivo de comoção e prece por parte de todos, assim como uma oportunidade de lembrar que a providência divina sempre esteve a favor dos monarcas lusitanos. A justiça tinha sido feita: os conspiradores foram descobertos e levados à fogueira e o rei continuava governando o seu reino.<sup>39</sup>

Por fim, chegava o momento do qual ninguém, nem mesmo o rei, poderia escapar: a morte. Se nos tomos sobre a saúde dos monarcas o sofrimento e a doença acabavam humanizando suas figuras, mostrando que eram capazes de padecer como qualquer outro homem, na morte eles deviam merecer as glórias que lhes

.....  
39. Sobre o atentado contra o rei d. José, ver o 1º volume dos *Aplausos oratórios e poéticos pela restituição da saúde dos sereníssimos reis de Portugal*.

cabiam, com direito a festejos, cerimônias de luto, missas, procissões, todas fielmente relatadas pelos opúsculos que Barbosa Machado selecionou. Mesmo os últimos desejos do morto, que costumava fazer boas ações em seu leito de morte (como, por exemplo, dar esmolas), estão explícitos naqueles documentos, mostrando que, até o derradeiro minuto, foi o monarca liberal para com os seus súditos e cumpridor de seu pacto para com o povo. Mais uma vez, o abade destacou folhetos que representavam as cerimônias realizadas, mausoléus erguidos em sua memória, além de poesias escritas para louvar os reis que se foram.

O momento da morte era fundamental na consolidação da memória de um personagem. Dessa forma, seguem-se às exéquias quatro volumes dos *Elogios fúnebres dos reis, rainhas e príncipes de Portugal*, que reúnem 161 folhetos, divididos em quatro tomos, exaltando as qualidades e virtudes dos monarcas mortos. Em muitos casos, eles eram comparados aos grandes homens da Antiguidade, como Carlos Magno ou algum imperador romano. A associação entre memória e escrita torna-se muito clara nos panegíricos e elogios reunidos aqui, que a todo momento mostram a preocupação de imortalizar pelas palavras. Os reis, na coleção de Barbosa Machado, nasciam gloriosos e morriam gloriosos; vinham ao mundo amados e comemorados pelos seus vassalos e padeciam da mesma maneira. Dos genetlíacos aos elogios fúnebres, um ciclo de vida se fechava.

Já destacamos anteriormente que tanto o projeto da Academia Real da História, quanto a própria coleção de Barbosa Machado eram permeados pela ideia de retirar do esquecimento e trazer à memória aqueles que ajudaram a engrandecer o reino português. Numa concepção de história como mestra da vida, os grandes atos do passado, seja dos reis, dos nobres ou dos clérigos, poderiam inspirar e ensinar os súditos do presente. À história cabia aconselhar, acusar, defender, elogiar, censurar, ensinar o que era virtuoso e propagar determinados valores – sinais evidentes do papel pedagógico da disciplina que, mais tarde, ganharia

novos contornos quando da constituição do conhecimento histórico como saber científico.

Os atos dos grandes varões insignes e reis de outrora inspiravam a fidelidade dos portugueses do século XVIII em relação ao seu reino e à monarquia. Esta concepção de história amarrava presente, passado e futuro. Era preciso tirar os homens valorosos do esquecimento, porque eles mereciam ser eternos e vencer a finitude e, também, porque as ações do passado serviam como espelho e estímulo para os homens coevos e das futuras gerações.

Nas sociedades de corte, ser lembrado em uma coleção como a de Barbosa Machado representava não apenas exemplo para a posteridade. Ter o seu nome ou a história de um antepassado contada em algum dos folhetos conferia prestígio, ao mesmo tempo que configurava um ideal de virtude e uma imagem dos reis frente a seus súditos. Algumas pessoas, grupos e lugares eram lembrados de maneira mais indireta, isto é, pela composição de uma descrição, de uma poesia, ou ainda pela celebração de exéquias ou festas que se mandavam fazer em memória de um rei ou nobre. A lembrança não era uma questão apenas de conquistar imortalidade, mas, principalmente, de ser reconhecido e existir socialmente. Mais ainda: significava a possibilidade de participar da lógica de uma “economia política de privilégios”, sobretudo em uma sociedade em que o indivíduo era relacionado diretamente à casa em que nasceu (MONTEIRO, 1998). D. João V e d. José, monarcas liberais como seus antepassados, saberiam reconhecer, premiando com mercês, o esforço de seus varões em prol do império, seja por meio das letras, das armas ou da fé. Rei e súditos partilhavam de um ideal de virtude, de saber dar e receber, e do desejo de, assim como os antepassados, terem também seu lugar no edifício da memória.

Ao montar a sua coleção, Barbosa Machado não estava alheio a essa lógica. Cabe aqui lembrar a própria trajetória social do abade. Ele não vinha de família nobre ou importante do reino.

Tanto ele quanto seus irmãos, José e Inácio, ascenderam socialmente por meio de sua erudição, da vida religiosa, ou ainda das relações que mantiveram com outros eruditos. Como antiquário, o abade de Sever conseguiu visibilidade junto ao rei a ponto de, após o terremoto de 1755, o monarca se interessar em adquirir seus materiais. O erudito conseguiu não só uma boa pensão, mas também prestígio. Seu trabalho foi reconhecido e sua trajetória de erudito coroada, pois a coleção que montou passou a fazer parte da Biblioteca Real. Nela, estava seu retrato entre os varões insígnies em artes e ciências. Estava também sua coleção de folhetos, afinal ninguém tinha dúvidas de que ele era um homem das letras. Por meio delas tornou famosas as glórias da monarquia, ganhou distinção e foi reconhecido. Foi, portanto, imortalizado, assim como os personagens que ele trouxe à lembrança (MONTEIRO, 2005, p. 215-251). Cabe observar ainda que a preocupação com o passado, a coleta de documentos e a constituição de uma história elogiosa e exultante não estavam dissociadas da cultura política do Antigo Regime. Tratava-se de uma preocupação presente tanto na Academia Real da História, quanto na coleção montada pelo abade.

### **A dimensão do conflito: combates nos campos de batalha e embates de testemunhos**

Considerar apenas os elogios pode deixar a falsa impressão de que os folhetos aos quais Barbosa Machado deu voz contam uma história puramente exultante e sem momentos de conflito. Seguindo-se aos elogios, havia naquela coleção outros relatos, como os de batalhas, que não só informavam, mas comprovavam os serviços prestados pelos vassallos portugueses nos momentos de tensão pelos quais a monarquia passou. Dessa forma, além de elogiar, o abade mostrava também, a partir de seus documentos, os conflitos que constituíram a história de Portugal. Vinte dos volumes existentes na coleção de folhetos de Barbosa Machado

são dedicados à guerra, isto é, às notícias militares e aos cercos que os portugueses sustentaram na Europa, África, América e Ásia.<sup>40</sup> Nesses volumes, vários textos descrevem e narram batalhas nas quais os portugueses lutaram valorosamente. Em meio a essas narrativas, poderíamos ressaltar alguns conflitos que ocupam um lugar importante na história contada pelo erudito. Um deles foi a separação entre Portugal e Espanha em 1640, e as lutas que se seguiram pela Restauração portuguesa.

Esse tema aparece tanto nas notícias militares referentes aos reinados de d. João IV e d. Afonso VI, como também em alguns genetiácos que comemoravam o nascimento do primogênito do duque de Bragança, o que garantia um sucessor para a coroa portuguesa, livrando-a, portanto, da sujeição e do jugo castelhano (MACEDO [1644] apud MACHADO, [17--], v. 1, p. 210). Mas é nas descrições de batalhas que a guerra se mostra propriamente. Os 55 folhetos presentes no primeiro tomo das *Notícias militares de D. João IV* exaltam os combates nas regiões fronteiriças e as vitórias portuguesas sobre os castelhanos, apesar da grande desvantagem numérica dos primeiros. Num dos folhetos, relatando a batalha na cidade de Elvas, o autor enfatiza a desigualdade entre os exércitos castelhano e português, destacando que, enquanto este tinha apenas oitenta homens, aquele chegava a quatrocentos (RELAÇAM do felice..., [17--]). Outro opúsculo chega a indicar “sinquo mil homes de infantaria, e outocentos cavallos” na frente espanhola (RELAÇAM verdadeira da..., [17--]).

A voz dominante nos folhetos coligidos por Barbosa Machado sobre o conflito da Restauração é, sem dúvida, portuguesa. No

.....  
40. Os tomos dedicados aos conflitos bélicos são os seguintes: *Notícias militares de D. João IV* (2 tomos), *Notícias militares de D. Afonso VI* (3 tomos), *Notícias militares de D. Pedro II* (2 tomos), *Notícias militares de D. João V* (2 tomos), *Notícias militares de D. José I* (1 tomo), *Notícias das proezas militares obradas pelos portugueses em a Índia Oriental* (3 tomos), *Notícias históricas e militares da América* (1 tomo), *Notícias históricas e militares da África* (1 tomo) e *História dos cercos que sustentaram os portugueses nas quatro partes do mundo* (5 tomos).

entanto, é curioso que, no primeiro volume das *Notícias militares de D. Afonso VI*, logo entre os folhetos iniciais do tomo, temos um manifesto, escrito em língua portuguesa, no qual Felipe IV, rei de Espanha, conclamava seus vassallos à obediência em meio à guerra que se desenrolava:

Por quanto (como he notório) o Reyno de Portugal faltou à obediencia, que me devia, no anno de mil e seiscentos e quarenta, por haverlo tumultuado alguns sediciosos [...] em companhia de Dom João Duque de Bragança, vassallo que por sua casa, e por sua pessoa, a mi, e a meus gloriosos progenitores se recôhecia pussuidor de mayores beneficios, que outro algum de aquella coroa (FELIPE IV apud MACHADO, [17--], v. 1, p. 30v).

Nesta versão de Felipe IV sobre o conflito, o monarca destacou que nem todos do reino concordavam com a separação das coroas. Na verdade, os sediciosos publicavam “diferentes manifestos para persuadir o mundo”. No entanto, segundo o “Rei Católico”, não faltavam vassallos afeitos a sua obediência, “pois muytos intentarão libertar sua pátria daquella tirania, e outros com louvável exemplo a deixarão, com sumo risco de suas pessoas, passandose à minha obediência, por não consentir naquella traição” (FELIPE IV apud MACHADO, [17--], v. 1, p. 30).

O manifesto de Felipe IV que Barbosa Machado escolheu salvar guardar acentua ainda a cordialidade e a clemência do rei, disposto a perdoar os portugueses pelos “tantos e tão graves delitos”. Afinal, prossegue o rei Habsburgo, todos aqueles vassallos (que amou como filhos) não podiam pagar pela “culpa de tão poucos”. O monarca enfatizou a pouca inclinação ao conflito por parte da Espanha, destacando, inclusive, que chegou a suspender as suas armas, mas o exército português, passando por cima da clemência do rei, entrou em Castela e se atreveu a sitiá Badajoz, praça de armas de Estremadura (FELIPE IV apud MACHADO, [17--], v. 1).

Os folhetos que se seguem ao manifesto, por sua vez, parecem colocar em xeque alguns dos elementos que Felipe IV evidenciou em seu escrito. Um fator acentuado não é exatamente a cordialidade ou a clemência do monarca castelhano, mas, pelo contrário, a fúria e o barbarismo de seus soldados. De acordo com um dos folhetos, o exército inimigo

Trazia este poder e gente muito preparada, e em boa ordem, com a qual vindo marchando entrou pella Arraya em Portugal, e com seu exercito chegou à vista dos muros da villa, deixando abrazados três lugares nossos, que distava meia legoa della o mais chegado, e os outros dous fiquavão também perto, aonde excitarão crueldades tão horrendas, q excedem a todas as que se uzarão entre gentios, e mouros, e parecem [ilegível], porquem não bastanto o desapiadado incêndio, co que entregarão ao fogo, e chamas, o que naquellas piquenas aldeãs havia, à vista dos próprios naturaes, e não perdoando ao sagrado e Igrejas, nem aos santos e imagens, a que algumas vezes os mouros guardarão mais respeito, matavão co desusadas cruezas os mininos e molheres, que acharão não lhe valendo a aquelles a tenra idade, e simplez innocencia, nem a estas a qualidade de algumas, nem o estarem prenhes deixando algumas nuas e despidas vergonhosamente, e escalandoas. Aos homens, que por feridos, e já cansados não podere usar de seu valor natural; se rendião, e entregavão aos ímpios soldados castellanos entre vários gêneros de mortes, q lhes davão, estudou o ódio endurecido, e pertinaz alentado da malicia cruel hum tão exquesito, que até o presente não temos nas vitórias, q os bárbaros mais deshumanos alcançarão, qual era encheremlhe por força as bocas de pólvora, e dandolhe fogo rebentavão aquellas animadas minas saltandolhe os olhos, e miolos fora. A outros cortavão as partes vergonhosas, e lhas metião por bocas, cõ torpe crueldade (RELAÇÂM de hua..., [17--]).

A passagem, embora extensa, mostra outra atitude do exército de Felipe IV, muito menos amistosa do que aquela que o

monarca espanhol parecia ressaltar. As barbaridades castelhanas, na narrativa dos portugueses, são sem precedentes: nem pagãos, tampouco os mouros, foram capazes de ir tão longe, incendiando igrejas, saqueando lugares sagrados e desrespeitando mulheres e crianças. Além disso, nas narrativas selecionadas, a sublevação não parece ter sido restrita a poucos, como dizia Felipe IV, mas, pelo contrário, ganhou um extremo apoio popular. Homens e mulheres comuns apoiavam a causa da Restauração e chegavam a pegar em armas para lutar:

Para notar foi neste primeiro rebate, primeira mostra dos ânimos dos vassalos, q se acharão nelle todos sem exceção de pessoa, velhos e moços, e ecclesiasticos e alguas molheres, co tal esforço q dizião as puzessem no maior perigo huas com fouces, outras com paos, significavão q na alma trazião desejo de morrer na defensão de V. Magestade (SOUSA, 1641, apud MACHADO, [17--], v. 1, p. 93).<sup>41</sup>

Embora tenha ressaltado as vitórias portuguesas e o apoio popular ao exército lusitano em meio à temática das guerras de Restauração, Barbosa Machado não deixou de compilar também folhetos que seriam a voz do inimigo. Um olhar mais generalista, preocupado apenas com as disposições dos materiais da coleção, deixará de identificar os critérios adotados pelo erudito ao formar a sua coleção. Não se trata de indicar a suposta versão correta (a castelhana ou a portuguesa), nem de enveredar pelos estudos sobre Restauração, mas de atentar para a importância da temática

.....

41. A presença popular é a tônica dos folhetos cuja temática é a Restauração. No entanto, é interessante observar que, entre os moradores das diversas vilas e cidades que lutaram contra os espanhóis, os autores destacam a marcante presença feminina. Um dos opúsculos ressalta os feitos de uma mulher que matou com uma cachoporra sete castelhanos. No entanto, ela não conseguiu sair da batalha com vida, pois a acertaram de cima de um telhado. O surpreendente foi que, “depois de morta foy achada cõ hua criança de peito mamandolhe nos seus” (FACÇÕES..., [17--], p. 352).

castelhana na coleção de Barbosa Machado, para os documentos que foram coletados e para o modo como o abade os montou em seu quebra-cabeça.

O conflito que aparece logo após o tema da Restauração nos opúsculos colecionados por Barbosa Machado também envolve o reino vizinho a Portugal. Em 1700, morreu o rei de Espanha, Carlos II, o último Habsburgo. Começava então uma disputa pelo trono espanhol entre o duque de Anjou (que chegou a ser coroado Felipe V de Espanha), apoiado pela França, e o arquiduque Carlos de Áustria, apoiado pela Inglaterra e Países Baixos. Em meio à possibilidade de união das monarquias francesa e castelhana, Portugal deixou de dar seu apoio ao duque e à França, e acabou por se aliar aos britânicos no conflito que seria conhecido como Guerra de Sucessão Espanhola, tema das *Notícias militares de D. Pedro II* e das *Notícias militares de D. João V*.

Os dois tomos das notícias militares de d. Pedro II trazem ao todo 121 folhetos, todos sobre o conflito sucessório na Espanha. O tomo se inicia com textos relacionados ao posicionamento de Portugal naquela guerra. A mudança de posição portuguesa e o apoio que d. Pedro deu à Inglaterra suscitaram uma série de discussões presentes nos opúsculos. Um dos folhetos apresenta um discurso do estado eclesiástico, alertando o rei dos riscos de entrar em um conflito ao lado dos infiéis britânicos (ZELO..., [17--]). A monarquia portuguesa, no entanto, justifica o seu posicionamento argumentando que a união das coroas francesa e espanhola seria um perigo e que caberia a Portugal libertar os seus vizinhos daquela servidão (JUSTIFICACIÓN..., [17--]). Em seguida ao texto que justificava a entrada de Portugal na guerra, Barbosa Machado adicionou outro folheto, escrito por Jerônimo Juliano, em que ele rebate o manifesto de d. Pedro II. Opondo-se claramente ao monarca, o autor insinua que “alguna sediciosa pluma” estava influenciando na escrita do documento de d. Pedro. Diz ainda que o rei português estava “abriendo la puerta à los auxiliares enemigos de el norte”, os

heréticos britânicos (JULIANO apud MACHADO, [17--], v. 1. p. 60 v e 61).

Apesar das contendas relatadas nos folhetos iniciais, Portugal entrou na guerra. Seguem-se, então, descrições e mais descrições sobre os sucessos dos portugueses no conflito. Uma relação narra a vitória que o batalhão liderado pelo marquês das Minas, Antonio Luís de Sousa, alcançou na província do Alentejo:

Mas sabendo o Marquez [das Minas] por alguns desertores, e pelos avisos de nossas guardas, e batedores, que a cavallaria inimiga se avistava ainda, e se não tinha recolhido todas para o bosque, lhe mandou investir a retaguarda o que se fez com tal vigor, que se achou obrigado o Duque [de Bervvick, que lutava pelo exército inimigo] a passar da vanguarda à retaguarda com todos os clavineiros, onde se travou um furioso conflicto, e chegou o Duque a perder o cavallo, e se vio obrigado a tirar a pluma do chapeo que trazia para diviza, que foy causa de correr a voz de ser morto ou mal ferido; e assim cedendo o campo ao valor dos nossos, se poz em fuga [...]. O número certo de mortos do inimigo se não averigou, mas consta que forão muitos, e a maior quantidade de feridos, e entre elles o Márquez de S. Vicente. Aprizionarãose muitos officiaes, e soldados com o Conde de Canillejas (SEGUNDA..., [17--]).

Mas a guerra se alongava, adentrando o reinado de d. João V, e as derrotas começavam a aparecer em folhetos que defendiam a causa espanhola. Um opúsculo relatava os sucessos espanhóis nos Campos de Almansa:

Aunque no se sabe com certeza el numero de los muertos enemigos, se supone sean de seis a ocho mil hombres, com um gran numero de prisioneros, que llegarán hasta cinco mil. Veinte coroneles prisioneros, dos mariscales de campo, diez batallones portugueses, enteramente aruynados (RELACION..., [S.l.:s.n., 17--]).

Outra notícia contava que foram confiscadas cartas que o rei de Portugal teria mandado ao marquês das Minas. Por elas, ficava-se sabendo que o batalhão do marquês sofrera um grande susto na província do Alentejo. O monarca, então, teria enviado “estrechos ordenes al de las Minas para que luego luego se embarque com todas las tropas portuguesas, que tiene, e se venga a Portugal defender su propria casa” (PROSIGUEN..., [S.l.:s.n.[17--]). Em meio às derrotas, um folheto intitulado ironicamente “El despertador de los portugueses, o el general desembobado”, traz um suposto diálogo entre o marquês das Minas e o conde de Atalaya, em que o primeiro defendia que Portugal deveria abandonar a guerra, pois ela não lhe traria nenhum benefício. O conflito é visto como um engano e, mais do que isso, uma luta entre católicos e infiéis protestantes no qual Portugal estaria apoiando o lado errado (EL DESPERTADOR..., [17--]).

Haveria, portanto, uma crítica ao rei, figura sempre tão elogiada na coleção de Barbosa Machado? Estaria o erudito coletando documentos que criticavam d. Pedro II por ter entrado na guerra e d. João V por ter permanecido nela? A resposta pode ser encontrada em outro opúsculo, presente no segundo volume das *Notícias militares de D. João V*. Nele, o autor conta que, enquanto dormia, sonhou que estava caminhando. Foi então que entrou em um buraco e chegou ao inferno. Acabou caindo em uma sala onde demônios terríveis estavam reunidos discutindo a sucessão do trono espanhol. O objetivo deles era dar início a uma guerra que contaminasse toda a Europa. Para isso, embaixadores do inferno foram enviados a vários reinos a fim de suscitar desentendimentos e inclinar alguns monarcas a favorecer o arquiduque e outros, a favorecer Felipe V. Esses pequenos demônios (talvez a “sediciosa pluma” à qual se referia Jerônimo Juliano) manipulavam os reis, que acabavam por tomar decisões equivocadas e sem a sua verdadeira vontade (JUNTA..., [17--]). Dessa forma, se d. Pedro II e d. João V

cometeram algum erro, eles foram atribuídos a seus conselheiros, e não exatamente aos monarcas.

A narrativa que propomos acima, dos elogios aos conflitos, e os dois exemplos trabalhados (as guerras de Restauração e da Sucessão Espanhola) podem nos ajudar a pensar elementos importantes referentes às singularidades de um tipo de escrita da história como a da coleção. Michel de Certeau, na passagem que usamos como epígrafe, afirma que a escrita ao mesmo tempo que “conta”, é capaz de “fazer” a história. A partir dessa ideia, bem como da coleção de Barbosa Machado, retornamos à questão da construção do passado por meio da escrita.

Ao escrever um livro, um historiador escolhe cuidadosamente palavras, passagens e frases para poder “fazer” a sua história. No entanto, quando nos deparamos com a coleção montada pelo abade de Sever, parece-nos que a sua escrita é de outra ordem, o que lhe confere uma primeira peculiaridade. Os opúsculos presentes em sua coleção, com algumas poucas exceções, não são dele. Não foi Barbosa Machado que escreveu sobre o nascimento do primogênito de d. Maria, não foi ele que exaltou d. Pedro II no momento de sua morte, assim como o abade não esteve presente ou narrou as batalhas entre portugueses e castelhanos. Na verdade, a sua narrativa se formava pelas vozes de outros, isto é, daqueles que compuseram os opúsculos, cabendo a ele “apenas” coletar.

Vimos também que esses opúsculos são de diversas ordens e tipos: panegíricos, cartas, elogios, descrições, poesias, diálogos, histórias, memórias. A construção da história como disciplina, no século XIX, estava relacionada com a perda da força desses diversos gêneros discursivos. Esse foi o caso, por exemplo, dos panegíricos, que eram utilizados como repertórios de virtudes, destacando a qualidade moral dos grandes homens, num tempo coevo ou pretérito. Esses textos distinguiam-se de outros por compor um louvor ao merecimento de uma dada pessoa. As crônicas, por sua vez, eram diferentes. O tempo de seu enunciado

era o passado, referindo-se ao que se ouviu a respeito das ações de alguém (PÉCORA, 2002, p. 48).<sup>42</sup>

Barbosa Machado não escolheu palavras, como tantos historiadores, mas opúsculos dos mais variados tipos. Coletando documentos e dispondo-os aos olhos de seus leitores, o abade parecia fazer acontecimentos e testemunhos falarem por si mesmos, sem sua intervenção. Chegamos a um segundo ponto de reflexão sobre a coleção e, portanto, uma segunda peculiaridade desse tipo de narrativa. Esta comporta certo conflito que não se restringe aos campos de batalha, mas que se faz presente também em seus testemunhos. Vimos que o erudito intercalou em seus volumes opúsculos que justificavam os interesses portugueses em um conflito pelo trono espanhol com outros, que refutavam todos aqueles argumentos e mostravam que era um erro Portugal se envolver naquela disputa. Ainda na narração deste evento, o abade não silenciou a notícia de derrotas portuguesas e o descontentamento expresso em alguns folhetos em relação à participação lusa no conflito. No entanto, nos relatos militares sobre a Guerra de Restauração, ele preferiu destacar as vitórias e as notícias favoráveis aos portugueses. Será que não houve derrotas nesse conflito? Será que os espanhóis, assim como os portugueses, não produziram folhetos tratando do mesmo embate, mas numa perspectiva diferente? Certamente sim.

Jorge Miranda Leite e Rodrigo Bentes Monteiro debruçaram-se sobre os três tomos intitulados *Manifestos de Portugal*, que também fazem parte da coleção Barbosa Machado. Neste estudo, os autores destacaram, por exemplo, que o abade dispôs textos favoráveis ao candidato ao trono português – d. Antônio, prior do Crato e neto de d. Manuel I – no primeiro volume, que contém os folhetos sobre a sucessão do trono luso em 1580. Porém, não

.....  
42. Em seu estudo sobre o panegírico, escrito por Juan Lopes Sierra, Alcir Pécora refere-se ao conjunto heteróclito das formas historiográficas, que admitiam, além das crônicas e histórias, tratados, cosmografias, corografias e panegíricos.

se esqueceu de adicionar àquela coleção um folheto de apoio à candidatura de Felipe II, rei de Espanha. Além disso, no segundo tomo dos *Manifestos*, o abade inseriu um opúsculo que afirmava ser Portugal inicialmente um feudo de Castela. Logo em seguida, adicionou outro texto que, por sua vez, rebatia esta afirmação (MONTEIRO; LEITE, 2007, p. 113-131).

Além da narrativa elogiosa, em que folhetos são selecionados para exaltar o passado português, é possível ver na coleção momentos de tensão, expressos não só nas guerras e batalhas propriamente ditas, mas também nos testemunhos. Acreditamos que esta seja também uma característica própria da escrita antiquária, em que os vestígios dialogam entre si, respondendo uns aos outros. Aquele tipo de “escrita” (a coleção) não exigia de Barbosa Machado o estabelecimento de uma história de Portugal fechada e coerente, mas, antes, que expusesse os testemunhos, as diversas opiniões, deixando os textos falarem e “discutirem entre si”. Dessa forma, ele conferia ao leitor a possibilidade de confrontar versões e, a partir dos indícios, ver um passado invisível em sua própria complexidade.

Inicialmente, esta poderia parecer uma atitude bastante imparcial de Barbosa Machado, mas o interessante é perceber como ele organizou a discussão entre os testemunhos. Colecionar documentos distintos poderia nos indicar certo desejo de neutralidade. Porém, nem sempre parece ser assim. Lembremos que o *Manifesto de Felipe IV* foi soterrado pelas dramáticas e minuciosas versões portuguesas da Guerra de Restauração, presentes nos volumes das *Notícias militares de D. João IV e D. Afonso VI*. Nos *Manifestos de Portugal*, folhetos lusos figuram lado a lado com folhetos espanhóis, no sentido de respondê-los, e de induzir o leitor a perceber qual a versão mais verdadeira (MONTEIRO; LEITE, 2007).

Apesar de todo um projeto da Academia Real preocupado com certa imparcialidade do historiador, que não deveria mentir para exaltar sua pátria, Barbosa Machado, ao selecionar e organizar os

documentos, acabou por fazer escolhas que, se não impõem uma versão fechada sobre o passado, certamente revelam posicionamentos e interesses. Essas escolhas possibilitavam aos seus leitores uma narrativa do passado português, com silêncios e interdições que ocorriam quando um folheto ou autor era simplesmente silenciado, soterrado ou desacreditado por outras narrativas. A escrita de Barbosa Machado revela, portanto, duas importantes singularidades. Ela é constituída a partir de outros tipos de narrativas, das mais variadas formas, expressas naqueles folhetos. E essa escrita comporta o diálogo entre testemunhos, que muitas vezes complementam-se, conversam, mas também se rebatem e lutam entre si. Barbosa Machado mostrava pelos seus materiais aquilo que as pessoas não viram, mas poderiam ver a partir dos testemunhos que selecionou. Percebiam, então, como os personagens portugueses foram grandiosos, as batalhas magníficas e a conquista no ultramar bem-sucedida. Essa diversidade de narrativas e de testemunhos parece se juntar na coleção, como palavras e frases se juntam em um livro, configurando uma história elogiosa por si mesma, como se não precisasse de Barbosa Machado para ser percebida dessa forma. As histórias trazidas à lembrança tinham um objetivo, a partir do qual o colecionador selecionava e ordenava seus documentos, contando a sua história.<sup>43</sup>

Os episódios aos quais nos referimos até agora, dos nascimentos às batalhas, se passaram nas terras europeias. Lá nasceram reis e rainhas, e lá estavam alguns dos inimigos, os “outros”, contra quem os portugueses lutaram com armas e palavras. Mas Portugal enfrentou outros percalços, muitos deles em lugares desconhecidos, onde batalhas pela cruz e pela espada também aconteceram e serviram para engrandecer os varões e a monarquia daquele reino. As histórias narradas e construídas a partir dos vestígios que aquele colecionador punha ao olhar de seu público

.....  
43. Sobre a questão da evidência, ver HARTOG, 2005.

não se restringiam ao reino, mas se passavam também nas possessões portuguesas de Ásia, África e América.

## Os lugares da história

Manuel Teles da Silva, na *História da Academia Real da História Portuguesa*, conta que aquela instituição nasceu para melhorar a história eclesiástica e secular de Portugal “e de suas conquistas”. Dessa forma, seu projeto historiográfico parecia ir além das fronteiras do reino, alcançando também as possessões no além-mar (SILVA, 1727, prólogo).

De acordo com Íris Kantor, o discurso da Academia Real associado às questões políticas da época preocupava-se em glorificar o espaço imperial. A escrita projetada pelos acadêmicos deveria não só exaltar o rei e a monarquia, dar visibilidade aos vassalos, como também constituir uma história do ultramar. A proposta da Real Academia, assumida pelos seus acadêmicos, tinha uma temporalidade marcada pelos reinados dos monarcas portugueses:

Cada reinado deveria ser tratado em quatro partes: uma primeira dedicada às origens da monarquia e da nobreza; uma segunda, sobre o governo civil; uma terceira, sobre o governo militar; e a última referente aos descobrimentos e conquistas. Nessa última, a sugestão era de que se iniciasse pelo continente africano, seguindo o critério da contiguidade espacial, terminando com a descrição das conquistas asiáticas (KANTOR, 2004, p. 269).

Como já nos referimos antes, Kantor ressalta que, após a Paz de Westfália, os reinos europeus assumiram uma atitude mais secularizante em relação ao problema do domínio de certa região. Tratados como o de Madri, que estabeleciam o princípio da posse efetiva, chamado *uti possidetis*, aboliam definitivamente o Tratado de Tordesilhas (KANTOR, 2004, p. 260 e 266). A

partir de então, os reinos deveriam comprovar essa posse efetiva por meio de documentos. Nesse sentido, a coroa portuguesa, que naquele momento ainda não tinha o domínio pleno de todos os territórios sob o seu poder, convocava seus historiadores e eruditos para constituir certo conhecimento das regiões longínquas que pertenciam ao reino (KANTOR, 2004, p. 62). Tornaram-se importantes para essas questões territoriais textos de viajantes, de eclesiásticos mandados para evangelizar os gentios, descrições de batalhas, além de outros que mostrassem a presença efetiva e a ocupação portuguesa de um território. Não só esses documentos deveriam ser recolhidos e criticados pelos historiadores, mas era importante que essas regiões e temas fossem incorporados em seu trabalho e suas histórias.

Se em seu processo de constituição como disciplinas a história e a geografia foram, paulatinamente, se separando e originando campos diferentes, no século XVIII, questões envolvendo a descrição de lugares e regiões, costumes de seus nativos, topografia e riquezas naturais diziam respeito ao trabalho daqueles que se dedicavam ao estudo do passado (MACEDO, 2007). Mesmo no século XIX, as fronteiras ainda eram muito ambíguas. O conhecimento das regiões e de suas características naturais já pertencia ao saber dos geógrafos, mas, segundo Temístocles Cézár, a história ainda se preocupava em estudar essas questões, tornando-as parte integrante da constituição de sua disciplina e importante para um projeto de afirmação do estado-nação no Brasil (CÉZAR, 2005, p. 79-99).

Voltando ao século XVIII, mas saindo um pouco do âmbito da Academia Real Portuguesa, podemos citar um exemplo dessa ambiguidade neste lado do Atlântico. Em 1759, foi fundada pela vontade das elites coloniais uma academia na Bahia, a dos Renascidos, que, além de desejar escrever uma história da América, dedicava-se também a dar visibilidade aos súditos daquele território, fazendo com que o rei conhecesse melhor os seus vassalos e pudesse premiar os serviços que prestaram à coroa (KANTOR,

2004, p. 94). Embora essa instituição não seja nosso objeto de estudo, convém destacar uma passagem interessante presente em seus estatutos. Ali é dito que os Renascidos vieram “para escrever a história eclesiástica, secular, geográfica, natural, militar, enfim uma *história universal* de toda a América Portuguesa” (grifo nosso).<sup>44</sup> Este termo, “história universal”, que mais tarde foi utilizado no sentido de história da humanidade, tem nesse caso outro significado: o estudo de um território sob diversos aspectos. Aqui a expressão aparece como sinônimo de um saber enciclopédico que exigia do historiador da época conhecimento vasto e horizontal, abrangendo não só a cronologia histórica, mas exigindo também conhecimentos políticos, militares e geográficos. Todos esses elementos eram fundamentais para entender de forma ampla a história de um determinado reino ou região (no caso dos Renascidos, a América Portuguesa).

À escrita tanto da Academia Real quanto da Academia dos Renascidos importavam não apenas os eventos, os episódios, mas também os lugares onde eles se desenrolaram. Como era intenção da Academia Portuguesa exaltar as glórias lusitanas nas quatro partes do mundo, cabia ir além das fronteiras do reino e procurar os testemunhos das grandes ações lusas em outras regiões. Assim, os lugares ou as paisagens serviam como cenários de grandes acontecimentos históricos e, por consequência, como um testemunho do passado (MACEDO, 2007). De acordo com Arnaldo Momigliano, os antiquários, muitas vezes, retiravam da natureza um determinado objeto não apenas por suas propriedades naturais, mas porque, no lugar em que estavam, havia ocorrido algum evento, do qual plantas, rios, árvores e montanhas foram testemunhas (MOMIGLIANO, 2004, p. 85-117). Também Barbosa

.....  
44. *Estatutos da Academia Brazilica dos Acadêmicos Renascidos, estabelecida na cidade de Salvador B<sup>a</sup> de Todos os Sanctoz, capital de toda a América Portuguesa, da qual e a de escrever a história universal*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. Sobre esta academia, ver KANTOR, 2004.

Machado tinha a sua maneira de trazer lugares que foram palcos de grandes e importantes acontecimentos para a sua história e para os olhos de seus leitores: a partir da escrita, isto é, por meio dos testemunhos e relatos que coletou produzidos por aqueles que vivenciaram ou assistiram ao evento. Esses textos eram capazes de produzir imagens e de fazer o leitor visualizar o acontecimento.

É preciso nos deter por um momento na importância que tinham os lugares tanto para a Academia Real quanto para o nosso acadêmico-antiquário. A história contada pelo erudito aconteceu em várias partes do chamado império português. Nas *Memórias para as histórias de Portugal que compreendem o governo del Rey D. Sebastião*, cujo enredo está longe de se centrar apenas na vida e no reinado do “Desejado”, Barbosa Machado destacou a atuação dos vassalos daquele tempo em várias possessões portuguesas, aproveitando para mostrar ao seu leitor o exotismo e os perigos daqueles lugares, bem como os costumes de suas populações. Uma história que levasse em conta outras regiões além do reino já era algo contemplado nesta obra do acadêmico.

Logo no início, o abade oferece ao seu leitor um panorama daquilo que acontecia nos quatro cantos do mundo nos tempos de d. Sebastião. A Europa vivia o Concílio de Trento, para o qual Portugal enviou embaixadores e teólogos. A África era palco de inúmeras batalhas e conquistas, como na Praça de Mazagão, sitiada pelos mouros. Na Ásia, os portugueses expandiam a fé católica. Por fim, na América, Mem de Sá e Estácio de Sá triunfavam não só sobre a rebeldia dos tamoios, tupis e aimorés, mas também defendendo a região da cobiça francesa (MACHADO, 1736, v. 1, p. 3). Barbosa Machado ainda dedicou alguns capítulos exclusivamente a personagens que viveram suas façanhas fora do reino. Tratou de temas como a eleição e as primeiras medidas de d. Constantino de Bragança como vice-rei da Índia; o martírio do padre Afonso de Castro, da Companhia de Jesus, quando tentava expandir a religião cristã no Oriente; as vitórias de Mem de Sá sobre os índios rebeldes da Bahia; a tentativa turca de conquistar a fortaleza de

Bahaem, impedida por d. Álvaro da Silveira, que morreu valorosamente na batalha; e a conversão do imperador Monomotapa à fé católica, conseguida pelo missionário Gonçalo da Silveira, que, também heroicamente, padeceu ao martírio. Em outro momento, quando tratou da entrada de d. André de Oviedo na Etiópia, Barbosa Machado foi além, passando da narração dos sucessos à descrição da região africana e de seus habitantes.<sup>45</sup> A narrativa heroica cedia espaço à constituição da imagem de um lugar que nosso abade certamente nunca viu, mas pôde edificá-la em seu texto a partir dos documentos que consultou. Podia ainda mostrá-la ao seu leitor, que, pelas descrições, visualizava os distantes nativos etíopes e a região em que viviam.

*Memórias para as histórias de Portugal que comprehendem o governo del Rey D. Sebastião* foi desenvolvida dentro do projeto da Real Academia de História. A instituição lhe deu como tema esse reinado e ele, então, compôs a memória considerando nelas vários espaços que à época estavam sob o domínio português. Embora fosse uma preocupação daquela instituição incorporar o ultramar em seu projeto, nem sempre vemos esse assunto contemplado nas obras de seus acadêmicos. Pedro de Almeida Portugal, embora tenha atuado nas possessões portuguesas na Ásia, não chegou a escrever nenhuma obra do porte das Memórias de D. Sebastião. Limitou-se a proferir elogios e orações na Academia (MACHADO, 1741-1759, v. 3, p. 552-553). O conde da Ericeira ficou incumbido de compor a história do arcebispado de Évora, tema que se limitava a uma região do reino. Coube ainda a outro acadêmico, Antonio Caetano de Souza, fazer um catálogo dos bispos de Funchal, Baía, Goa, Cochim, Maliapor, China, Japão, Macau, Nankim, Malaca, S. Tomé, Angola e Angra. Esta obra, além de listar os prelados daquelas regiões, certamente poderia trazer informações relevantes sobre aqueles espaços, seja em relação aos

.....  
45. Em especial, os capítulos 10, 11, 12, 13, 15 e 21 da obra.

eventos que lá aconteceram, seja sobre suas características geográficas. No entanto, este livro não pôde ser concluído pelo erudito por não receber notícias do ultramar necessárias para continuar a sua empresa. Caetano de Souza acabou se voltando para o próprio reino, desenvolvendo o projeto de composição da *História genealógica da real casa de Portugal*, obra monumental que lhe rendeu muitos méritos e pensões (MOTA, 2003, p. 152 e 157).

O projeto da Academia Real era extenso e vasto. Levantar documentos e personagens importantes não só do reino, mas de suas possessões e, até mesmo que atuaram em outras partes da Europa, não era trabalho que uma ou duas gerações pudessem desenvolver. E, de fato, não foi desenvolvido. Os acadêmicos reclamavam da falta de material (como vimos fazer Caetano de Souza, que teve de desviar totalmente seu tema por conta disso). Outros talvez estivessem envolvidos mais com os assuntos administrativos, não sobrando tempo para se dedicarem à escrita das memórias históricas. Certo é que uma história de Portugal acabou não sendo produzida, menos ainda uma história das possessões portuguesas no ultramar. Isabel Mota (2003, p. 118) atribui o declínio daquela instituição não a conflitos internos, mas ao alargamento de horizontes culturais que se nota, sobretudo a partir de 1740, com a influência de novas formas de expressão mais vivas e mais populares, como na música, no teatro e na poesia. O tradicional ritual em que os acadêmicos proferiam orações no aniversário dos monarcas ainda durou muito tempo. No entanto, o teor de seus discursos mudou ao mesmo tempo que a importância da Academia diminuía. É possível sentir essa mudança nos folhetos que Barbosa Machado reuniu nos tomos dos *Aplausos oratórios e poéticos no complemento de anos dos sereníssimos reis, rainhas e príncipes de Portugal*. No primeiro volume, elas trazem discussões vigorosas sobre o projeto da instituição, a função do historiador, o uso de documentos, além de questões envolvendo memória/esquecimento. Seus eruditos aproveitavam aquele espaço não apenas para elogiar, mas para refletir sobre seu próprio trabalho.

No segundo volume, que traz opúsculos publicados entre 1731 e 1769, quando já se passaram alguns anos da fundação da Real Academia e muitos de seus membros fundadores já tinham morrido, os textos mudam de tom. Eles deixam de falar propriamente de história e de seus trabalhos e se tornam meramente exultantes e elogiosos.

A Academia teve uma vida produtiva curta, mas seu projeto foi promissor. Já a coleção de Barbosa Machado foi montada pelo abade até bem perto de sua morte, isto é, até cerca de 1770, quando a Real Academia já não tinha influência e quando a história já havia perdido o seu reinado para a história natural. Sem dúvida, o abade carregou consigo muito daquele projeto. No entanto, ele parece ter inovado em alguma medida ao considerar, naquela coleção e na história de Portugal, outros lugares além do reino. Cabe perguntar de que maneira aqueles lugares apareciam em sua história e até que ponto a sua escrita, constituída a partir de vários tipos de textos distintos, não produzia também uma imagem e uma memória daqueles espaços. Não se trata de superestimar o critério espacial na coleção do abade de Sever, que, como vimos, não era o principal na sua ordenação dos folhetos, mas pensar como ele levou a cabo uma questão que, embora existisse no projeto historiográfico da Real Academia, não conseguiu ser plenamente desenvolvida pela instituição.

Curiosamente, não foi por meio da sua coleção de mapas que Barbosa Machado trouxe os lugares para a sua narrativa. As cartas geográficas ocupam um espaço muito tímido em sua biblioteca, se comparadas aos retratos e folhetos. Das 138 peças que compõem a sua coleção cartográfica, apenas oito se referem a localidades do ultramar.<sup>46</sup> Todas as outras representam províncias do reino, como Algarve, Trás-os-Montes, Beira, Estremadu-

.....  
46. São elas as seguintes: *Carte du Perou, de fleuves des Amazones e du Brésil*, de Guillaume de L'Isle; *Brazil*, de Antonio Sanches; *Ciudad de Goa*, sem autoria; *Delineatio omnium oratum totius Australis partis Americae...*, de Jan Huygen van Linschoten; *Guiana*

ra e Minho (MACHADO, [17--] c.). Por algum motivo, Barbosa Machado acabou por se empenhar mais em coletar opúsculos do que mapas, e foi justamente entre os folhetos que o colecionador deixou clara a presença e atuação portuguesa em vários lugares do mundo, bem como sua preocupação em abordar em sua história não só o reino português, mas também as suas possessões.

A presença lusitana nas quatro partes do mundo é narrada em alguns volumes da coleção de opúsculos, como nas *Notícias das proezas militares obradas pelos portugueses em a Índia Oriental*, *Notícias históricas e militares da África*, *Notícias históricas e militares da América*, *História dos cercos sustentados pelos portugueses nas quatro partes do mundo*, *Tratados de pazes de Portugal celebrados com os soberanos da Europa*, *Notícias das sagradas missões executadas por varões apostólicos na China, Japão e Etiópia* e *Notícias das embaixadas que os reys de Portugal mandarão aos soberanos da Europa*. Seguindo a ordem que o próprio Barbosa Machado deu aos volumes, vemos que a sua história partia das ações militares do reino para o ultramar e, quando chegava a essas novas terras, ele começava tratando das Índias, o que significa que o colecionador não seguiu um critério cronológico da expansão, pois, nesse caso, teria começado pela África. Tampouco seguiu o critério de importância econômica, pois, no século XVIII, esta primazia cabia à América. Devemos lembrar que à Índia é reservado um lugar importante nesta coleção, a ponto de o abade ter dedicado um volume inteiro de seus retratos aos governadores e vice-reis da região. A Ásia também ganhou destaque numérico nos folhetos, pois Barbosa Machado reservou às suas batalhas três volumes de opúsculos, enquanto a África e a América contaram com apenas um cada.

---

*sive Amazonum Régio e Accuratissima Brasiliae Tabula*, de Jan Jansson; *Delineatio orarum maritimarum terrae vulgo indigetatae terra do natal item sofalae mozambicae e melindae...*, de Robert Becket; e *Insulae mollucae celeberrima sunt...*, sem indicação do cartógrafo.

Mesmo quando aos volumes dedicados ao ultramar são reservados títulos de “Notícias Militares”, Barbosa Machado não se limitou a compilar apenas folhetos descritivos de batalhas. Fez mais do que isso, preservando testemunhos sobre a atuação evangélica nas regiões, a natureza, os costumes locais e as fronteiras. Dessa forma, quando nos perguntamos sobre a importância dos lugares na história que Barbosa Machado contou por meio de seus folhetos, podemos ressaltar dois aspectos: o espaço constituía-se como palco das grandes aventuras portuguesas e também como objeto de conhecimento. Esses dois temas não estão separados entre si, tampouco são tratados em volumes diferentes, mas são duas questões recorrentes nos vários folhetos.

Um dos documentos recolhidos por Barbosa Machado, intitulado *Epanaphora Indica*, conta os feitos do conde de Assumar, que foi governador de estado na Índia portuguesa no século XVIII. Inicialmente, o que gostaríamos de destacar aqui não é exatamente a narração do opúsculo, mas o motivo que o autor, José Freire de Monterroio Mascarenhas, encontrou para descrever as ações daquele homem naquela região. Ele afirma que

Para melhor se compreender a relação, que esperamos dar das novas gloriosas acções da nação portugueza, parece preciso expor também ao conhecimento dos que as lerem, o *theatro*, em que se representáram (MASCARENHAS [1747] apud MACHADO, [17--], v. 2. p. 46, grifo nosso).

As magníficas ações dos varões portugueses em prol de sua monarquia se davam não apenas no reino, mas fora dele, em terras distantes que serviram como cenário para cenas memoráveis. Alguns dos personagens principais dessas cenas eram justamente os guerreiros portugueses, que combateram valorosamente em terras desconhecidas. Na Índia, eles tiveram de lutar contra inimigos externos e internos. Os dois primeiros volumes dos *Cercos* narram os acontecimentos na Fortaleza de Diu entre os anos de

1535 e 1549, destacando os combates que Nuno da Cunha e, posteriormente, João de Mascarenhas travaram contra os turcos, que atacaram duas vezes a região. A relação amistosa com governos locais e as ações incansáveis daqueles varões pela defesa do território são mostradas em detalhes. Jerônimo Corte-Real, autor de um dos folhetos que narram o segundo cerco, diz que sua intenção era fazer como Virgílio e Homero, isto é, registrar por escrito as ações memoráveis dos portugueses (CORTE-REAL apud MACHADO, [17--], v. 4, p. 97-346).

Entre os personagens que receberam destaque pelas suas proezas na Ásia, um dos principais foi Pedro de Almeida Portugal. Ele recebeu um volume das *Notícias militares da Índia* totalmente dedicado a ele e às medidas que tomou quando foi vice-rei da região. Um dos maiores desafios do conde foi enfrentar Zeiramo, rei Bonsulo que invadiu Goa durante o período em que lá esteve. De acordo com os folhetos, o poder daquele monarca nativo era insuperável. No entanto, o conde de Assumar, disciplinando ele mesmo suas tropas, pôs em prática um plano para castigar Zeiramo e acabou vitorioso, preservando a região nas mãos dos portugueses.<sup>47</sup>

Mas os inimigos enfrentados no além-mar não eram apenas locais. Portugal teve de defender suas possessões dos holandeses, que invadiram regiões como Macau, Ceilão, Angola e Moçambique. O tomo referente aos sucessos históricos e militares na África também preserva folhetos que descrevem a atuação dos vassalos portugueses na defesa da região contra os inimigos externos, sobretudo holandeses. É interessante observar que, em muitos casos, aquele que escreve sobre o evento geralmente também vivenciou a situação. São, portanto, testemunhas oculares da história. Francisco Souto Maior, governador da Fortaleza de S. Jorge da Mina, interessou-se em descrever por escrito suas próprias

.....  
47. Esses feitos do conde de Assumar contra o rei Bonsulo são narrados por José Freire de Monterroio nas três partes das *Epanaphoras Indicas*. Este folheto encon-

ações e o êxito que alcançou sobre aqueles inimigos em 1625. D. Francisco tinha apenas 57 soldados, sem muitas habilidades, além de “novecentos pretos”. Já o exército rival tinha cerca de dois mil homens. Quando os holandeses desembarcaram na região, os nativos com “valoroso animo, e numantino, os romperão por meyo de lanças, alabardas, partazanas, pistolas, e os posarão em disbarate e fugida”. A vitória, contada pelo personagem (que não só a assistiu, como dela participou) foi, segundo ele, milagrosa e dada pela Virgem e os mártires São Crispim e São Crispiniano, pois só houve 13 baixas entre os portugueses (SOUTO MAIOR apud MACHADO, [17--], p. 192 v).

A fúria holandesa no continente africano não se restringiu à fortaleza de São Jorge. As *Notícias históricas e militares da África* contam também as batalhas que a Companhia Ocidental da Holanda travou com os portugueses de Angola, conflito que contou com a participação de Salvador Correa de Sá e Benevides (CRUZ [1651] apud MACHADO, [17--], p. 202-221). A querela com o reino estrangeiro também aparece nos *Cercos*, em um folheto que narra a invasão flamenga em Moçambique no ano de 1607 (DURÃO [1633] apud MACHADO, [17--], v. 4, p. 162-251).

Os holandeses alcançaram também a América. Estes eventos, assim como os outros, foram mais uma vez contados em vários folhetos, pacientemente coletados por Diogo Barbosa Machado e dispostos nas *Notícias históricas e militares da América*. Neste volume, relatos descrevem as invasões holandesas na Bahia e no Recife. Aqui, a força do inimigo é exaltada para transformar a vitória portuguesa naquele espaço em um evento ainda mais importante e dramático. O texto que narra a Restauração de Pernambuco informa que, no dia 9 de fevereiro de 1630, uma armada de 67 naus flamengas tendo à frente o general Henriques Cornelles Lont chegou à vila de Olinda. Só uma dessas

---

tra-se no segundo tomo das *Notícias das proezas militares obradas pelos portugueses em a Índia Oriental* (p. 14-125).

embarcações pesava cerca de oitocentas toneladas. No entanto, a agilidade e inteligência lusas foram superiores ao número dos inimigos: rapidamente, Mathias de Albuquerque, superintendente de guerra daquela capitania, preparou tudo para o embate. Quando os primeiros navios inimigos foram avistados em Pernambuco, Albuquerque já estava à espera, defendendo o forte. Os holandeses, por sua vez, não pouparam esforços e de longe era possível ouvir a fúria da artilharia. Conta o folheto que o general português correu por entre as balas que choviam da frente inimiga, metendo-se dentro do Forte do Recife, e lutou não só como general, mas como um soldado particular, “enchendo com suas próprias mãos os cartuchos de pólvora”. A batalha durou sete horas seguidas, que foram assistidas pelo mesmo religioso que escreveu esta relação e que serviu como testemunha ocular do evento e da grandeza portuguesa (RELAÇAM verdadeira, e breve..., [17--]). Barbosa Machado escolheu guardar dois exemplares desse folheto: um deles foi inserido nas *Notícias militares de América*, o outro, no quinto tomo das *Histórias dos cercos que sustentaram os portugueses nas quatro partes do mundo*, que traz ainda opúsculos sobre os sucessos portugueses contra os holandeses em Salvador, Bahia e Paraíba.

Não apenas os guerreiros e os conflitos bélicos foram contemplados nas narrativas. Os cenários selvagens do ultramar também foram o teatro das ações de outros personagens mais pacíficos, os missionários, cuja primeira tarefa era, supostamente, levar a verdadeira religião para aqueles povos gentios. Em alguns casos, eles eram representados como extremamente bem recebidos e obtinham grandes êxitos em suas jornadas. Um dos folhetos coligidos no tomo das notícias das missões narra, com muito gosto, a conversão e o batismo de toda a família real chinesa. O sucesso de evangelização daquele império asiático foi comemorado, pois a China era tida como o maior reino de todo o mundo. O padre Matias Maia, que narrou e acompanhou o evento, afirmava que os monarcas chineses, sem saber o que fazer diante do avanço dos

tártaros sobre seu território, apegaram-se de maneira muito forte à religião cristã, que entrara ali a partir do esforço dos jesuítas (MAIA [1650] apud MACHADO, [17--], v. 1, p. 268).

No volume dedicado à América, o tema da evangelização não é uma questão que salte aos olhos, mas quando chegamos à África o êxito da religião cristã é narrado com muita alegria pelos testemunhos. O Congo foi o cenário privilegiado para descrever a entrada desses religiosos no continente e foi justamente um desses missionários que escreveu sobre a chegada de frades capuchinhos ao reino congolês. Diz o autor que aquela região tinha sido ignorada durante muito tempo. Precisou que d. João II, rei português, desse prosseguimento às descobertas iniciadas pelo infante d. Henrique para que Diogo Cão chegasse com sua armada àquele território. Tempos depois, fixaram-se ali quatro religiosos e muitos portugueses que “fueron cultivando aquella christandad reciente, labrãdo templos, i altares” (PELLICER DE OSSAU SALAS Y TOVAR apud MACHADO, [17--], p. 109). O trabalho daqueles missionários foi árduo, pois era difícil estabelecer entre os nativos a temperança dos costumes, a castidade conjugal, o perdão das injúrias, o fim das superstições e o costume de não “cobiçar a mulher do próximo”, elementos centrais para o cristianismo, porém estranhos àquela cultura. A cristianização foi seguindo lentamente, a ponto de conseguir a conversão do rei congolês. A fé do monarca nativo foi tamanha que, de acordo com a relação, ele solicitou ao papa que mandasse para a região mais evangelizadores. Foi nesse momento que seis religiosos capuchinhos saíram de Lisboa e se dirigiram para a África. Quando chegaram lá, foram recebidos com muitas festas pelo rei e a nobreza local, mas não perderam tempo com comemorações e, logo em seguida, construíram igrejas, fizeram pregações e trouxeram novos adeptos para a religião cristã. Pessoas saíam de diversas partes para encontrar os frades, implorando pelo batismo (PELLICER DE OSSAU SALAS Y TOVAR apud MACHADO, [17--], p. 131-134). Como se vê, a missão é relatada como muito

bem sucedida, a ponto do narrador do opúsculo, impressionado com tamanho êxito, conclamar mais e mais evangelizadores para desembarcar na região:

O quantos obreros evangélicos están ociosos em Europa, que en esta parte de África, que tanto los desea, i llama, pudieran hazer inmenso fruto, cultivando unos hombres troncos, que no spiran a mas que a beber el riego e rocio de la palabra divina (PELLICER DE OSSAU SALAS Y TOVAR apud MACHADO, [17--], p. 134).

As regiões do ultramar não aparecem nas narrativas selecionadas por Barbosa Machado apenas como o palco de grandes batalhas pela posse ou permanência portuguesa em um território. Aquelas longínquas terras são também o lugar de outro tipo de atuação dos varões portugueses a partir do “nobre” trabalho de tornar conhecida ali a “verdadeira” fé e, em consequência, salvar as almas daqueles nativos. O poder da religião cristã se manifestava nas novas terras e abria espaço para narrativas de caráter maravilhoso e sobrenatural, como a de um folheto, escrito por André de Santa Maria, que contava a história de um homem da nação bengala que, após carregar nos braços São Francisco de Assis, nunca mais envelheceu. Em 1605, aos 380 anos, conservava a aparência de um homem entre trinta e quarenta anos de idade. Nos opúsculos, o autor explica ao seu leitor que ele ficou sabendo de tal história por meio de um escrito que lhe enviou o padre Melchior de Fonseca, em que afirma ter visto, com os próprios olhos, aquele nativo e confirmado que a história era, de fato, verdadeira (SANTA MARIA [1609] apud MACHADO, [17--], v. 1, p. 70).

Nem sempre os documentos dão testemunho das boas recepções do cristianismo nas terras do ultramar. Eles também mostravam momentos de perseguições que custaram a vida dos religiosos portugueses. Na Ásia, o país que mais se mostrou hostil aos missionários foi o Japão. Um dos opúsculos, produzido a par-

tir de cartas de pessoas “dignas de crédito”, conta que, no ano de 1619, houve 86 mártires só naquela região. Na cidade de Miyako, o imperador mandou que 59 cristãos fossem queimados vivos em um espetáculo nunca visto na Roma de Nero ou Dioclesiano (RELAÇÃO..., [17--]). Os nomes dos mártires eram postos em destaque nas narrativas e listados, um a um, para lembrar aqueles que morreram no Oriente pela fé em Cristo.

Na África, os portugueses também encontraram momentos de tensão, especialmente na Etiópia. O império Habassia, um dos primeiros a receber a doutrina evangélica, viu ascender a seu trono o imperador Basílio, que se opôs não só aos católicos, mas se mostrou também favorável à crença maometana. Percebendo o perigo que rondava a região, o papa Clemente XI mandou para lá, em 1704, alguns religiosos. Inicialmente, a população mostrava-se disposta a conhecer a nova doutrina, porém acabou manipulada por seu governante e, voltando-se contra os missionários, os apedrejaram até a morte (MASCARENHAS [1718] apud MACHADO, [17--], v. 2, p. 28-31).

Os testemunhos que Barbosa Machado coletou em seus tomos, seja sobre as proezas militares, seja sobre a expansão da fé cristã nas novas terras, fazem do lugar um elemento importante em sua narrativa, na medida em que a região se tornava palco das ações dos guerreiros e missionários portugueses, além de testemunha de sua coragem e valentia em prol da monarquia e da cristandade. Mas eles também trazem novamente à tona a questão dos testemunhos para a sua história.

Se a escrita da história presente na coleção do abade é construída por textos diversos, é interessante verificar que o colecionador compilou relatos de pessoas que presenciaram o evento ou que, a partir de uma testemunha ocular digna de crédito, construíram uma narrativa. Sua escrita era realizada praticamente a partir de testemunhos de primeira mão, de textos deixados por aqueles que vivenciaram uma batalha, participaram de uma missão evangelizadora e escreveram suas memórias. Neste caso, a

visão aparecia como um operador de crença: Barbosa Machado não estava no momento do evento, mas colecionou testemunhos de alguém que viu, que esteve presente nos episódios. Dessa forma, ele estabeleceu com seu leitor uma relação de confiança. Para aqueles que manuseavam e liam os materiais da coleção, as narrativas não apenas faziam ver os atos dos portugueses, mas iam além, constituindo um conhecimento sobre aqueles povos e aquela natureza tão distantes dos europeus. Enquanto os portugueses guerreavam e evangelizavam, os narradores construíam, a partir de seus textos, certo conhecimento das regiões, importante para criar um saber sobre elas e também visualizar as fronteiras geográficas das possessões portuguesas.

No volume dedicado aos conflitos na Ásia, Barbosa Machado salvaguardou um folheto escrito por Manuel da Silva de Ataíde. Este homem fora capitão da fragata Nossa Senhora da Conceição, que levava para as ilhas de Timor e Solor o visitador geral Antônio de Mesquita Pimentel, em 1695. Dessa viagem, acabou resultando uma relação manuscrita, em que Manuel de Ataíde localizava aquelas terras espacialmente e também descrevia a natureza e as riquezas locais. Quando se referiu à ilha de Solor, ele explicou a seu leitor que lá era possível encontrar

Cajus, mangostoins e muy doces e suaves annanazes, como os de Malaca (...). As couzas de preço, e riquezas q. tem são as seguintes: m<sup>ta</sup> canella, q cultivandose, será melhor, q senão differença da de Ceilão, algum azougue, q já se achou muito salitre bom, de q os naturaes fazem pólvora p<sup>a</sup> cassarem, [ilegível] e no mesmo sumo de salitre dizem haver muita prata (ATAÍDE [1695] apud MACHADO, [17--], v. 1, p. 236 e 236 v).

As desconhecidas regiões africanas também foram descritas pelos viajantes que por lá se aventuraram. Mais uma vez o reino do Congo foi privilegiado, pois Barbosa Machado reuniu folhetos com minuciosas informações sobre esse reino. O opúsculo que abre o tomo das notícias sobre a África, datado de 1591,

encontra-se em italiano e foi escrito com o objetivo de narrar a entrada de Duarte Lopes naquela região. Mas o texto vai muito além, pois o escritor introduziu ali gravuras que pudessem explicar e mostrar a seu leitor aquilo que o viajante viu por lá. São desenhos que tratam da natureza e da população da região. As imagens, gravadas em metal, mostram as roupas usadas pelos soldados daquele reino; as maneiras como os nobres da região eram transportados pelos seus serviçais; os diferentes tipos de trajes, que distinguiam os servos e a nobreza, bem como a paisagem local. Uma das ilustrações mostrava a diferença na maneira de se vestir entre uma serviçal, uma mulher do povo e uma “gentildonna”: a primeira andava com os seios nus; a segunda se vestia de forma simples e levava um pano na cabeça; já a última, trazia um chapéu e um belo vestido enfeitado com franjas e um laçarote. Esses folhetos descrevendo terras desconhecidas circulavam pela Europa e serviam como um importante veículo, que dava significado a uma experiência nova, a outra natureza, outro espaço e outras culturas. A própria maneira de descrever a fauna local partia de referenciais europeus. Este é o caso de uma das imagens presentes nos folhetos, que retratava um animal desconhecido, uma zebra, como um cavalo com listras pelo corpo (RELATIONE..., [17--]).

Mas foi no tomo das *Notícias históricas e militares da América* que Barbosa Machado guardou o folheto mais interessante, não só pela detalhada descrição que fez sobre o Rio Amazonas, mas pela clara finalidade estratégica e política que o permeava. Trata-se de um estudo feito por Cristóvão de Acuña intitulado *Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas*. O título não é por acaso. Conta o autor que Francisco Orellana descobriu aquele rio em 1540. No entanto, nesta descrição, produzida a partir de uma longa jornada em que o viajante pôde ver com seus próprios olhos aquele cenário, Acuña coletou tantas informações que era como se ele tivesse descoberto novamente o Amazonas, definido como um espaço de quase quatro mil léguas de contorno, onde havia mais de 150

nações de línguas diferentes, suficiente, cada uma delas, para fazer por si só um dilatado reino. O conhecimento adquirido na viagem (que muitos tentaram, em vão, fazer antes dele) foi posto em um texto, que descrevia o curso do rio, sua latitude e longitude, fertilidade, os índios que habitavam as ilhas ao seu redor, a fauna e a flora, as entradas que alimentavam o rio e também suas fontes de riqueza. O autor deu informações preciosas, como as regiões em que metais preciosos poderiam ser encontrados:

Ao norte, entra un rio llamado yurupazi, subiendo por ele qual, y atravesando en cierto parage por tierra três dias de camino hasta llegar a outro que se llama Yupura, por ele se entra en el Yquiari que es el rio de el oro, donde de el pie de una sierra que alli está le sacan los naturales en gran cantidad, y este oro todo es un puntas y granos de buen tamaño (ACUÑA apud MACHADO, [17--], p. 200).

Este texto poderia ser considerado apenas uma entre outras descrições compiladas por Barbosa Machado sobre as regiões do ultramar. Mas o que torna a sua presença nesta coleção mais interessante é o fato de esse estudo ter sido feito a mando de Felipe IV em uma data bastante significativa, 1641. A viagem de Acuña mostrava ao monarca espanhol que a principal porta de entrada para aquele “novo mundo descoberto” era, de fato, a partir da costa do Brasil. No entanto, dizia ele, o rei Habsburgo não devia desistir, “pues com mas facilidade, y mucho menos gastos lo podrá hazer [a viagem] por la Província de Quito, en los reynos del Peru” (ACUÑA apud MACHADO, [17--], p. 215).

O governo espanhol mandou destruir a maior parte dos exemplares deste folheto quase imediatamente após a sua publicação para evitar que os portugueses, em luta contra os seus vizinhos, e recém-senhoreados do Brasil e do Prata, se apoderassem dos argumentos e das descrições de Acuña (HORCH, 1974, p. 9). O interessante é perceber que Barbosa Machado, cerca de um século depois, interessou-se por ele, esforçou-se por adquirir um

dos poucos exemplares que sobreviveram à destruição de Felipe IV e o adicionou à sua coleção de folhetos.

Pela guerra, pela fé e pelas viagens que descreviam minuciosamente as novas terras, Barbosa Machado incorporou à sua história outras regiões além do reino português. Ao recolher relatos dos mais diversos tipos e aloca-los sob critérios cronológicos e espaciais, nosso abade mostrava a seu leitor, a partir de documentos, que a valentia dos vassalos não tinha fronteiras: portugueses estiveram dispostos a lutar e morrer em qualquer lugar não só pelo seu rei, mas também pela fé cristã. As narrativas de batalhas, bem como as de evangelização, serviam como elogios ao pioneirismo e à memória lusitana. Quando Barbosa Machado trouxe outros lugares para sua narrativa, ele fez ainda mais do que elogiar: ele acabou considerando em sua história a dimensão do novo. São outras experiências, outra natureza, outra população, outros territórios. Assim como sua narrativa englobou conflitos, ela trouxe também a perspectiva da descoberta, e não só da repetição e do exemplo.

Como colecionador, certamente fazia parte do interesse de Barbosa Machado possuir documentos interessantes e admiráveis. Ter em sua coleção uma cópia de um texto cuja maior parte dos exemplares fora destruída por Felipe IV dava ainda mais distinção a ela. Dentro da lógica colecionista, cada peça, em todos os seus detalhes, tinha um valor variável: um folheto raro, um exemplar único, uma prova cabal, esses eram os objetos dos sonhos de todo antiquário. Quando a coleção se ligava ao desejo futuro de escrever uma história de Portugal, os documentos ganhavam um sentido ainda mais forte. Eles podiam ressaltar um evento esquecido, fazer justiça a um personagem, mostrar momentos de suspense e tensão, opiniões divergentes, ou ainda servir para fins estratégicos, justificando a posse e os direitos sobre determinado lugar ou território. A defesa de uma região, a conversão dos gentios, o povoamento e o conhecimento de dado espaço constituíam-se em fundamentos que poderiam legitimar a presença portuguesa na

África, Ásia e América. Como comprovar tudo isso? Pelos documentos escritos, fossem eles descrições dos eventos, dos povos que se conheceram ou dos fenômenos naturais e sobrenaturais encontrados nas novas terras, ou ainda pelos tratados oficiais assinados pelos reis portugueses com outros monarcas (MEGIANI, 2004, p. 239).

Certa vez, preocupado em garantir o direito lusitano sobre suas possessões no ultramar, o acadêmico Pedro de Almeida Portugal chegou a destacar a necessidade de fazer uma coleção de tratados de paz, que teria ficado a cargo de José da Cunha Brochado e Manoel de Azevedo Soares (SILVA, 1727, p. 351). Em nossas pesquisas, não conseguimos localizar se essa empresa foi ou não levada à frente pela Academia. Mas, de alguma maneira, o foi por Barbosa Machado. Além dos relatos de batalhas e de evangelização, bem como das descrições coletadas por nosso abade, ele ainda compilou dois volumes dedicados a acordos que Portugal assinou com outras monarquias europeias. Todo o conflito com a Holanda, sobre o qual já nos referimos anteriormente, foi passo a passo mostrado pelo colecionador no primeiro volume dos *Tratados de pazes*. O folheto inicial traz uma cópia do primeiro tratado de tréguas assinado entre os reinos no ano de 1641. Os opúsculos seguintes mostram o choque diplomático que ocorreu entre os dois países um ano depois, decorrente da ocupação holandesa de territórios coloniais portugueses. Barbosa Machado coletou dois discursos de Francisco Leitão Ferreira, embaixador português, reclamando que os holandeses passavam por cima daquilo que fora negociado, invadindo novas terras e recusando-se a sair das possessões lusas.<sup>48</sup> Em seguida, um opúsculo indica que a rebeldia flamenga levou Portugal a iniciar novamente uma guerra contra a Holanda. No entanto, a história tem um final feliz, pois, a seguir, Barbosa Machado

.....  
48. Os opúsculos se encontram no tomo 1 dos *Tratados de pazes de Portugal celebrados com os soberanos da Europa*.

inseriu, em sua coleção de tratados de paz, o documento que pôs fim às hostilidades e selou a amizade entre os dois reinos. No segundo volume, o colecionador compilou diversos tratados assinados entre os reis espanhol e português, entre os quais o de Utrecht. O Tratado de Madri também está presente neste tomo, em um folheto que traz, além desse documento propriamente dito, as negociações anteriores que foram anuladas, caso este da Bula Papal de 1493, do Tratado de Tordesilhas e da Escritura de Saragoça. Todos eles eram importantes no que se refere à definição das possessões e das fronteiras portuguesas.

John Elliott, em seus trabalhos sobre a Espanha no período Habsburgo, destacou que a escrita foi um elemento importante para o império espanhol. De acordo com este autor, a tarefa de governar um domínio tão grande e disperso em termos territoriais acabou impondo àquela coroa a necessidade de novos métodos burocráticos e procedimentos pautados na palavra escrita, o que ele chamou de “governo de papel”, caracterizado, sobretudo pelo reinado de Felipe II, monarca que passava seus dias rodeado por montanhas de documentos (ELLIOTT, 1998, p. 180). Uma concepção de império espanhol pensado na sua dimensão territorial já existia desde muito cedo, o que não pode ser dito em relação a Portugal, onde essa ideia só começou a ser formulada na segunda metade do século XVIII. No entanto, naquele momento, embora a Academia Real da História já tivesse perdido o seu brilho, Barbosa Machado continuava em plena atividade, compilando folhetos, recortando imagens, preocupando-se com o passado, mas com os olhos no presente. Criteriosamente, recolheu documentos que promoviam o conhecimento das diversas regiões nas quais os portugueses estiveram, dos costumes exóticos das populações ultramarinas e dos responsáveis pela conquista e pela primazia portuguesa sobre um dado espaço. O texto escrito por Acuña talvez não tivesse a importância estratégica que tinha quando foi escrito. É possível que as descrições dos lugares e da natureza já não

causassem a mesma sensação de estranhamento que produziram nos séculos XVI e XVII, quando foram feitas. Mas todos aqueles documentos eram testemunhos de um contato, dos lugares até onde os portugueses conseguiram chegar, buscando o estabelecimento de uma única fé e o domínio de um único rei. Isso nos leva a pensar que a escrita de Barbosa Machado, em sua forma de coleção, acabou também tendo uma dimensão criativa e domesticadora. Por um lado, ela domesticava na medida em que dava um norte, uma coerência a histórias diversas e difusas em documentos. Por outro, na domesticação, ela produzia não só um sentido elogioso para o passado português, mas também uma dimensão territorial para o império, estando em sintonia com o projeto da Academia Real da História. Barbosa Machado, como erudito, tinha uma arma importante em suas mãos, a escrita, e por meio do seu trabalho poderia projetar o império português na história, isto é, dar-lhe uma tradição, um passado que justificasse no presente as demandas territoriais portuguesas.

Na Antiguidade, Platão contou num de seus diálogos o mito do deus Teuth que, certo dia, foi mostrar a Thamos, rei egípcio, suas invenções. Entre elas, estava a escrita. O monarca observou tudo com muita atenção e fez comentários sobre cada um dos inventos. Mas um deles, justamente a escrita, foi objeto de críticas. Teuth a tinha inventado para que auxiliasse a memória, mas, aos olhos do rei, ela teria, na verdade, o efeito contrário, isto é, de destruição da lembrança. Quando uma história é fixada pelas letras em um papel, os homens se dariam ao luxo de esquecer-la, não precisando mais rememorar-la pela tradição oral. Além disso, a escrita fixaria e congelaria. A oralidade, por seu turno, estaria associada à reinvenção e reelaboração (WEINRICH, 2001, p. 44).

Embora a escrita tenha se desenvolvido bastante ao longo da Idade Moderna, ocupando cada vez mais o terreno antes dominado pela oralidade, não podemos considerá-la uma prática difundida em todos os grupos sociais. No século XVIII português, ela

restringiu-se a uma camada letrada bastante diversificada.<sup>49</sup> O interessante, no entanto, é perceber como para os letrados portugueses do século XVIII, especificamente para os historiadores eruditos desse grupo no qual se inseria o próprio Barbosa Machado, a escrita não estava ligada ao esquecimento, como dizia Platão, mas à lembrança e à memória. Bouza Álvarez acrescenta que a escrita era, na Época Moderna, uma forma de poder, além da coerção pela força.<sup>50</sup> Nesse sentido, aqueles que sabiam manejar esta arte guardavam também um poder em suas mãos.

As batalhas propriamente ditas, as missões de evangelização, bem como as viagens realizadas, tudo isso, por si só, não daria argumento suficiente para constituir aquelas regiões como possessões de Portugal. Elas só passaram a figurar como exemplos, e o império só pôde ter chance de se configurar em sua dimensão territorial, porque toda aquela experiência fora escrita, fixada, organizada dentro de um sentido, e, portanto, constituída como história. Dessa forma, ao falarmos de “império português”, devemos levar em consideração que ele não foi somente construído territorial e politicamente pelos poderes governantes, mas também simbolicamente por eruditos como Barbosa Machado, que, por meio de práticas letradas como o colecionismo, mobilizaram noções como virtude e território, além de, munidos de documentos e papéis, terem construído um passado que fundava o império luso no tempo e no espaço. Não foi à toa, portanto, que nosso erudito preocupou-se com os testemunhos oculares e com a sua disposição nos tomos: aqueles que presenciaram um evento

.....

49. Sobre a diversidade no que se refere ao campo historiográfico, ver MOTA, 2003.

50. Bouza Álvarez, em seus trabalhos, estabeleceu uma relação entre poder e escrita. O poder é compreendido por este autor através da fusão de duas práticas. Uma delas, talvez a mais conhecida, é definida pelo próprio uso da força, materializada na constituição de exércitos, por exemplo. No entanto, ele atentou também para o uso de formas mais brandas de poder igualmente eficazes, como a escrita (ver ÁLVAREZ, 1997; 2001; 2003).

poderiam dizer de forma mais verdadeira como ele se deu. Ao mesmo tempo, eram eficazes no trabalho de combater narrativas duvidosas ou falsas. A sua escrita em forma de coleção conferia à monarquia portuguesa uma tradição, um passado sobre o qual se assentar e varões virtuosos que defenderam os interesses da coroa, enfrentando desafios no reino e no ultramar.

Analisando esta coleção como uma escrita da história, vimos, portanto, que ela é, ao mesmo tempo, peculiar e comum. O que a torna igual a qualquer outra escrita da história é o fato de ela construir um passado, inventá-lo, dotar de coerência diversas experiências que isoladamente seriam caóticas. Barbosa Machado nos contou uma pluralidade de histórias – da vida de um rei, de uma batalha, de uma região, de um personagem –, mas todas elas acabaram se unindo e formando uma história de Portugal e de suas possessões, abrangendo, por consequência, diversos mundos, territórios de um vasto império oceânico. Sua singularidade advém “do modo” como o abade escreveu sobre o passado. Se a coleção é uma escrita, ela possui regras próprias e a principal delas é ser pautada nas vozes dos testemunhos. Dessa forma, nosso abade não resgatou um passado, mas o configurou folheto a folheto. No interior da biblioteca, selecionando e ordenando seus materiais, o antiquário e o historiador se uniam na figura de Diogo Barbosa Machado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Como dissemos inicialmente, trabalhar com uma coleção como a de Diogo Barbosa Machado trazia alguns pontos positivos, mas também riscos. Trata-se de uma documentação que nunca foi estudada em seu conjunto. Ramiz Galvão produziu alguns estudos sobre Barbosa Machado, mas nenhum deles tinha analisado exatamente aqueles materiais como uma coleção e, sobretudo, tentado entendê-la como uma maneira específica de se relacionar com o passado. De certo modo, nosso intuito aqui foi contar a história dessa coleção e lançar alguns caminhos para compreender o trabalho de Barbosa Machado como colecionador. Certamente, analisar uma parte da coleção geraria um estudo mais aprofundado, mas nos tiraria a visão do todo, importante para o tipo de questão que buscamos trabalhar aqui.

Iniciamos com a trajetória daquele acervo, abordando as mudanças que sofreu em outra sociedade e sua ressignificação diante de novas demandas sobre o passado. Entre Barbosa Machado e nós, uma série de pessoas como Manuel do Cenáculo, Ramiz Galvão, Zephyrino Brum, Lygia Cunha e Rosemarie Horch mantiveram algum tipo de relação com aqueles materiais, modificando-os ou simplesmente dotando-os de significados novos. Foi por meio da própria história daquela coleção que pudemos voltar ao século XVIII e perceber que aqueles objetos, em sua época, serviram como um arquivo, em consonância com um tipo de demanda historiográfica que exigia do historiador o contato e a crítica dos testemunhos do passado. Esta, poderíamos dizer, foi uma primeira interpretação que buscamos dar aos mapas, folhetos e imagens coligidos por Barbosa Machado. No entanto, percebemos que

aquela coleção poderia ser entendida também como uma escrita da história, se examinarmos, nesses termos, o esforço de atribuir sentidos ao passado. Certamente ela está ligada às demandas de sua época e ao ambiente erudito no qual Barbosa Machado se inseria. Por outro lado, era uma coleção pessoal, que embora partilhasse do projeto acadêmico de uma história exultante, trazia também as marcas de seu artífice e regras próprias de um tipo de escrita peculiar. Vimos, entre outras coisas, que o colecionador buscou levar adiante o projeto historiográfico da instituição da qual fazia parte ao considerar outros espaços e outros povos na história de Portugal, ajudando, com isso, a dimensionar o império luso dentro de certa noção de território.

Para concluir, gostaríamos apenas de retomar duas discussões que julgamos importantes e que a nossa pesquisa sobre uma coleção específica talvez ajude a pensar. A primeira questão refere-se à constituição dos vestígios de épocas passadas como documentos históricos. Vimos, na segunda parte do texto, o esforço dos eruditos portugueses setecentistas no sentido de preservar testemunhos e restos arqueológicos do passado, entendendo-os não como papéis velhos ou meros escombros, mas como uma possibilidade de acesso a um tempo invisível. A escrita do passado ficava ligada, portanto, ao documento, que, aos poucos, ganharia o estatuto de “autor” da história, como se fosse um veículo de acesso direto a um tempo pretérito.

Não se trata de pensar que esta relação entre escrita do passado e documentos foi cumulativa e progressiva dentro de um suposto desenvolvimento da história até a sua constituição como ciência. Trata-se, antes, de ressaltar o papel que tiveram a Academia Real e eruditos como Barbosa Machado, na medida em que associaram o trabalho do historiador e o contato com testemunhos, percebendo esses últimos como elementos fundamentais para escrever sobre um personagem ou evento. A autoridade passava a residir no vestígio e a credibilidade daqueles eruditos no fato de que eles viam e detinham os testemunhos. Não foi à

toa, portanto, que Barbosa Machado compilou, além de tratados, poesias e elogios, narrativas de testemunhas oculares, que pareciam fornecer uma dimensão mais exata do que outrora aconteceu nos campos de batalha, funerais, casamentos e festas.

Nesse trabalho, em que textos e outros papéis mudavam seus estatutos, tornando-se documentos capazes de ligar um presente visível a um passado invisível, Barbosa Machado selecionava de forma ativa o que deveria sobreviver ao tempo. Seu esforço acabou sendo bem sucedido, pois os testemunhos que organizou nos servem hoje como materiais que possibilitam inúmeros estudos. Dessa forma, nosso colecionador acabou colocando para nós, hoje, um problema que já foi ressaltado por diversos historiadores, entre eles, Marc Bloch: os arquivos como meios de transmitir lembranças e propagar certa memória através das gerações (BLOCH, 2001).

Uma segunda questão que nos parece importante foi a necessidade de retomar e estudar certa tradição antiquária e uma formação erudita do historiador que acabou se perdendo no momento em que a história foi conquistada para o mundo da razão (CASSIRER, 1974). Nesse sentido, os filósofos iluministas ajudaram a formar uma visão caricatural do trabalho dos antiquários. Voltaire, por exemplo, entendia a atividade destes últimos como inútil e estéril. Frente a um saber que ele considerava apenas como “de fatos e datas”, propunha a sua substituição pela história do “espírito humano”. Subjacente à crítica, havia uma concepção historiográfica distinta daquela dos antiquários eruditos, esta última preocupada com o evento, com o singular e valorizadora dos sentidos – o ato de tocar em um vestígio como se, a partir dele, fosse possível tocar o próprio passado. Uma nova relação com o tempo se impunha, interessada em buscar, por meio da razão, um movimento para a história humana (KOSELLECK, [1985]; HARTOG, 2003). Assim, nessa nova concepção de história que se formava, as coleções e a maneira dos antiquários de lidar com o passado perdiam, aos poucos, sua razão de ser.

No século XIX, Nietzsche fez severos julgamentos ao conhecimento e à cultura histórica de sua época, não poupando os colecionadores. Criticava o desejo frenético pelo passado que acabava por atrofiar os homens do século XIX. O homem moderno, na concepção daquele filósofo, se alimentava de conhecimento, mas era incapaz de agir; estava tão preocupado com o passado, que já nascia um ancião. A história, ao invés de se constituir como instrumento para mover as pessoas à ação, tornava-se, antes, um fardo. Nietzsche ressaltou três tipos de história, uma delas, que chamou de antiquária, caracterizava-se pelo seu sentido de preservação e veneração. O antiquário era aquele que olhava para o passado com fidelidade e amor, sentindo-se parte daquela história. Seu trabalho tinha, inclusive, uma utilidade: a de preservar para aqueles que viriam depois. No entanto, Nietzsche alertava que, em excesso, este tipo de relação com o tempo pretérito poderia ser perigoso, pois criaria uma cega figura colecionista, meramente curiosa, incapaz de criar algo novo, mas somente de conservar o velho (NIETZSCHE, 2000).

Uma herança dessa crítica voraz à história erudita, feita por pensadores tão diferentes como Nietzsche e Voltaire, pode ser vista no quase desaparecimento de saberes antes considerados fundamentais para a compreensão das sociedades do passado e para a formação do historiador, entre eles a numismática, a geografia, a diplomática, a cronologia e a paleografia que, num primeiro momento, foram rebaixadas ao estatuto de “disciplinas auxiliares da história”. Com o tempo, esses saberes foram sendo considerados conhecimentos frívolos, sem utilidade, erudição vazia, e hoje essas disciplinas estão praticamente extintas de nossos currículos universitários, com algumas exceções. Esse movimento, chamado por Blandine Kriegel de *derrota da erudição*, nada mais foi do que o apagamento de uma forma legítima de lidar com as experiências de outrora, mas que acabou sendo esquecida, como se não fizesse parte do passado da história (KRIEDEL, 1988, 4 v; GUIMARÃES, 2000, p. 111-143).

Nosso objeto de pesquisa nos remeteu à prática antiquária no século XVIII português. A coleção do abade sugere o entendimento de outra forma de se relacionar com o passado, poucas vezes considerada quando nos referimos à história da história e, em larga medida, diferente da nossa. Entretanto, ela nos remete também à presença desta tradição no interior de uma instituição importante no que se refere à escrita da história no Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vimos que, no caso brasileiro, a passagem de uma história aristocrática para uma história nacional guardou algumas continuidades, uma vez que a herança das academias literárias marcou a produção do IHGB.

Se quisermos extrair uma conclusão geral do que foi aqui interpretado, diríamos que nosso objetivo era mostrar que, ao longo do tempo, as sociedades lidaram de modos diversos com o seu passado, construindo-o e rememorando-o a partir das interrogações do seu presente e das expectativas que guardavam em relação ao futuro. Assim como Barbosa Machado um dia deu sentido a uma experiência passada, hoje nós também fazemos esse exercício. Apesar de nossas diferenças, algo nos une a eles: continuamos a nos debruçar sobre papéis e outros tipos de materiais, e, mais do que isso, nosso trabalho tem como pressuposto a ausência, a tarefa de lidar com uma experiência invisível e torná-la dotada de significado para o presente. As histórias contadas em uma coleção, bem como a narrativa lógica presente em nossos livros e artigos, isto é, esse todo harmonioso que os antiquários de ontem e os historiadores de hoje constroem, como bem disse Schiller (apud NIETZSCHE, 2000, p. 98), talvez só existam mesmo em nossas imaginações.



## REFERÊNCIAS

---

- ACUÑA, Cristobal. Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas. Madrid: Imprenta del Reyno, 1641. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias históricas e militares da América*. [S.l.: s.n., 17--].
- AGUIAR, António de. Sobre a iconografia de Diogo Barbosa Machado. *Separata da Revista Ocidente*, Lisboa, p. 125-138, 1947.
- ALEGRETE, Manuel Teles da Silva, marquês de. Oraçam, que o marquez de Alegrete, sendo director da Academia Real da Historia Portugueza, repetio na presença de suas Magestades, e Altezas, celebrando-se os annos da Rainha Nossa Senhora no dia 7 de setembro de 1723. [Lisboa, s.n.], 1723. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Aplausos oratórios e poéticos no complemento de anos dos serenissimos reis, rainhas e príncipes de Portugal*. [S.l.: s.n., 17--].
- ALMEIDA, Luís Ferrand de. D. João V e a Biblioteca Real. *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, v. 36, p. 413-438, 1991.
- ÁLVAREZ, Fernando Bouza. *Corre manuscrito*. Madrid: Marcial Pons, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Del escribano a la Biblioteca*. Madrid: Síntesis, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Imagen y propaganda*. Capítulos de história cultural del reinado de Filipe II. Madrid: Akal, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Palabra e imagen en la Corte*. Madrid: Abada, 2003.
- AMADO, Maria Teresa. “Biblioteca” e ordens dos saberes: da Biblioteca-Livraria à Biblioteca-Catálogo na Espanha dos

- Austrias. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa, v. 9, p. 23-44, 1997.
- ANSELMO, Artur. *Estudos de história do livro*. Lisboa: Guimarães, 1997.
- \_\_\_\_\_. Fronteiras da história do livro. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa, v. 9, p. 15-22, 1997.
- \_\_\_\_\_. *História da erudição em Portugal: das origens até 1536*. Porto: Lello e Irmãos, 1991.
- \_\_\_\_\_. Perspectivas historiográficas do século XVIII. *Claro, escuro. Revista de Estudos Barrocos*, Lisboa, v. 2, 1989.
- ARAÚJO, Ana Cristina. Despedidas triunfais – celebração de morte e cultos de memória no século XVIII. In: KANTOR, Íris; JANCÓS, István (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: HUCITEC, EDUSP, FAPESP, Imprensa Oficial, 2001.
- \_\_\_\_\_. Livros de uma vida. Critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no século XVIII. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 20, 1999.
- \_\_\_\_\_. Ruína e morte em Portugal no século XVIII. A propósito do terramoto de 1755. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 9, p. 327-365, 1987.
- ARENDT, Hannah. O conceito de história. In: \_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- ARIÈS, Philippe & CHARTIER, Roger (Org.). *História da vida privada: da Renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 3.
- ATAÍDE, Manuel da Silva de. Relaçam das ilhas de Timor, e Solor e da viagem que fes Manoel da Sylva de Att<sup>e</sup> Cavaleiro professo de Christo cappitão de mar e guerra da fragata Nossa Sra da Conceipção de Panguim e Cabo dos navios da China, aquellas ilhas depois de muitos annos estarem rebeladas, alevar o governador commissário, e vizitador geral para ellas Ant<sup>o</sup> de Mesquita Pimentel no ano de 1695. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias das proezas*

- militares obrasdos pelos portugueses em a Índia Oriental*. [S.l.: s.n., 17--]. v. 1.
- BAIÃO, Antonio. *O testamento de Diogo Barbosa Machado*. Porto: Tipografia Sequeira, 1937.
- BAKER, Alan H. *Geography and History: bridging the divide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BARATA, Manuel Themudo & TEIXEIRA, Nuno Severiano. *Nova história militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. v. 2.
- BARATIN, Marc & JACOB, Christian (Org.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 257-270.
- BEAUTIER, Robert Henri. La phase cruciale de l'histoire des archives, la constitution des dépôts d'archives et la naissance de l'archivistique. *Archivum*, t. XVIII, 1968.
- BEBIANO, Rui. D. João V, rei sol. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 8, p. 111-121, 1986.
- \_\_\_\_\_. *D. João V: poder e espetáculo*. Aveiro: Estante, 1987.
- BENJAMIN, Walter. Le collectionneur. In: \_\_\_\_\_. *Paris: capitale du XIXe siècle*. Paris: Cerf, 1993. p. 220-229.
- BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti (Org.). *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997. 3 v.
- BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo Ramada (Org.). *A memória da nação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- \_\_\_\_\_ & FERLINI, Lúcia Amaral (Org.). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português. Séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino, aulico, anatómico, architetonico, bellico...* Coimbra: Real Colégio das Artes da Cia. de Jesus, 1713. 10 v.
- BOURDÉ, Guy. *As escolas históricas*. Lisboa: Europa-América, 1983.
- BOXER, Charles. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRÁSIO, Antônio. O problema da sagração dos monarcas portugueses. *Anais da Academia Portuguesa de História*, Lisboa, p. 34-43, 1989.
- BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- BRUM, José Zephyrino de Meneses. Introdução. In: *Catálogo dos retratos colligidos por Diogo Barboza Machado*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e filhos, 1893-1905.
- \_\_\_\_ et al. *Registro dos relatórios trimestrais da secção de estampas da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1876-1898.
- BUESCU, Ana Isabel. *Memória e poder: ensaios de história cultural (séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Cosmos, 2000.
- CARDIM, Pedro. *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1998.
- \_\_\_\_. Embaixadores e representantes diplomáticos da corte portuguesa no século XVII. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa, v. 15, II série, p. 47-86. 2002.
- \_\_\_\_. Imagens das festas de casamento de Afonso VI. In: XAVIER, Ângela Barreto; CARDIM, Pedro & ÁLVAREZ, Fernando Bouza. *Festas que se fizeram pelo casamento do rei D. Afonso VI*. Lisboa: Quetzal, 1996. p. 29-75.
- \_\_\_\_. Religião e ordem social. Em torno dos fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 22, p.133-174. 2001.

- CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional (1807 a 1990)*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Da história crônica à história ciência*. Lisboa: Cosmos, 1998.
- CARVALHO, Rômulo de. *Actividades científicas em Portugal no século XVIII*. Évora: Universidade de Évora, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Icalp, 1987.
- CASSIRER, Ernst. *Filosofia de la ilustración*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1974.
- CASTELO-BRANCO, Fernando. Significado cultural das Academias de Lisboa no século XVIII. *Portugaliae Histórica*, Lisboa, v. 1, 1973.
- \_\_\_\_\_. Subsídios para a História da Academia Real da História Portuguesa. *Anais da Academia Portuguesa de História*, Lisboa, v. 20, p. 45-66, 1971.
- CASTRO, César Augusto. *História da biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000.
- CATÁLOGO dos retratos colligidos por Diogo Barboza Machado. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e filhos, 1893-1905. v. 1, p. I-VIII.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. *Agora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, 2005.
- CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004.
- \_\_\_\_\_. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

- \_\_\_\_\_. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1999.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Práticas de leituras*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CLUNY, Isabel. *D. Luís da Cunha e a ideia de diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizontes, 1999.
- CORTE-REAL, Jerônimo. Sucesso do segundo cerco de Diu: estando Don Joham Mazcarenhas por Capitam da Fortaleza. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *História dos cercos sustentados pelos portugueses nas quatro partes do mundo*. [S.l.: s.n., 17--]. v. 4, p. 97-346.
- COSTA, Manuel Alberto Nunes. Diogo Barbosa Machado e a bibliografia portuguesa. *Anais da Academia Portuguesa de História*, Lisboa, 1986.
- COUTO, Diogo do. *Tratado dos feitos de Vasco da Gama e seus filhos na Índia*. Lisboa: Cosmos, 1998 [1599].
- CRUZ, Luis Fellis. Manifesto das ostillidades, que a gente, que serve a Companhia Occidental de Olanda obrou contra os vassalos Del Rei de Portugal neste reyno de Angola, debaixo das tregas celebradas entre os príncipes; e dos motivos que obrigarão ao general Salvador Correa de Sá, e Benevides, a dezalojar esses soldados olandezes d'elle, sendo mandado a esta posta por sua megestade a differente fim. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1651. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias históricas e militares da África*. [S.l.: s.n., 17--].
- CUNHA, Lygia. *Entrevista a Rodrigo Bentes Monteiro e Ana Paula Sampaio Caldeira*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2 mar. 2005.
- CUNHA, Norberto. A desdivinização do mundo histórico no século XVIII. A Academia Real da História Portuguesa (1720-1737). *Diacrítica. Revista do Centro de Estudos Portugueses*, Lisboa, v. 6, p. 249-290, 1991.

- \_\_\_\_. *Elites e acadêmicos na cultura portuguesa setecentista*. Lisboa: Imprensa Nacional—Casa da Moeda, 2000.
- CURTO, Diogo Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Universidade Aberta, 1988.
- DE JEAN, Joan. *Antigos contra modernos: as guerras culturais e a construção de um fim de siècle*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- DIAS, Maria Helena. *Os mapas em Portugal: da tradição aos novos rumos da cartografia*. Lisboa: Cosmos, 1995.
- DOMINGOS, Manuela D. *Bertrand: uma livraria antes do terremoto = Bertrand: une librairie avant le tremblement de terre*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.
- \_\_\_\_. *Livraria de D. José da Silva Pessanha*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998.
- \_\_\_\_. *Livres de setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000.
- DOMINGUES, F. C. *Ilustração e catolicismo: Teodoro de Almeida*. Lisboa: Colibri, 1994.
- DUARTE, Paulo Araújo. *Fundamentos de cartografia*. Florianópolis: UFSC, 2002.
- DURANTON, Henri. Les sources historiques au XVIII siècle, organisation, buts, résultats. *Bulletin de la Société Française d'Étude du XVIII<sup>e</sup> Siècle*, Paris, out. 1973.
- DURÃO, Antonio. Cercos de Moçambique defendidos por Don Estevan de Atayde, capitán general, y governador de aquella plaza. Escritos por Antonio Duran soldado antiguo de la Índia. Al excellentissimo señor conde de Olivares, duque de Sanlucar la mayor, gran canceller de índias. Cavallerizo mayor de su magestade, y de sus consejos de Estado y guerra. Madrid: Viuda de Alonso Martin, 1633. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *História dos cercos sustentados pelos portugueses nas quatro partes do mundo*. [S.l.: s.n., 17--]. v. 4.

- DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da república: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- EL DESPERTADOR de los portugueses, o el general desembozado, dialogo político, y entretenido, entre el Marques de las Minas, y el Duque de Cadaval, sobre las conseqüencias de la guerra presente. Lisboa: Pedro Enganado, em la calle de los Embustes, 1707. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias militares de D. João V*. [S.l.: s.n., 17-]. v. 1, p. 54-81.
- ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- \_\_\_\_\_. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. 2 v.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade dos indivíduos*. Lisboa: Dom Quixote, 2005.
- ELLIOTT, John. *The Count-Duke of Olivares: the statesman in an age of decline*. New Haven, Coon. & London, 1986.
- \_\_\_\_\_. *La España imperial 1469-1716*. Barcelona: Vicens-Vives, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A Europa dividida (1559-1598)*. Lisboa: Presença, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Spain and its world, 1500-1700*. Haven, Coon. & London, 1989.
- ESTATUTOS da Academia Real da História. In: ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA. *Collecçam dos Documentos, estatutos, e memórias da Academia Real da Historia Portugueza que neste ano de 1721 a compuzerão, e se imprimirão por ordem dos seus censores. Dedicada a ElRey nosso senhor, seu augustissimo protector e ordenada pelo conde de Villarmayor secretario da mesma academia*. Lisboa Occidental: Officina de Pascoal da Sylva, 1721.
- FACÇÕES venturosas que tiverão na fronteira de Almeida o general Fernão Telles de Menezes, e o mestre de campo D. Sancho Manoel, contra o inimigo castelhano, em 2 e 4 deste mês de novembro do anno presente 1642. Lisboa:

- Officina de Domingos Lopes Rosa, 1642. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias militares de D. João IV*. [S.l.: s.n., 17--].
- FALCON, Francisco. Historiografia portuguesa contemporânea: um ensaio histórico-interpretativo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 79-99, 1988.
- FELIPE IV, rei de Espanha. [Manifesto sem título]. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias militares de D. Afonso VI*. [S.l.: s.n., 17--]. v. 1.
- FERREIRA, Carlos Alberto. *A livraria real portuguesa*. Lisboa: Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, 1958.
- FERRONE, Vincenzo & ROCHE, Daniel. *Le monde des lumières*. Paris: Fayard, 1999.
- FONSECA, Edmée. L'historiographie des decouvertes d'après la biblioteca lusitana de Diogo Barbosa Machado. In: *Actes du colloque la decouverte, le Portugal et l'Europe*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1990. p. 13-21.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRANZINI, Elio. *A estética do século XVIII*. Lisboa: Estampa, 1999.
- FREITAS, Maria do Carmo Telles de & OLIVEIRA, Susana Madalena (Org.). *Os espaços de um império*. Lisboa: CNPC-DP, 1999. 2 v.
- FUETER, Ed. *Historia de la historiografia moderna*. Buenos Aires: Nova, 1953. 2 v.
- FUMAROLI, Marc. *L'age de l'eloquence*. Paris: Genève, 1980.
- GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- GALVÃO, Ramiz (Org.). *Catálogo da exposição de história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1998. 3 v.

- \_\_\_\_. *Catálogo do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio de Rodrigues e C., 1906.
- \_\_\_\_. Diogo Barbosa Machado. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 1, 1876.
- \_\_\_\_. *Discurso que proferiu em honra da officialidade da canhoneira portuguesa Pátria na sessão solenne de 15 out. 1905*. Rio de Janeiro: Cia Typografica do Brasil, 1905.
- \_\_\_\_ (Org.). *Galeria de história brasileira 1500-1900*. Rio de Janeiro: Garnier, [1900].
- \_\_\_\_. *Livro do centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.
- GODINHO, Vitério Magalhães. *A expansão quatrocentista portuguesa: problemas das origens e da linha de evolução*. Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições, 1945.
- GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papirus, 1998.
- GRELL, Chantal. *L'histoire entre érudition et philosophie: études sur la connaissance historique à l'âge des lumières*. Paris: PUF, 1993.
- \_\_\_\_ & DUFAYS, Jean-Michel (Org.). *Pratiques et concepts de l'histoire en Europe*. Paris: Sorbonne-PUF, 1990.
- GUERREIRO, Luís Manuel Ramalhosa. *La representation du pouvoir royal à l'Age Baroque Portugais (1687-1753)*. Paris: EHESS, 1995. Tese de doutorado em História.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- \_\_\_\_. Reinventando a Tradição: sobre antiquariado e escrita da história. *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, 2000.
- HARTOG, François. Évidence de l'histoire. Ce que voient les historiens. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2005.

- \_\_\_\_\_. *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps.* Paris: Seuil, 2003.
- HARTSHORNE, Richard. *Nature of geography: a critical survey of current thought in the light of past.* Westport: Greenwood Press, 1977.
- HAZARD, Paul. *La crise de la conscience européenne, 1680-1715.* Paris: [s.n.], 1961.
- \_\_\_\_\_. *La pensée européenne au XVIII<sup>e</sup> Siècle.* Paris: [s.n.], 1963.
- HERMANN, Jacqueline. *No reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal. Séculos XVI e XVII.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HESPAÑA, Antonio Manuel (Org.). *História de Portugal: o Antigo Regime.* Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. v. 4.
- \_\_\_\_\_. *História de Portugal Moderno: político e institucional.* Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- \_\_\_\_\_ et al. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime: colectanea de textos.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- \_\_\_\_\_. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político. Portugal – século XVII.* Coimbra: Almedina, 1994.
- HORCH, Rosemarie E. Catálogo dos folhetos da Coleção Diogo Barbosa Machado. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 92, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Entrevista a Rodrigo Bentes Monteiro.* São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 20 out. 2005.
- HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador. Rio de Janeiro, *Anima* 1(2), 2001.
- HUTTON, Patrick H. *History as an art of memory.* Hanover: University of Vermont, 1993.
- JOLLES, André. *Formas simples: legenda, saga, mito, adivinha, ditado, caso, memorável, conto, chiste.* São Paulo: Cultrix, 1976.
- JULIANO, Jerônimo. Respuesta breve al manifiesto em que el rey Don Pedro Segundo de Portugal, pretexto los motivos

- que tuvo para romper la guerra a las coronas. Escriviola el español professor de Minerva. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias militares de D. Pedro II*. [S.l.: s.n., 17--]. v. 1.
- JUNTA de Diablos, y anamblea en el infierno. Nuevos tratados para la futura campana. Compuesto por el Lic. Sotana estando soñando. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias militares de D. João V*. [S.l.: s.n., 17--]. v. 2. p. 140-147.
- JUSTIFICACIÓN de Portugal en la resolución de ayudar a la inclita nacion Espanhola a sacudir el yugo francês, y poner em el trono real de su monarquia al Rey Catholico Carlos III. Lisboa: Valentin de Acosta Deslandes, 1704. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Noticias militares de D. Pedro II*. [S.l.: s.n., 17--]. v. 1, p. 43-48.
- KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos—UFBA, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. Le concept d'histoire. In: \_\_\_\_\_. *L'expérience de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Futuro passado: para uma semântica de los tiempos históricos*. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, [1985].
- KRIEGEL, Blandine. *L'Histoire à l'âge classique*. Paris: PUF, 1988. 4 v.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Viollet-le-Duc e o verbete Restauração. In: VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. São Paulo: Ateliê, 2000.
- KURY, Lorelai Brilhante & CAMENIETZKI, Carlos Ziller. Ordem e natureza: coleções e cultura científica na Europa Moderna. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 57- 85, 1997.
- LEÃO, Duarte Nunes. *Crônicas dos Reis de Portugal*. Porto: Lello e Irmãos, 1975 [1677].

- LENCLUD, Gerard. Qu'est-ce que la tradition? In:  
 DETIENNE, Marcel (Dir.). *Transcrire les mythologies*. Paris:  
 Albin Michel, 1994. p. 25-44.
- LEVY, Pierre. *Des artistes et un collectionneur*. Paris: Flammarion,  
 1976.
- LIMA, Luís Filipe Silvério. *O império dos sonhos: narrativas proféticas, sebastianismo e messianismo brigantino*. São Paulo:  
 USP, 2005. Tese defendida na Faculdade de Filosofia,  
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- LISBOA, João Luís. O papel da história entre os leitores do  
 século XVIII. *Ler História*, Lisboa, n. 24, p. 5-15, 1993.
- LUGLI, Adalgisa. *Naturalia et mirabilia: les cabinets de curiosités  
 en Europe*. Paris: Adam Biro, 1998.
- MABILLON, Jean. *Breves reflexions sur quelques regles de l'histoire*.  
 Paris: POL, 1990.
- MACEDO, Adriana Mattos Clen. *As corografias e a cultura histórica  
 oitocentista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Dissertação  
 defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História  
 Social da UFRJ.
- MACEDO, João Campello de. Disposição e ordem pela qual se  
 mostra como se celebrou o baptismo do senhor infante Dõ  
 Afonso, filho Del Rey D. João o IV nosso senhor, na sua  
 Capella Real de Lisboa. De mando do illustrissimo, e reve-  
 rendíssimo senhor Dom Manoel da Cunha, Bispo capelão  
 mor de sua magestade, ordinário da capella, Casa Real e  
 toda a corte. Lisboa: Officina de Pedro Craesbeck, 1644.  
 In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Genethliacos de reis,  
 rainhas e príncipes de Portugal*. [S.l.: s.n., 17--]. v. 1.
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana*. Lisboa Occi-  
 dental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-1759.  
 3 v.
- \_\_\_\_\_. *Memórias para a história de Portugal, que comprehendem o gover-  
 no delRey D. Sebastião*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio  
 da Sylva, 1736-1751, 4 v.

- \_\_\_\_. *Catalogo dos livros da Livraria Diogo Barbosa Machado distribuídos por matérias e escrito por sua própria mão*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [17--].
- \_\_\_\_ (Org.). *Coleção de folhetos colligidos pelo abade Diogo Barbosa Machado*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [17--] a. 146 v.
- \_\_\_\_ (Org.). *Coleção de retratos colligidos pelo abade Diogo Barbosa Machado*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [17--] b. 8 v.
- \_\_\_\_ (Org.). *Mapas do reino de Portugal e suas conquistas*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [17--] c.
- \_\_\_\_. Carta de Diogo Barbosa Machado destinada ao Padre Frei Marceliano da Ascensão em 31 de outubro de 1744. Biblioteca Nacional de Lisboa.
- \_\_\_\_ (Org.). *Aplausos oratórios e poéticos no complemento de anos dos serenissimos reis, rainhas e príncipes de Portugal*. [S.l.: s.n., 17--]. 2 v.
- \_\_\_\_ (Org.). *Aplausos oratórios e poéticos pela restituição da saúde dos serenissimos reis de Portugal*. [S.l.: s.n., 17--]. 1 v.
- \_\_\_\_ (Org.). *Elogios fúnebres de cardeais e arcebispos de Portugal*. [S.l.: s.n., 17--]. 1 v.
- \_\_\_\_ (Org.). *Elogios fúnebres de eclesiásticos portugueses*. [S.l.: s.n., 17--]. 4 v.
- \_\_\_\_ (Org.). *Elogios fúnebres oratórios e poéticos dos serenissimos reis, rainhas e príncipes de Portugal*. [S.l.: s.n., 17--]. 4 v.
- \_\_\_\_ (Org.). *Entradas em Lisboa de reis e rainhas*. [S.l.: s.n., 17--]. 2 v.
- \_\_\_\_ (Org.). *Epithalâmios de reis e rainhas de Portugal*. [S.l.: s.n., 17--]. 5 v.
- \_\_\_\_ (Org.). *Genethliacos de reis, rainhas e príncipes de Portugal*. [S.l.: s.n., 17--] d. 5 v.
- \_\_\_\_ (Org.). *História dos cercos que sustentaram os portugueses nas quatro partes do mundo*. [S.l.: s.n., 17--]. 5 v.
- \_\_\_\_ (Org.). *Notícias das proezas militares obradas pelos portugueses em a Índia Oriental*. [S.l.: s.n., 17--]. 3 v.

- \_\_\_ (Org.). *Notícias das últimas ações e exéquias dos sereníssimos reis, rainhas e infantes de Portugal*. Rio de Janeiro: [S.l.: s.n., 17--]. 3 v.
- \_\_\_ (Org.). *Notícias militares de D. Afonso VI*. [S.l.: s.n., 17--]. 3 v.
- \_\_\_ (Org.). *Notícias militares de D. João IV*. [S.l.: s.n., 17--]. 2 v.
- \_\_\_ (Org.). *Notícias militares de D. João V*. [S.l.: s.n., 17--]. 2 v.
- \_\_\_ (Org.). *Notícias militares de D. José I*. [S.l.: s.n., 17--]. 1 v.
- \_\_\_ (Org.). *Notícias militares de D. Pedro II*. [S.l.: s.n., 17--]. 2 v.
- \_\_\_ (Org.). *Notícias históricas e militares da África*. [S.l.: s.n., 17--]. 1 v.
- \_\_\_ (Org.). *Notícias históricas e militares da América*. [S.l.: s.n., 17--]. 1 v.
- MAIA, Matias (padre). *Relaçam da Conversão da nossa Santa Fé da rainha, e príncipe da China, e de outras pessoas da casa real, que se baptizarão o anno de 1648*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1650. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias das sagradas missões executadas por varões apostólicos na China, Japão e Etiópia*. [S.l.: s.n., 17--]. v. 1.
- MARIN, Louis. *Le portrait du roi*. Paris: Éditions de Minuit, 1981.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Ensaio de historiografia portuguesa*. Lisboa: Palas, 1988.
- MARQUES, Alfredo Pinheiro. O imperialismo português no Brasil nos séculos XVIII-XIX: o papel dos cartógrafos e dos engenheiros militares na fixação dos limites do Brasil. In: ALBUQUERQUE, Luis de (Org.). *Portugal no mundo*. Lisboa: Alfa, 1989. v. 5, p.180-190.
- MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- MASCARENHAS, José Freire de Monterroio. Epanaphora Índica Parte II em que se referem os progressos, que tem feito no governo do estado da índia Portuguesa, o illustíssimo e excellentíssimo senhor Márquez de Castelo Novo. Lisboa,

1747. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias das proezas militares obradas pelos portugueses em a Índia Oriental*. [S.l.: s.n., 17--]. v. 2, p. 46.
- \_\_\_\_. Novo Triunfo da religiam seráfica, ou noticia summaria do martyrio, e morte que padeceram em ódio de nossa santa fé o venerável Padre Fr. Liberato de Weis com dous companheiros seus, todos religiosos da Ordem de S. Francisco, missionários e pregadores apostólicos no império de Habassia, no dia 3 de março do anno de 1716. Lisboa Ocidental: Officina de Pascoal da Sylva, 1718. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias das sagradas missões executadas por varões apostólicos na China, Japão e Etiópia*. [S.l.: s.n., 17--]. v. 2.
- MATIAS, Elze Maria Henny Vonk. *As academias literárias portuguesas dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Universidade Clássica de Lisboa, 1988. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Clássica de Lisboa.
- MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MCKENZIE, D. F. *La bibliographie et la sociologie des textes*. Paris: Cercle de la Librairie, 1991.
- MEGIANI, Ana Paula Torres. *O rei ausente*. São Paulo: Alameda, 2004.
- \_\_\_\_. Das palavras e das coisas curiosas: correspondência e escrita na coleção de notícias de Manuel Severim de Faria. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 24-48, jul.-dez. 2007.
- MENEZES, Francisco Xavier de. Introduççam panegyrica na conferência pública da Academia Real da Historia Portuguesa, que se celebrou no Paço em presença de suas magestades, e altezas em 7 de setembro de 1721. Dia dos annos da rainha nossa senhora, recitada pelo conde da Eri-ceyra, que era director. [Lisboa: s.n., 1721]. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Aplausos oratórios e poéticos no*

- complemento de anos dos sereníssimos reis, rainhas e príncipes de Portugal*. [S.l.: s.n., 17--]. v. 1.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. São Paulo: EDUSC, 2004.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O crepúsculo dos grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Elites e poder: entre o Antigo Regime e o liberalismo*. Lisboa: ICS, 2003.
- \_\_\_\_\_; CARDIM, Pedro & CUNHA, Mafalda Soares da (Org.). *Optima Pars: elites ibero-americanas no Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005.
- MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva. No Alvorecer do “Iluminismo” em Portugal: D. Francisco Xavier de Meneses, 4º Conde da Ericeira. *Separata da Revista de História Literária de Portugal*, Coimbra, v. 1, 1963.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América. 1640-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- \_\_\_\_\_ & LEITE, Jorge Miranda. Os manifestos de Portugal: reflexões acerca de um Estado moderno. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca (Org.). *Cultura política, historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- \_\_\_\_\_ & CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. A ordem de um tempo: Folhetos na Coleção Barbosa Machado. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, jan./jun. 2007.
- \_\_\_\_\_. Recortes de Memória: reis e príncipes na coleção Barbosa Machado. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

- \_\_\_\_\_. Reis, príncipes e varões insignes na coleção Barbosa Machado. In: *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, v. VI, p. 215-251, 2005.
- MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Geografia: pequena história crítica*. SP: Hucitec, 1986.
- MORENO, Eva Velasco. *La Real Academia de la Historia em el Siglo XVIII: una institución de sociabilidad*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2000.
- MOTA, Isabel Ferreira da. Os historiadores e o campo historiográfico na primeira metade do século XVIII. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 8, p. 167-186, 1996.
- \_\_\_\_\_. Os historiadores, o mecenato e o clientelismo. Autonomia e dependência (1700-1750). *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 19, p. 471-493, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Minerva, 2003.
- MOYA, António Morales. La historiografía española del siglo XVIII. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 18, 1996.
- NEVEU, Bruno. *Erudition et religion aux XVIIe et XVIIIe siècles*. Paris: Éditions Albin Michel, 1994.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre la utilidad y los perjuicios de la historia para la vida*. Buenos Aires: Edaf, 2000.
- NOTÍCIAS da conferência que a Academia Real da Historia Portuguesa fez em 19 de janeiro de 1721. In: ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA. *Colleccam dos Documentos, estatutos, e memórias da Academia Real da Historia Portuguesa que neste ano de 1721 a compuzerão, e se imprimirão por ordem dos seus censores. Dedicada a ElRey nosso senhor, seu augustissimo protector e ordenada pelo conde de Villarmayor secretario da mesma academia*. Lisboa Occidental: Officina de Pascoal da Sylva, 1721.
- NOTÍCIAS da Conferência que a Academia Real da Historia Portuguesa fez em 12 de fevereiro de 1722. In: ACADE-

- MIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA. *Collecçam dos Documentos, estatutos, e memórias da Academia Real da Historia Portuguesa que neste ano de 1722 a compuzerão, e se imprimirão por ordem dos seus censores. Dedicada a ElRey nosso senhor, seu augustissimo protector e ordenada pelo conde de Villarmayor secretario da mesma academia.* Lisboa Occidental: Officina de Pascoal da Sylva, 1722.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).* São Paulo: Hucitec, 1979.
- OLIVEIRA, Francisco Xavier de. *Carta de Francisco Xavier de Oliveira para Barbosa Machado.* Haia, 19 out. 1742. Biblioteca da Ajuda (Lisboa).
- OLIVEIRA, Luiz Cristiano Andrade de. *A narrativa da vontade de Deus: a história do Brasil de Frei Vicente do Salvador (c.1630).* 2004. Dissertação (História)— Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- PAGDEN, Anthony. *Povos e impérios: uma história de migração e conquistas da Grécia até a atualidade.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- PALMA-FERREIRA, João. *As academias literárias dos séculos XVII e XVIII.* Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.
- PEARCE, Susan M. *On collecting: an investigation into collecting in the European tradition.* London: Routledge, 1995.
- PÉCORA, Alcir & SCHWARTZ, Stuart (Org.). *As excelências do governador: o panegírico fúnebre e D. Afonso Furtado de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676).* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- PÉCORA, Alcir. A História como colheita rústica de excelências. In: \_\_\_ & SCHWARTZ, Stuart (Org.). *As excelências do governador: o panegírico fúnebre e D. Afonso Furtado de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676).* São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 47-65.
- \_\_\_. *Máquina de gêneros.* São Paulo: Edusp, 2001.

- \_\_\_\_\_. Sermões: o modelo sacramental. In: VIEIRA, Antônio. *Sermões*. São Paulo: Hedra, 2001.
- PEIXOTO, Jorge. No 2º centenário da morte do fundador da bibliografia portuguesa. *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, v. 5, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.
- PELLICER DE OSSAU SALAS Y TOVAR, José. Mission Evangélica al reyno de Congo por la Seráfica religion de los capuchinhos. Dedicada al rey nuestro señor: que Dios guarde. Don Joseph Pellicer de Tovar señor de la casa de Pellicer i de Ossau, cronista mayor de su magestad, i de su consejo. Madrid: Domingos Garcia i Morras, 1649. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias históricas e militares da África*. [S.l.: s.n., 17-].
- PEREIRA, José Esteves. Pensamento Filosófico em Portugal. Conhecimento, Razão e Valores nos séculos XVIII e XIX. *Cultura, História e Filosofia*, Lisboa, v. 5, p. 751-781, 1986.
- PERES, Damião (Dir.). *História de Portugal*. Barcelos: Portucale, 1928-1937.
- PIWNIK, Marie-Hélène. *Échanges érudits dans la Péninsule Ibérique (1750-1767)*. Paris-Lisboa: Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1987.
- \_\_\_\_\_. L' historiographie portugaise du XVIII siècle et la critique des textes fondateurs. In: DUBOIS, Claude Gilbert (Org.). *L' imaginaire de la nation (1972-1992)*. Bordéus: Université Michel de Montaigne, 1994.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- \_\_\_\_\_. Collections et Musées (note critique). *Annales ESC*, v. 6, 1381-1401, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Collectionneurs, Amateurs et Curieux: Paris-Venise, XVIe-XVIIe siècle*. Paris: Gallimard, 1987.

- \_\_\_\_\_. Memória. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 42. Sistemática. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984a, p. 507-516.
- \_\_\_\_\_. *L'Ordre du Temps*. Paris: Gallimard, 1984b.
- \_\_\_\_\_. *Des Saintes Reliques à l'art Moderne: Venise-Chicago, XIIIe-XXe siècle*. Paris: Gallimard, 2003.
- PORTUGAL. Decreto de D. João V, de 13 de agosto de 1721. In: ACADEMIA Real da História Portuguesa e a sua Lei de Proteção a Monumentos Arqueológicos. Lisboa: [s.n.], 1958.
- PROSIGUEN las noticias diária, de Espana, Valencia, Aragon, Itália, el Norte, lo del Rin, y el estado de las armas de nuestro católico monarca Don Felipe Quinto (que Dios guarde). In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). [S.l.: s.n., 17--].
- RADLEY, Alan. Artefact, memory and a sense of past. In: MIDDLETON, David & EDWARDS, Derek (Org.). *Collective remembering*. London: Sage, 1990. p. 46-59.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira. Concepções sobre a História (segunda metade do século XVIII). *Revista de História*, Porto, v. XII, p. 245-56, 1993.
- RELAÇÃM de hua carta do Doutor Ignasio Ferreira, do Desembargo Del rey Nosso Senhor e outra de hum religioso do Mosteiro de Bouro, em q se referem alguas entradas, q se fizerão no Reyno de Galiza. Lisboa: Officina de Jorge Rodrigues, 1641. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias militares de D. João IV*. [S.l.: s.n., 17--]. v. 1.
- RELAÇAM do felice sucesso e milagrosa vitória que ouve o capitão Luis Mendes de Vasconcellos, contra o inimigo castellano, no termo da cidade de Elvas em 30 de julho de 1641. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias Militares de D. João IV*. [S.l.: s.n., 17--]. v. 1.
- RELAÇAM verdadeira da milagrosa Victoria que alcançarão os portugueses que assistem na Fronteira de Olivença a 17 de

- setembro de 1641. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias militares de D. João IV*. [S.l.: s.n., 17--]. v. 1.
- RELAÇAM verdadeira, e breve da tomada da villa de Olinda e lugar do recife na Costa do Brasil pellos rebeldes de Olanda, tirada de huma carta que escreveo hum religioso de muyta autoridade, e que foy testemunha de vista de quase todos o sucedido, e assi o afirma, e jura, e do mais que depois disso socedeo te os dezoito de abril deste presente e fatal anno de 1630. Lisboa: Matias Rodrigues, 1630. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias históricas e militares da América*. [S.l.: s.n., 17--].
- RELAÇÃO sumaria das novas que vierão do Japão, China, Cochinchina, Índia, e Etiópia este anno de 622 tiradas de algumas cartas de pessoas dignas de credito. Lisboa: Giraldo da Vinha, 1622. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias das sagradas missões executadas por varões apostólicos na China, Japão e Etiópia*. [S.l.: s.n., 17--]. v. 1.
- RELACION breve de la feliz Victoria que han conseguido las armas de su magestade mandadas por el señor mariscal Duque de Bervvik, contra el exercito de los aliados en los campos de Almansa, el dia veinte y cinco de abril de este presente año de mil setecientos y siete. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias militares de D. Pedro II*. [S.l.: s.n., 17--]. v. 1.
- RELATIONE del reame di Congo et delle circonvicine contra-de tratta dalli scriti e raglionamenti di Odoardo Lopes Portoghese. Per Filippo Pigafetta com dessegne vari di geografia, di plante, d'habiti, d'animali, e altro. Al monto Ill<sup>re</sup> e R<sup>mo</sup> Mons<sup>re</sup> Antonio Migliore Vescovo di S. Marco, e commendatore di S. Spirito. Roma: Bartolomeu Grassi, 1591. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias históricas e militares da África*. [S.l.: s.n., 17--].
- RHEIMS, Maurice. *Collectionneurs de la curiosité, de la beauté, du goût, de la mode et de la spéculation*. Paris: Ramsey, 1981.

- \_\_\_\_\_. *L'Univers de la bibliophilie*. Paris: Pygmalion, 1988.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.
- ROCHE, Daniel. *Les siècles des lumières en Province: academies et académiciens provinciaux 1680-1789*. Paris: EHESS, 1978.
- SANTA MARIA, André de. Verissima relacion embiada a don Fray Andrés de Sancta Maria obispo de cochim, laqual trata de como em lãs índias de Portugal ay um hombre casado que tiene trezientos y ochenta años, y assido ocho vezes casado, y se lê han cayado todos los dientes dos vezes y lê volvieron a razer. Este es el verdadero retrato Del hombre que paso em brazos al glorioso San Francisco em el Rio de Ganga, el qual fue sacado a instancia Del reverendo padre Don Andrés de Sancta Maria Obispo de cochim. Salamanca: Antonia Ramirez, 1609. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias das proezas militares obradas pelos portugueses em a Índia Oriental*. [S.l.: s.n., 17--]. v. 1.
- SANTOS, Catarina Madeira. "Goa é a Chave de toda a Índia": perfil político da capital (1505-1570). Lisboa: CNCDP, 1999.
- SANTOS, Douglas. *A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria*. São Paulo: UNESP, 2002.
- SCHAER, R. (Org.). *Tous le savoirs du monde: encyclopédies et bibliothèques, de Sumer au XXI<sup>e</sup> Siècle*. Paris: BNF – Flammarion, 1996.
- SCHNAPPER, Antoine. *Le géant, la licorne et la tulipe*. Paris: Flammarion, 1988.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz et al. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SEGUNDA Relaçam verdadeyra da marcha, e operaçoens do exercito da Província de Alentejo governado pelo Márquez das Minas D. Antonio Luis de Sousa, dos Conselhos de Estado, e Guerra delRey nosso Senhor, e Governador das

- Armas da dita província; rendimento da Praça de Alcântara, e diversão intentada pelo inimigo na Praça de Elvas. Lisboa: Antonio Pedrozo Galram, 1706. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias militares de D. Pedro II*. [S.l.: s.n., 17--]. v. 2, p. 116.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa: doutrina e crítica*. Lisboa: Verbo, 1974. 3 v.
- SERRÃO, Joel. *Dicionário enciclopédico da história de Portugal*. Lisboa: Alfa, 1990. 5 v.
- SILVA, Manuel Teles da. *História da Academia Real da História Portuguesa*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727.
- \_\_\_\_\_. *Collecção dos Documentos, Estatutos e Memórias da Academia Real da História*. Lisboa Occidental: Pascoal da Sylva, 1721-1736, 17 v.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *O império luso-brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Estampa, 1986.
- SISTEMA da historia ecclesiástica e secular de Portugal, que há de escrever a Academia Real da Historia Portuguesa. In: ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA. *Collecção dos Documentos, estatutos, e memórias da Academia Real da Historia Portuguesa que neste ano de 1721 a compuzerão, e se imprimirão por ordem dos seus censores. Dedicada a ElRey nosso senhor, seu augustissimo protector e ordenada pelo conde de Villarmayor secretario da mesma academia*. Lisboa Occidental: Officina de Pascoal da Sylva, 1721.
- SOARES. Ernesto. *Historia da gravura artística em Portugal: os artistas e as suas obras*. Lisboa: Samcarlos, 1971.
- SOUSA, Manuel Caetano de. *Introdução panegyrica na conferencia publica da Academia Real da Historia Portuguesa, que se celebrou no Paço, em presença de Suas Magestades, e Altezas, em 22 de Outubro de 1726. Dia dos annos del Rey nosso Senhor, recitada pelo padre D. Manoel Caetano de Sousa, que era director*. Lisboa: [s.n. 1726]. In:

- MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Aplausos oratórios e poéticos no complemento de anos dos sereníssimos reis, rainhas e príncipes de Portugal*. [S.l.: s.n., 17--].
- SOUSA, Pedro Vas Cirne de. Relaçam do que se fez a Villa de Guimarães do tempo da felice aclamação de sua magestade, até o mês de outubro de 1641. Lisboa: Jorge Rodrigues, 1641. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias militares de D. João IV*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [17--]. v. 1.
- SOUTO MAIOR, Francisco de. Relaçam da milagrosa vistoria que alcançou don Francisco Souto Mayor, governador da Fortaleza de S. Jorge da Mina contra os rebeldes, e inimigos olandeses, de dezenove naos, o anno de mil seiscentos e vintecinco, aos vintecinco de outubro, sabbado, dia dos gloriosos martyres S. Crispim e Crispiniano. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias históricas e militares da África*. [S.l.: s.n., 17--].
- SOUZA, G. Mello e. O colecionador e a coleção. *Revista da Biblioteca Mario de Andrade*, p. 129-133, 1993.
- TAVARES, Rui. *O pequeno livro do grande terramoto: ensaio sobre 1755*. Lisboa: Tinta da China, 2005.
- THOMAS, Alan G. *Great books and book collectors*. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1975.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- TORGAL, Luís Reis. A Restauração: breves reflexões sobre a sua historiografia. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 1, p. 23-40, 1977.
- \_\_\_\_; CATROGA, Fernando & MENDES, José Maria. *História da História em Portugal: séculos XIX-XX*. Da historiografia à memória histórica. Lisboa: Temas e Debates, 1998.
- TUBINO, Nina. *Sinopse Biográfica de Benjamim Franklin Ramiz Galvão (Barão de Ramiz) 1846-1938*. Brasília: [s.n.], 1994.

- VALADÃO, Alfredo. Necrológio dos Srs Conde de Affonso Celso, Ramiz Galvão, Barão de Studart... *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 173, 1938.
- VALENÇA, Francisco Paulo de Portugal e Castro. Oração consolatória na morte de El Rey Catholico Filippe V. A'Serenissima Senhora D. Maria Anna Victoria Princeza do Brasil, composta por D. Francisco de Portugal e Castro Marquez de Valença. [Lisboa, 1746]. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Elogios fúnebres oratórios e poéticos dos sereníssimos reis, rainhas e príncipes de Portugal*. [S.l.: s.n., 17--].
- VENTURA, Maria da Graça Mateus & MATOS, Luís Jorge Semedo de. *As novidades do mundo: conhecimento e representação na época moderna*. Lisboa: Colibri, 2003.
- VERISSIMO PORTUGUÊS. Romance Genetliáco no Nascimento do Real Príncipe da Beira. Coimbra: Officina da Universidade, 1761. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Genethliacos de reis, rainhas e príncipes de Portugal*. [S.l.: s.n., 17--].
- VILLARI, Rosario (Dir.). *O homem barroco*. Lisboa: Presença, 2005.
- VIOLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. São Paulo: Ateliê, 2000.
- WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- XAVIER, Francisco José da Serra. *Oração fúnebre nas exequias do Reverendo Senhor Diogo Barbosa Machado*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1773.
- ZELO Christiano, y Política desinteressada, que apresenta a la magestad del muy alto, y poderoso señor Don Pedro II, Rey de Portugal nuestro señor (que Dios guarde) el Estado Eclesiástico del mismo reyno. Lisboa, 1703. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias militares de D. Pedro II*. [S.l.: s.n., 17--]. v. 1, p. 26-31.





**A** Matutina luz serena, e fria  
As estrellas do Polo já apartava,  
Quando na Cruz o Filho de Maria  
Amostrandose a Affonso o animava:  
Elle adorando aquem lhe apparecia  
Na Fê todo inflamado assim gritava;  
A os inficis, Senhor aos inficis,  
E naõ amim, que creyo o que podeis.

O rei d. Afonso Henriques é um dos principais personagens da Coleção Diogo Barbosa Machado. Esta ilustração, intitulada *O aparecimento de Cristo ao Rei D. Afonso Henriques*, foi extraída da obra *Lusitania Liberata ab injusto Castellanorum dominio*, publicada em 1645 por d. Antonio de Souza de Macedo.

*Retratos de reys, rainhas e principes de Portugal, ornados com elogios poeticos e collegidos por Diogo Barboza Machado*, tomo 1, 1746. Fig. 18



Algumas mulheres mereceram a atenção de Barbosa Machado. É o caso de Isabel de Aragão, que se tornou rainha de Portugal ao se casar com o rei d. Dinis. Conhecida como a “Rainha Santa” pelos milagres que lhe são atribuídos, é representada nesta imagem oferecendo esmola a um pobre. Na parte superior da imagem, estão os brasões de Portugal e Espanha.

*Retratos de reys, rainhas e principes de Portugal, ornados com elogios poéticos e collegidos por Diogo Barboza Machado, tomo 1, 1746. Fig. 22*



**A** Os auspícios de Henrique a transparente  
Thetis nunca sulcada rompe o lenho;  
E a sardas do seu profundo engenho  
Se abre as portas ás Conquistas do Oriente.

Da fé em que se abraça o fogo ardente  
Desta acção lhe segura o desempenho:  
Quando conquista o seu mayor empenho  
He, que o Imperio de Christo se acrecente.

Os Povos que descobre da ruina  
Livor pertende, que a sua feita encerra,  
Sugcitando-os de Christo à ley benigna.

Os Simulachros falsos lhe desterra,  
E nas luzes dos Dogmas, que lhe ensina  
Lhe anticipa por premio o Ceo na terra.

Filho do rei d. João I e de Filipa de Lencastre, o infante d. Henrique é uma das figuras simbólicas da expansão marítima portuguesa e também da coleção do abade de Sever. O infante veste armadura e porta uma lança, tendo ao fundo os muros da cidade de Ceuta, a primeira conquista portuguesa na África. A imagem, gravada por Thomaz Cross, foi retirada da edição inglesa d'*Os Lusíadas*, publicada em 1655. *Retratos de reys, rainhas e príncipes de Portugal, ornados com elogios poéticos e collegidos por Diogo Barboza Machado*, tomo 1, 1746. Fig. 184





**M**E regno imposuit plus fors, quam sanguinis ordo:  
 Hesperie Regem noluit esse polus.  
 Barbaricum ferro dum victum Athalanta fatigo  
 Addidit Imperiis magna tributa meis  
 Interdicta homini perrumpo claustra frementis  
 Oceani, domitis qui mihi cessit aquis.  
 Ausus ego Aurorae lustrare cubilia, Regum  
 Adieci imperiis Sceptra superba meis.  
 Ultra anni, solis que vias nova sidera vidi;  
 Est natura animis obstupescencia meis.  
 Quidquid erat Regum per regna incognita, victas  
 Federe vel duro dat mihi Marte manus.  
 Natura, Oceanus locuples Aurora laborant  
 Addere divitias in mea sceptra suas.

D. Manuel, rei de Portugal na ocasião da chegada das tropas lusitanas à América, é representado nesta imagem vestindo armadura e tendo por cima o manto real e a insígnia da Ordem do Tosão de Ouro. No epigrama, versos do padre Manoel Pimenta.

*Retratos de reys, rainhas e príncipes de Portugal, ornados com elogios poéticos e collegidos por Diogo Barboza Machado, tomo 1, 1746. Fig. 258*



Árvore genealógica dos descendentes do rei d. Manuel, culminando no monarca d. Sebastião. Impressa por João Droeshout, a gravura foi extraída da obra de d. Antonio de Souza de Macedo, *Lusitania Liberata ab injusto Castellanos dominio*, publicada em 1645.

*Retratos de reys, rainhas e príncipes de Portugal, ornados com elogios poéticos e collegidos por Diogo Barboza Machado*, tomo 1, 1746. Fig. 268



**O**bserva a Sebastião forte, e tímido  
 Novo filho do sol, que entra arrogante,  
 E em suas grandes forças atrevido  
 Quer pizar a cerviz do velho Atlante;  
 Intenta ver a hum tempo destruido  
 De Marrocos o muro, e Turudante,  
 Mas ay que sente o Reyno sua ruina  
 Num Rey que he moço, e só se determina.

347

D. Sebastião, “o Desejado”, rei que desapareceu na batalha de Alcácer Quibir, travada no norte do Marrocos contra mouros. O fato de seu corpo não ter sido encontrado gerou um verdadeiro culto a essa personagem, fomentado pela crença de que d. Sebastião retornaria ao trono português. Sua morte representou o fim da dinastia de Avis e o início do período conhecido como União Ibérica.

*Retratos de reys, rainhas e príncipes de Portugal, ornados com elogios poéticos e collegidos por Diogo Barboza Machado, tomo 1, 1746. Fig. 347*



Os reis Habsburgos, que governaram Portugal entre 1580 e 1640, abrem o segundo tomo da coleção *Retratos de reys, rainhas e príncipes de Portugal...* Acima (da esq. para a dir.), Felipe II e Felipe IV de Espanha. O primeiro retrato foi gravado por Jonas Suyderhoef e o segundo é de autoria do pintor flamengo Rubens.

*Retratos de reys, rainhas e príncipes de Portugal, ornados com elogios poéticos e collegidos por Diogo Barboza Machado, tomo 2, 1746. Fig. 1 e 63.*



Nos tomos da coleção *Reys, príncipes e rainhas de Portugal...*, o retrato de cada rei é seguido pelos de suas esposas e herdeiros. No retrato, pintado por Rubens, a rainha Isabel de Bourbon, filha de Henrique IV da França e Maria de Medici. D. Isabel foi esposa do rei Felipe IV de Espanha.

*Retratos de reys, rainhas e príncipes de Portugal, ornados com elogios poéticos e collegidos por Diogo Barboza Machado, tomo 2, 1746. Fig. 92*



Essa estampa (sem indicação de autor) representa a chegada de d. João IV ao trono português, episódio que marca o fim do período da União Ibérica. De acordo com informações retiradas do *Catálogo da Coleção Barbosa Machado*, o primeiro quadro (A) representa o assassinato de Miguel de Vasconcelos, secretário de Estado, enquanto o quadro B anuncia o advento de d. João IV ao trono de Portugal. Na parte de baixo, estão representados o juramento e a coroação do novo rei.

*Retratos de reys, rainhas e príncipes de Portugal, ornados com elogios poéticos e collegidos por Diogo Barboza Machado, tomo 2, 1746. Fig. 104*



Retrato de d. Catarina de Bragança, filha de d. João IV, rei de Portugal, de autoria de Jacob Haysmans. Ao casar-se com Carlos II, filho do rei inglês Carlos I, que foi decapitado na Revolução Puritana, ganhou o título de Rainha da Grã-Bretanha, França e Irlanda, embora o título de rainha da França fosse apenas nominal. Os casamentos representavam momentos importantes na formação de alianças políticas.

*Retratos de reys, rainhas e príncipes de Portugal, ornados com elogios poéticos e collegidos por Diogo Barboza Machado, tomo 2, 1746. Fig. 153*



**F**alleris effigiem si credis cernere Vatis,  
Qui Vatum Princeps, norma, decusque fuit.  
Non est hic Camoens: tibi se sub imagine sistit  
Phœbus Lusitadum, Pieridumque Deus.

O poeta Luís de Camões – personagem de destaque na coleção de Barbosa Machado, onde figura como principal grandeza literária de Portugal – em imagem adornada por molduras e epigramas utilizados, com frequência, pelo abade. O *Catálogo da Coleção de Retratos* atribui a gravura a Agostinho Soares Floriano.

*Retratos dos varões insignes em artes e ciências, ornados com elogios poéticos e collegidos por Diogo Barboza Machado, 1746. Fig. 12*

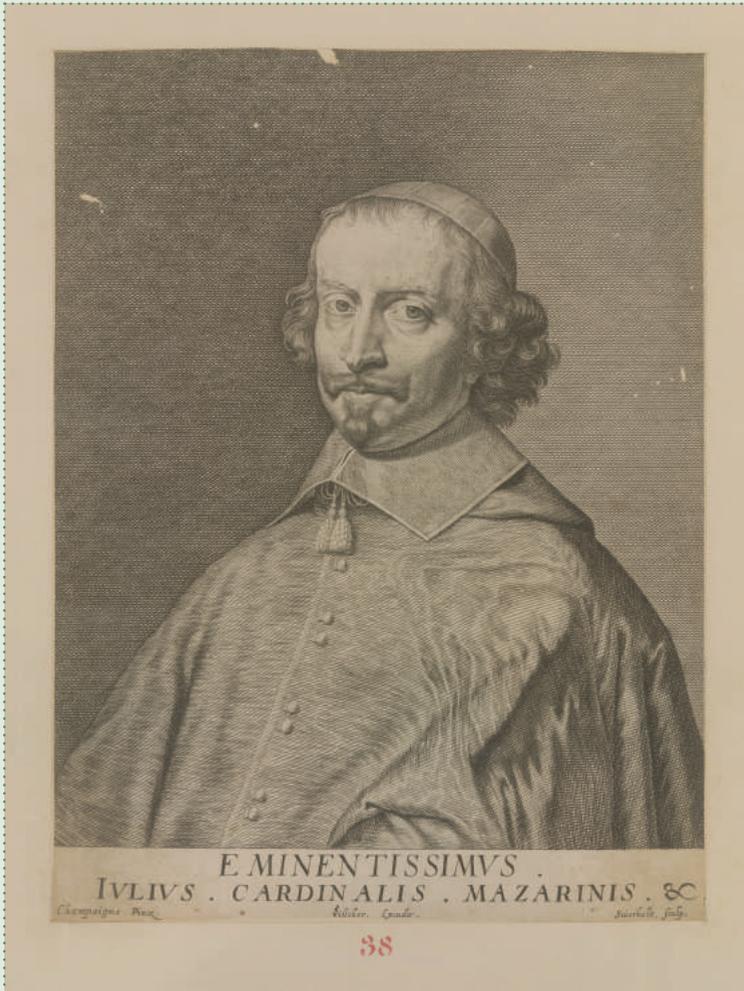


*Elabor. do António Vieira. São José Luis Villalpando. Gravado por Carolus Grandi.*

**H**ic est, quem toties vidit sacro ore tonantem  
 Roma caput mundi, vidit, & obstupuit.  
 Lusorum hic Regum est, quem predicat Aula Magistrum  
 Et quem Doctorem sacra Minerva colit.  
 Hic ille est Heros, quo non prestantior alter  
 Nec similis nostro tempore in orbe fuit.  
 Flumen, & eloquii fulmen, mentisque volatu  
 Aut Aquila aut Phenix unicus ingenio.  
 Quem cupiunt omnes imitare; imitabilis uni  
 Est tamen ipse sibi, non habuitque parem.  
 Gentis Ulysseæ jubar immortalæ, perennis  
 Gloria Lusitadum, Jesuadumque decus.  
 Ilysia dat patriam, tumulum dat America; servat  
 Cælum animam, Herois cætera fama tenet.

O padre Antônio Vieira, lembrado como uma das glórias de Portugal, é representado em meio ao seu trabalho de conversão dos indígenas. A imagem acima, datada de 1742, foi gravada por Carolus Grandi.

*Retratos dos varões insignes em artes e ciências, ornados com elogios poéticos e collegidos por Diogo Barboza Machado, 1746. Fig. 85*



O cardeal Jules Mazarin, em retrato gravado por Stüerhelt. Os dois últimos volumes dos retratos coligidos por Diogo Barbosa Machado foram adicionados posteriormente (talvez já na Biblioteca Nacional) à coleção de retratos. Diferentemente dos seis tomos referentes às personalidades portuguesas, esses dois últimos livros são mais “universais”, trazendo ampla gama de personagens de épocas e espaços variados.

*Retratos de pontífices, soberanos, eclesiásticos e seculares coligidos por Diogo Barboza Machado*, vol. 2, s. d. Fig. 38



Diversas figuras da Antiguidade Clássica foram lembradas por Diogo Barbosa Machado e inseridas nos dois últimos tomos da coleção de retratos. Acima, retrato do legislador e poeta grego Solon. (As gravuras desses dois últimos volumes da coleção de retratos, ao contrário das demais, não receberam molduras, nem epigramas).

*Retratos de pontífices, soberanos, eclesiásticos e seculares collegidos por Diogo Barboza Machado, vol. 2 , s. d., Fig. 155*



Gravuras do folheto *Relatione del reame di Congo et dele circunvicine contrade e trata dalli scritti e ragionamenti di Odoardo Lopes Portoghese per Filippo Pigafetta*. Roma: Bartolomeo Grassi, 1591.





Impresso pela RioTinto Distribuidora  
Composição em Perpetua  
Capa em papel Supremo Duo Design 300 g/m<sup>2</sup>  
Miolo em papel Offset 90 g/m<sup>2</sup>